

MOVIMENTOS SOCIAIS E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO



ARMINDA RACHEL BOTELHO MOURÃO
WILLIAM DE FARIAS BARROS
VANESSA FERNANDES MIRANDA



EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

MOVIMENTOS SOCIAIS E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO



ARMINDA RACHEL BOTELHO MOURÃO
WILLIAM DE FARIAS BARROS
VANESSA FERNANDES MIRANDA



EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Henrique dos Santos Pereira

Membros

Antônio Carlos Witkoski
Domingos Sávio Nunes de Lima
Edleno Silva de Moura
Elizabeth Ferreira Cartaxo
Spartaco Astolfi Filho
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Louis Marmoz Université de Versailles
Antônio Cattani UFRGS
Alfredo Bosi USP
Armanda Rachel Botelho Mourão UFAM
Spartacus Astolfi UFAM
Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra
Bernard Emery Université de Stendhal-Grenoble 3
Cesar Barreira UFC
Conceição Almeida UFRN
Edgard de Assis Carvalho PUC/SP
Gabriel Conh USP
Gerusa Ferreira PUC/SP
José Vicente Tavares UFRGS
José Paulo Netto UFRJ
Paulo Emílio FGV/RJ
Élide Rugai Bastos Unicamp
Renan Freitas Pinto UFAM
Renato Ortiz Unicamp
Rosa Ester Rossini USP
Renato Tribuzy UFAM

MOVIMENTOS SOCIAIS E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Armindia Rachel Botelho Mourão
William de Farias Barros
Vanessa Fernandes Miranda

Vinculação Institucional

Programa de Pós-Graduação em Educação em Educação da
Universidade Federal do Amazonas e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior (PPGE/UFAM)
Linha de Pesquisa Integrada ao PPGE/UFAM
Linha 1 - Educação Estado e Sociedade na Amazônia

Vinculação

Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Educação (GTE/UFAM)

Área de Conhecimento

Ciências Humanas, Educação



Manaus, 2025

Reitor

Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitoria

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

Editor

Sérgio Augusto Freire de Souza

Revisão Técnica

Rita Cintia Pinto Vieira

Projeto Gráfico e diagramação

EDUA

Fontes de Financiamento da Publicação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)



Ficha catalográfica elaborada pela CBL

M939m Mourão, Arminda Rachel Botelho
Movimentos sociais e a política de educação do campo.
Manaus: EDUA – Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2025.

120 p.; il.; 21 cm.
Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5839-253-8

1. Educação do campo – Amazonas. 2. Movimentos sociais – Amazônia. 3. Reforma agrária – Brasil. 4. Trabalho rural – Aspectos sociais. 5. Educação popular – Brasil.
I. Barros, William de Farias. II. Miranda, Vanessa Fernandes.

CDD: 370.115
CDU: 37.018.523:31(81)

AGRADECIMENTOS

À FAPEAM pelo imprescindível financiamento deste trabalho, pela concessão de bolsas aos alunos pesquisadores, pela sintonia demonstrada com a pesquisa na Região Norte; À Universidade Federal do Amazonas – UFAM pelas ações que tornam possíveis os Programas de Iniciação Científica; À CAPES e ao CNPq pelo incentivo à pesquisa configurado nos suporte financeiros valiosos que são as bolsas de PIBIC e dos Programas de Mestrado e Doutorado; À Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Amazonas FETAGRI-AM que disponibilizaram as informações necessárias para a produção desta obra.

PREFÁCIO

Esta pesquisa tem como substrato epistemológico o materialismo histórico e dialético, desta forma partimos do princípio de que o **trabalho**, entendido como atividade, ação dos seres humanos no mundo, modifica o mundo vivido, as relações estabelecidas na sociedade e os próprios indivíduos que constroem os processos relacionais e suas identidades, sejam elas coletivas e/ou individuais.

Partimos da compilação dos dados na realidade empírica para levá-los ao pensamento, visando retorno à essa realidade já analisada, para o que Kosik (1989) intitula de concreto pensado. Este movimento responde ao processo de pesquisa e comunicação dos resultados, mostrado que são dois movimentos diferentes que se complementam.

As categorias do método que lançamos mão foram: Totalidade, Contradição e Mediação. Assim todas as análises efetivadas evidenciaram como os acontecimentos fazem parte de um todo inserido na sociedade capitalista, mostrando desta forma, as relações locais, estaduais, nacionais e internacionais.

Os processos apresentados mostram as contradições na prática da relação entre trabalhadores rurais e os donos do poder, estes implementam uma luta de classes violenta, que fazem os trabalhadores organizarem-se em sindicatos para resistirem aos processos de desapropriação e exclusão.

Assim este trabalho reflete as lutas no campo amazônico e as reivindicações na esfera educacional. A relação trabalho e educação é importante para se entender os processos educacionais na Amazônia e este trabalho cumpre este papel.

Temos sido questionados se os paradigmas utilizados pelo Grupo Gênero, Trabalho e Educação ainda são válidos já que essas pessoas e grupos têm a convicção que vivemos na sociedade pós-moderna. Ao respondermos a esses questionamentos argumentamos que os processos atuais não levam a sociedade como todo para outro tipo de sociedade, ainda vivemos na sociedade capitalista na qual os processos de exploração do capital sobre o trabalho é cada vez mais violento. Assim a luta entre o capital e o trabalho ainda ocorre e, desta forma, a preservação dos trabalhadores é fundamental, ainda mais aqueles que trabalham no campo brasileiro.

Os trabalhos de pesquisa que orientamos e desenvolvemos tem como objetivo principal desvelar a realidade Amazônica, para entendê-la e formar pesquisadores e pesquisadoras comprometidos com a preservação desta região, principalmente neste momento em que a extrema direita avança mundialmente, fala e age sem nenhuma inibição que os marcos regulatórios podem e devem ser atropelados.

Lutamos para preservar a Amazônia na forma que sabemos lutar, na academia, nos trabalhos de pesquisas, junto às comunidades ribeirinhas, junto às etnias indígenas e quilombolas. É necessário que os sindicatos e associações se unam para enfrentar o grande capital, que tem na região seus porta-vozes. E os trabalhadores só têm a sua união e vontade de lutar.

Manaus, 26 de outubro de 2024

Arminda Rachel Botelho Mourão

Sumário

1. INTRODUÇÃO	11
2. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	17
3. Levantamento documental sobre as lutas empreendidas pela FETAGRI em relação às questões educacionais.	26
4. Levantamento documental sobre as lutas empreendidas pela FETAGRI em relação à reforma agrária.....	52
5. Principais reivindicações do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.....	91
6. RESULTADOS.....	108
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
9. REFERÊNCIAS	116
AUTORES	120

LISTA DE SIGLAS

ATER – Assistência técnica e Extensão Rural.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

CUT – Central Única dos Trabalhadores.

FETAGRI/AM – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Amazonas.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MSTTR – Movimento Sindical de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais.

SEAF – Seguro da Agricultura Familiar.

PGPAF – Programa de Garantia Preços para a Agricultura Familiar.

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

PADRSS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

PNDMTR – Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PNCF – Programa Nacional de crédito fundiário.

SUASA – Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária.

1. INTRODUÇÃO

Este livro surge como resultado de uma pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), vinculado ao grupo de Pesquisa: Gênero Trabalho e Educação (GTE). Temos como foco a categoria trabalho e educação, assim realizamos o estudo nos documentos da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Amazonas (FETAGRI-AM), especificamente, os que se debruçam sobre Trabalho, Educação e Reforma Agrária, não apenas como objetos isolados, mas que estão intrinsecamente associados em uma tríade que formam a totalidade do objeto que é o Movimento Social.

As organizações sociais das populações do campo no Amazonas estão diretamente vinculadas à diversidade dos processos produtivos utilizados para sua manutenção, tais como atividades extrativistas, pesca e produção agrícola. É importante entender que a vida no contexto rural amazônico é diversificada e diferente do contexto urbano, sendo necessário lutar para que isso seja respeitado. Nisso, surgem contradições próprias, como: a expropriação de terras, falta de políticas públicas educacionais e de trabalho, gerando o êxodo rural, resultando no inchaço urbano, bem como outras problemáticas para ambos os espaços, que serão abordados no decorrer do trabalho.

A produção de mercadoria realizada pelas famílias do campo, sustentam os centros urbanos em suas necessidades fundamentais como alimentação e até produtos para saúde, portanto, se o pequeno camponês produz, mesmo que seja para a sua própria subsistência, automaticamente, se torna competidor das grandes oligarquias¹ Latifundiárias, dessa forma, há uma competição com regras criadas pela própria burguesia, que estão de acordo com os aparelhos repressores do Estado como a polícia, o legislativo e a escola.

Destarte, o objeto em análise são os documentos da FETAGRI-AM que versam sobre trabalho, educação e reforma agrária. A pseudoconcreticidade ou aparência fenomênica que o objeto apresenta, demonstra que o governo em relação ao Estado do

¹ Nos dias de hoje, o que mais impede que os lavradores tenham acesso à terra é a concentração da propriedade fundiária nas mãos das chamadas “oligarquias”, isto é, um pequeno número de famílias ricas, influentes e poderosas. Esses grandes proprietários, ao invés de se dedicarem à exploração da terra e sua utilização produtiva, detêm grandes áreas com fins meramente especulativos. (VEIGA, 1984, p. 11).

Amazonas é imparcial diante as problemáticas do campo e dessa tríade, e que as ações sociais estão fora de seu alcance, dessa forma, devemos descobrir a essência desse fenômeno. Assim almejamos responder a seguinte problemática: O que os documentos da FETAGRI-AM abordam em relação às pautas: reforma agrária, trabalho e educação.

Dessa forma, cabe a classe proletária, organizar-se para resistir e lutar contra a opressão, ressaltando que essa luta é histórica, e não somente inspirada em movimentos já realizados em busca de direitos, mas dando continuidade a tais lutas, buscando novas reivindicações para atuais problemas, como afirma (Goetttert, 2014, p. 61):

Assim, o movimento da classe trabalhadora em busca de seus objetivos tende também a ser dinâmico, a se transformar para atender as necessidades do momento histórico pelo qual passam. É claro que nem sempre os trabalhadores e trabalhadoras têm o controle dessas transformações, e é certo que esse movimento não é coeso e uniforme.

Os movimentos sociais do Amazonas enfrentam desafios políticos, em que, a reforma agrária (movimento de esquerda), tornou-se tabu, não somente ela, mas qualquer pauta que objetive a igualdade perante os homens é abominada pela sociedade civil (da extrema direita), pois, há uma resposta ideológica por parte dessas massas de relacionar igualdade ao comunismo, e classificá-lo como algo maldoso e diabólico, dessa forma, o homem cria sua concepção de bem e de mal, não pelos valores de ética e moral, mas a partir da opinião popular pouco fundamentada em um senso comum religioso.

Atualmente esse senso comum religioso que visa o extremismo de direita, está mais forte do que nunca, vemos isso com a eleição de Jair Bolsonaro, onde o ex-presidente levanta a bandeira de Deus, pátria e família, para ganhar mais apoiadores. Além disso, em uma de suas falas se compara a Deus, se colocando acima de decisões democráticas, das leis, afirmando ser enviado por Deus, como afirmam (Franco; Albuquerque, 2020, p. 212/213 apud Maranhão, et.al, 2018, p. 84):

O *Slogan* de campanha de Bolsonaro: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, junto do discurso de posse no qual ele citou a palavra “Deus” seis vezes, além de ter declarado apoio nominal à tradição judaico-cristã (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019), já trouxe logo de início uma posição visível que envolve mais que um aceno a uma relação, mas uma demarcação de território. Comentando sobre o assunto, Eduardo MARANHÃO F”. Fernanda COELHO e Tainah Biela DIAS indagavam: “Justificar-se assim a supressão de direitos de todos/as aqueles/as que não se enquadram nos padrões conservadores do credo político de Bolsonaro. Sendo assim, coloca-se “Deus” acima da democracia. Estaria Bolsonaro acima da democracia e da sociedade?”.

Bolsonaro cooptou as massas religiosas e colocando-se como Deus, qualquer grupo organizado que se opunha a ele é pior que o diabo, é comunista, assim, o ex-

presidente trata movimentos sociais como vagabundagem, como por exemplo o Movimento Social Sem Terra. E mesmo havendo essa variante de valores formados a partir da opinião popular, os movimentos sociais e as necessidades do homem do campo foram vistas pela sociedade Brasileira, e de acordo com Ghedin (2011) esses movimentos são históricos no Brasil, adquiriram forças na década de 1960, na luta contra o regime militar.

As pautas de movimentos sociais do campo são tratadas com desdém, pois a mídia traz uma visão distorcida da realidade, no qual eles são antagonizados pelas problemáticas econômicas, causando contradições entre urbano e rural. A situação da economia e da educação brasileira são contraditórias, pois, a economia é agrário exportadora, e a educação é efetivada para um capital fabril, portanto, as pautas de educação do campo são secundarizadas, quando deveriam ser elevadas aos holofotes, afinal não é somente uma questão do campo, mas do País inteiro como afirma Varella (1998, p.157):

Além disso, o movimento social agrário pode ser caracterizado como um dos mais importantes de todos os tempos pois, por mais conquistas que tenham as feministas e os operários, por exemplo, de nada irá adiantar se não atentarem para o bem comum maior que é a qualidade de vida de toda a população, o que se ganha ao se resolver a questão fundiária. É o interesse difuso que ainda não foi percebido e continua sendo tratado apenas como interesse coletivo. É necessário despertar e perceber que não se está tratando do problema comum, de uma simples questão de limites de terras, de proteção ao direito de propriedade de alguns poucos indivíduos, mas sim de interesses de grupos menos determinados de pessoas, entre as quais inexistente vínculo jurídico ou fático muito preciso. Quanto mais célere for a resolução da questão agrária brasileira, mais facilmente se conseguirá solucionar os problemas da miséria, da fome e do êxodo rural, por exemplo. Não se deve pensar que a reforma agrária é necessária e urgente para terminar com o problema de “pobres miseráveis” sem-terra e sim para melhorar a condição de vida de todos os brasileiros, para democratizar a terra, para minorar as diferenças socioeconômicas e para promover a justiça social. Nunca houve reforma agrária no Brasil, houve momentos em que se pensou na possibilidade de que isso acontecesse e a conclusão a que se chega é que faltou mobilização nacional para que ela ocorresse. É preciso esclarecer que o problema agrário não é dos “sem-terra”, ou do Ministério da Agricultura, ou dos agricultores, ou do INCRA em particular, é um problema de todos os brasileiros.

Varella resume a história da ideia de reforma agrária Brasileira quando afirma que nunca houve uma reforma agrária, somente momentos em que se pensou em tal possibilidade, pois, Vargas criou um plano de reforma agrária, Juscelino e João Gullart tentaram dar continuidade a este plano, que foi excluído pela ditadura militar, contudo voltou após queda do regime devido à resistência do movimento agrário. É crucial ressaltar que houve movimentos anteriores de ideias de reforma agrária como Canudos e Cabanagem.

Portanto, para se resumir de forma correta a história do Brasil pela reforma agrária, seria dessa forma: No Brasil toda possível tentativa de reforma agrária foi frustrada pela classe Burguesa. Assim, os movimentos sociais são marcos históricos que colocam as pautas de justiça social em dia e são a antítese de toda forma de opressão, organizar-se em movimentos sociais é questão de cidadania como afirma Crove (1994, p. 9):

Isso tudo diz mais respeito aos direitos do cidadão. Ele também deve ter deveres: ser o próprio fomentador da existência dos direitos a todos, ter responsabilidade em conjunto pela coletividade, cumprir as normas e propostas elaboradas e decididas coletivamente, fazer parte do governo, direta ou indiretamente, ao votar, ao pressionar através dos movimentos sociais, ao participar de assembleia — no bairro, sindicato, partido ou escola. E mais: pressionar os governos municipal, estadual, federal e mundial (em nível de grandes organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional — FMI).

O movimento social do Amazonas compreendeu que a reforma agrária é essencial e que a educação vem trazer a leitura da vida e do mundo (Suess, 2014). O referido autor enfatiza que a educação tem que ser construída coletivamente, daí a interação entre o poder público, os movimentos sociais, os camponeses e os intelectuais que estudam a problemática.

Behring e Boscheti (2006) mostram que as conquistas políticas são decorrentes das lutas sociais. As autoras que utilizam a epistemologia marxista em seus estudos, apontam a luta de classes como movimento propulsor dos ganhos que a classe que vive do trabalho² conseguiu historicamente.

Para entender a problemática posta torna-se necessário pesquisar os movimentos sociais do campo no Estado, para tal é importante compreender o que são movimentos sociais. Para Gohn (2011) às ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que impulsionam a conquistas de demandas sociais, são consideradas movimentos sociais.

Deste modo é importante pesquisar como as propostas educacionais pensadas nacionalmente chegam ao Estado do Amazonas. Ocorram lutas? Ou foi um processo irradiado nacionalmente? Como as organizações sindicais (FETAGRI – Federação dos trabalhadores na agricultura – Sindicatos de trabalhadores rurais) implementaram as lutas pela terra e pela educação no Estado do Amazonas?

O objetivo geral deste trabalho é analisar as políticas educacionais dos Movimentos Sociais. Os objetivos Específicos são; fazer um levantamento documental

² Expressão utilizada por Antunes (1995).

sobre as lutas empreendidas pela FETAGRI/AM em relação às questões educacionais; fazer um levantamento documental sobre as lutas empreendidas pela FETAGRI em relação à reforma agrária; verificar as principais reivindicações do movimento sindical dos trabalhadores rurais.

Para atender estes objetivos, elaboramos quatro capítulos, sendo o primeiro intitulado *Fundamentos Teórico-Metodológicos*. Neste capítulo, dissertamos como o método materialista histórico dialético se aplica na realidade, bem como se manifesta na categoria trabalho, além disso, expomos o objeto (documentos da FETAGRI-AM) e a forma de análise, que é a *Textual Discursiva*. Para a análise de movimentos sociais, elegemos o paradigma *Marxista* e suas categorias que são; classes sociais, contradições, lutas, experiência, consciência, conflitos, interesses de classes, reprodução da força de trabalho, Estado e práxis.

O capítulo dois é intitulado: *Levantamento Documental sobre as Lutas empreendidas pela FETAGRI-AM*. Em relação às questões educacionais, dissertamos a respeito da construção do homem e de sua consciência de classe como requisito para ingresso em um movimento social. E analisamos os seguintes documentos que abordam a construção do homem e sua educação: *Escola de Formação da FETAGRI-AM lugar de transformação política - 2012; o PADRSS; Fundamentos teóricos; orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER; Carta de Orientação Para os Grupos do Jovem Saber: 2018 Secretaria de Jovens da CONTAG*.

O capítulo três é intitulado de: *Levantamento documental sobre as lutas empreendidas pela FETAGRI/AM em relação à reforma agrária*. Nele é discutida a distribuição desigual da terra. Os documentos utilizados como base foram: *Manchete de jornal com o título “Incra vai enviar equipe para negociação em Lábrea”; Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária-INCRA superintendência do INCRA no Amazonas – SR/15-AM divisão técnica; Comissão de justiça e paz; arquidiocese de Porto Velho; plano estratégico para promoção do desenvolvimento sustentável e o combate ao desmatamento e grilagem de terras na área de influência da br – 319; ATA da assembleia geral ordinária do conselho deliberativo 2009*. Destacam as denúncias realizadas em relação às ameaças, violências, assassinatos, irregularidades na posse de terras, desmatamento, queimadas, que população do campo do território amazonense sofre por fazendeiros, e jagunços.

O capítulo quatro é intitulado *Principais reivindicações do Movimento dos Trabalhadores Rurais*, e tem como foco principal, a análise da documentação do *Grito*

da Terra Amazonas, que é um movimento social que exige reivindicações para vida no campo. As reivindicações são em relação às políticas sociais que se dividem em; Meio Ambiente; Políticas Sociais; INCRA; IBAMA; Política Agrícola; Juventude; Mulher; Salarial; Reforma Agrária; Infraestrutura Social; Saúde; Previdência Social; Política Assalariado; Política da Juventude. Após análise, consideramos que são apenas políticas básicas para que o homem do campo possa subsistir no local de seu nascimento.

Nos resultados, apresentamos um compilado de documentos levantados na FETAGRI-AM. E nas considerações finais, tratamos de expor a tríade educação, trabalho e reforma agrária, no qual, os movimentos sociais do campo unem forças como uma única classe que é a proletária, não havendo uma dicotomia entre movimento da mulher, juventude, sindical entre outros, configurando-se como um movimento no paradigma Marxista.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O método está ligado a uma concepção de homem e de mundo, entendendo que o homem é sujeito e objeto da história (FRIGOTTO, 2001). Partimos do empírico que dá ao pesquisador uma visão caótica da realidade, no pensamento organiza o que extraiu do empírico e analisa esta realidade (abstrai), para novamente voltar ao concreto, ou seja, ao concreto pensado (KOSIK, 1989).

As categorias da totalidade, contradição, mediação, quantidade constituindo a qualidade são entendidas como fundamentais para o percurso traçado da investigação. Inicialmente compilamos os documentos na FETAGRI sobre as questões educacionais e da reforma agrária, no período de 1990 a 2010. Estes documentos foram submetidos a análise textual discursiva.

Partimos do entendimento que o trabalho é a categoria central ontológica que constrói o processo de humanização, ou seja, quando o homem interfere na natureza a modifica, neste processo modifica a si mesmo e transforma também as relações sociais que estabelece com outros homens. Deste modo sua subjetividade vai emergindo em um processo social no qual constrói sua identidade (MARX, 2004).

Ao produzir a própria vida os homens constroem processos de aprendizagem, estabelecendo uma relação intrínseca com as questões educacionais. Assim a relação trabalho e educação é ontológica e histórica que ao longo do tempo o trabalho e a educação vão se separando (SAVIANI, 2007).

Segundo o autor, os homens ao trabalharem aprendiam uns com os outros, ou seja, “se educavam e educavam as novas gerações” (idem, p. 3). A separação entre o trabalho e a educação ocorre justamente com o desenvolvimento da produção, quando se efetiva a apropriação privada da terra, que produziu a separação entre homens, a separação de classe. Nesse processo há também a separação entre o trabalho e a educação (SAVIANI, 2007, p.3). Dessa forma, os homens vão construindo relações de produção que os alienam, e, vão alienando o produto de seu trabalho, transformando tudo em mercadoria.

Na história da humanidade o trabalho vai se configurando de várias formas (trabalho comum, trabalho escravo, relações feudais, trabalho assalariado). Na sociedade capitalista as relações estabelecidas se apresentam na construção do valor, ou seja, os homens produzem valores de uso e valores de troca (mais-valia), processo produtor de

riqueza e exploração. Isto porque, a mais valia é o processo de expropriação do trabalho humano, visto que se materializa em riqueza. Assim:

Para o desenvolvimento do capitalismo é preciso que existam indivíduos livres, detentores de sua força de trabalho na forma de mercadoria e despossuídos dos meios necessários para a concretização desta força de trabalho. Como estão destituídos dos meios de trabalho, não podem realizar sua própria força de trabalho, por isso, precisam vendê-la no mercado de trabalho, a fim de conseguir concretizá-la, único recurso para garantir sua sobrevivência (Duarte; Pola, 2009).

Para responder ao processo de exploração a classe que vive do trabalho se aglutina na luta. Carvalho (1989) afirma que quando os trabalhadores se juntam, começam a perceber o processo de exploração, há uma resistência a este processo. Mourão Diederichs (1998, p. 29), embasando seus estudos em Gramsci, assevera que em um primeiro momento econômico corporativo (Gramsci, 1988, p. 49). Em um segundo momento os trabalhadores percebem que existem interesses gerais e lutam em um plano puramente econômico, somente em um terceiro momento é que se dão conta de todo o processo de exploração e luta para mudar tal estado de coisa.

Assim, é importante estudar a questão da reforma agrária e sua relação com a educação, quais as propostas políticas do movimento, o que é movimento social na concepção da FETRAGRI-AM. Contudo, se torna necessário compreender como se analisa um movimento social, e suas categorias, e para que fique claro qual paradigma será utilizado para analisar os movimentos sociais realizados pela FETRAGRI-AM, o quadro I foi gerado.

Quadro I – Paradigmas dos movimentos sociais

Paradigmas de Movimentos sociais de acordo com a obra de GOHN (2004): Teoria dos movimentos sociais, Paradigmas Clássicos e Contemporâneos.	
Paradigma Marxista: Centra-se nos estudos dos processos históricos globais, nas contradições existentes e na luta entre as diferentes classes sociais. (GOHN, 2004).	As categorias <ul style="list-style-type: none"> • Classes sociais: • Contradições. • Lutas. • Experiência. • Consciência. • Conflitos. • Interesses de classe. • Reprodução da força de trabalho. • Estado. • Práxis
	Noções desenvolvidas <ul style="list-style-type: none"> • Experiência coletiva. • Campos de força. • Organização popular. • Projeto político. • Cultura política.

	<ul style="list-style-type: none"> • Contradições sociais. • Movimentos sociais urbanos. • Meios coletivos de consumo.
Novos movimentos sociais: Localizada em âmbito político ou dos microprocessos da vida cotidiana, fazendo recortes na realidade para observar as políticas dos novos atores sociais. (GOHN, 2004).	<p style="text-align: center;">As Categorias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cultura. • Identidade. • Autonomia subjetividade. • Atores sociais. • O cotidiano. • Representações. • Interação política. <p style="text-align: center;">Noções Desenvolvidas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identidade coletiva. • Representações coletivas. • Micropolítica de poder. • Política dos grupos sociais. • Solidariedade. • Redes sociais. • Impactos das interações políticas.
Os Novos movimentos Sociais no Paradigma Europeu	<p style="text-align: center;">As categorias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Modelo teórico baseado na cultura. • Sem aprofundamento na classe social. • Ideologias. <p>Pressões de práticas culturais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não há aprofundamento no sujeito histórico. • Política como categoria de análise. • Direitos Sociais. • Mudanças de valores dominantes. • Novas identidades. • Individualismo Metodológico.
As Matrizes teóricas dos Novos Movimentos Sociais: Weber, Marx, Habermas, Foucault, Guittari, Goffman.	<p style="text-align: center;">As categorias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Liberdade. • Prática cotidiana. • História do Homem. • Autonomia dos indivíduos. • Grupos Sociais. • Consciência dos indivíduos. • Fenomenologia. • Significados Sociais. • Micro relações de poder.
Paradigma Norte Americano: O núcleo articulador das análises é a teoria da ação social. Os comportamentos coletivos eram considerados pela abordagem tradicional norte americano como fruto das tensões sociais. (GOHN, 2004).	<p style="text-align: center;">As Categorias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreensão dos componentes coletivos. • A ênfase na ação institucional, contraposta a não institucional. • Não guiadas por formas sociais e existentes.
Paradigma Norte-Americano: A escola de Chicago e os interacionistas: Os movimentos sociais como reações psicológicas as estruturas de privações econômicas. (GOHN, 2004).	<p style="text-align: center;">As Categorias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento da comunidade. • Processos de participação e educação do povo. • Investigação sobre as condições particulares ocorridas. • Participação criativa dos indivíduos. • Estudos psicossociais (decorrentes das análises sobre as atitudes, comportamentos e reações). • Os agentes básicos nestes processos de mudança eram as lideranças. • Agentes de prováveis sublevações. • As lideranças como reformadores sociais. • As instituições de educação tornariam possíveis a autodireção do povo e sua cooperação.

	<ul style="list-style-type: none"> • Os movimentos são vistos como ações advindas de comportamentos coletivos conflituosos.
Abordagem clássica do Paradigma Norte Americano: Blumer: No início um movimento social é amorfo, organizado pobremente, com o tempo os movimentos adquirem características de uma sociedade: Organização, forma, costumes, tradições. (GOHN, 2004)	<p style="text-align: center;">Categorias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insatisfação com a vida atual. • Desejos e esperança de novos sistemas e programas de vida. • Genéricos. • Específicos. • Para crescer e desenvolver os movimentos precisam de agitação e <i>esprit de corps</i>. • Os expressivos.
Paradigma Clássico: Sociedade de Massas – Fromm, Hoffer e Kornhouser:	<p style="text-align: center;">Categorias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Totalitarismo – os movimentos não democráticos, com a alienação das massas. • Racionalidade – A elaboração política.
Paradigma Clássico: Abordagem Sociopolítica – Lipsete, Rodoulf e Heberle: Lipsete e Heberle: paradigma de lutas sociais em sua versão marxista para a compreensão de comportamentos coletivos. Um movimento não necessariamente confina-se num território nacional, podendo ter dimensões multinacionais e supranacionais. (GOHN 2004)	<p style="text-align: center;">Categorias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Político Partidário. • Comportamento dos eleitores. • Poder político de diferentes grupos e facções. • Formação da vontade comum ou da vontade política de um grupo. • Auxílio no processo de socialização. • Treinamento e recrutamento das elites políticas. • Senso de Comunidade.
Paradigma clássico: O comportamento coletivo sob a ótica do funcionalismo – Parson, Turner, Killian e Smelser. Parson: Os movimentos sociais são, portanto, características de sociedades em processo de mudança, portanto, desorganizadas. (GOHN 2004) Turner e Killian: Definem um movimento como a ação de uma coletividade com alguma continuidade para promover a mudança ou resistir a ela na sociedade ou grupo da qual faz parte. (GONH 2004)	<p style="text-align: center;">Categorias Parson</p> <ul style="list-style-type: none"> • Origem Durkniana (Anomia/Disnomia) baseadas na teoria funcionalista de Meton (organização/desorganização). • Comportamentos coletivos. • Conduta dos indivíduos. • Portadores de tensões. • Para surgir um movimento social: Bloqueio, Contato, eficácia e Ideologia. <p style="text-align: center;">Categorias Turner e Killian</p> <ul style="list-style-type: none"> • O controle e o poder na orientação dos movimentos. • Os movimentos separatistas. • Participação orientada. • Os líderes e os seguidores. • Os produtos dos movimentos. • A questão de continuidade. <p style="text-align: center;">Categorias Smelser</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comportamentos coletivos. • Ações sociais. • Metas gerais e valores. • As regras que regem a consecução dos propósitos e estão baseados em normas. • Mobilizações da energia individual. • Facilidades que dispõem os agentes para o conhecimento do ambiente.
Teorias Contemporâneas Norte-Americanas da ação coletiva e movimentos sociais. Teoria da Mobilização de Recursos: Olson, Zald e McCarthy: A base do modelo é a teoria do utilitarismo.	<p style="text-align: center;">Categorias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os movimentos sociais são abordados como grupos de interesses. • Analisados sob ótica da burocracia de uma instituição. • Economia. • Recursos humanos, financeiros e infra-estrutura. • Competição entre movimentos pelos mesmos recursos. • As estratégias de mobilização de recursos. <p style="text-align: center;">Categorias Zald e McCarthy</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conflito: Mudanças sociais.

	<ul style="list-style-type: none"> • Consenso: Acrescentar algo na ordem.
Mobilização Política MP	<p style="text-align: center;">As Categorias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Psicologia Social. • Comportamentos coletivos. • Micro relações sociais Face a Face. • Identidade. • Ideologia. • Oportunidades políticas. • Interesses políticos. • Mobilização de estruturas. • Frames. • Comunicação persuasiva.
Paradigma Latino-Americanos: É um paradigma bem diferenciado de lutas e movimentos sociais, na realidade concreta, quando comparado com os movimentos europeus, norte-americanos, canadenses etc (GOHN, 2004, p. 211).	<p style="text-align: center;">As Categorias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diversidade de movimentos sociais; • Hegemonia dos movimentos populares diante de outros tipos de movimentos sociais; • Movimentos sociais marcados por tradições de relações clientelista e autoritárias; • Luta por direitos econômicos e sobrevivência; • Religião como fator de suma importância; • A questão indígena como fonte de conflitos e movimentos sociais; • Luta por melhores condições de trabalho; • Imposição as atitudes do estado; • Inclusão social.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Algo em comum entre estes paradigmas de estudo, é que foram gerados para analisar movimentos de seu tempo, por isso, alguns paradigmas rejeitam categorias que estavam presentes em outras, portanto, cabe escolher um paradigma, alterá-lo para que se molde para os dados desta pesquisa, e se necessário, adicionar categorias de outros paradigmas.

O primeiro paradigma apresentado, é o paradigma Marxista, e sua primeira categoria são as classes sociais. Ao ressaltar esta categoria, ressaltamos as outras, pois, este paradigma parte da análise da luta histórica de classes, o dualismo presente na sociedade capitalista que há décadas e até atualmente provoca uma luta entre proletariado e burguesia. Assim, as classes se organizam em uma coletividade formando uma identidade coletiva, em que, dentro deste coletivo, é formada uma corrente ideológica que orienta e educa os participantes engendrando a consciência de classe, e todo este processo busca quebrar a ideologia burguesa opressora objetivando uma revolução.

Em suas especificidades econômicas, busca analisar a pressão estabelecida em cima do proletariado, e como ressaltado anteriormente, o paradigma foi criado em um momento histórico de desumanidade contra a classe trabalhadora e com a resistência do proletariado através de diversos movimentos como ludismo, cartismo e revoluções, a resposta foi a substituição da mão de obra humana pela mecanizada, em outras palavras

o trabalho morto. Atualmente o trabalho morto está mais presente e substituindo a mão de obra humana em todas as áreas possíveis.

O Paradigma de Marx foi criado para analisar um perfil histórico de transição do feudalismo para o capitalismo, mas ainda assim, suas categorias refletem o nosso cotidiano, se não fosse por alguns pontos. Como por exemplo a identidade individual, psicologia do sujeito, redes sociais, frames³, cultura, insatisfação social, categorias não existentes no paradigma Marxista, pois, são categorias do Paradigma da Mobilização de recursos, dos Novos movimentos sociais e da Mobilização Política.

Pode-se pensar que a insatisfação social é o que move os movimentos sociais e que ela está presente nas ideologias, mas, cabe ressaltar que para alguns autores é a insatisfação social que começa, dirige e termina um movimento, por isso, mesmo que presente no paradigma Marxista acoplado a luta de classes, não é a principal engrenagem desta corrente, pois o que move a categoria Marxista são as contradições históricas e dos sujeitos que a engendram.

A categoria da Mobilização de Recursos não será utilizada por sua limitação de categorias, pois segundo (Gohn, 2004) ela rejeita a psicologia do indivíduo e das massas, e enxerga os movimentos como concorrentes uns com os outros pela mesma fonte de recursos, seja, material, territorial ou identidade, e além da psicologia a ideologia também foi rejeitada.

Na MR as ideologias foram desprezadas, pois argumentavam-se que as mobilizações por descontentamento eram constantes e não específicas de certos períodos ou condições estruturais. Segundo Mayer (1992), as ideologias e motivações ideológicas não teriam desempenhado papel importante nas mobilizações dos anos 60, já que a maioria das ações tinha um discurso que nada mais fazia do que reivindicar a extensão dos valores liberais básicos que dominavam o discurso público americano há mais de um século (Gohn, 2004, p. 54).

Uma das principais categorias dos movimentos sociais é a ideologia que sustenta a razão e a ação do movimento, mas a categoria não está incluída na Mobilização de Recursos, além disso, há diversas críticas de variados autores diante a incapacidade desta

³ “Marcos referenciais significativos e estratégicos da ação coletiva”, pois se trata de quadros estruturais que dão suporte e sustentação a ação ao expressar os significados atribuídos aquelas ações coletivas por um movimento ou grupo social, e ao ser utilizados de forma estratégica para criar um conjunto de representações que expressem aqueles significados. Recuperado de Goffman (1974) e Piaget (1954), o conceito de *Frame* se referia, naqueles autores, ao universo das estruturas psíquicas dos indivíduos, e foi definida como orientação mental que organizava a percepção e a interpretação da realidade social. Tratava-se de um conceito que era vista sob a perspectiva cognitiva, na qual se dava importância à memória das experiências passadas. (Gohn, 2011, p. 87)

categoria conseguir estudar ou explicar por completo um movimento social. Portanto, esta teoria não pode ser utilizada pelas suas diversas lacunas expostas, e mesmo que a ideologia fosse adicionada juntamente com a psicologia, estaríamos contrariando o paradigma e causando um conflito de ideias, contudo, é possível reaproveitar duas categorias deste paradigma que foram ressaltados por Zald e McCarty as categorias do conflito e do consenso.

Os movimentos da esfera do conflito objetivavam mudanças sociais – como os movimentos feministas, dos trabalhadores, de pessoas pobres, pelos direitos civis etc. Os movimentos na área do consenso – que não contestam a ordem e o *status quo* vigente – buscariam apenas alargar algumas fronteiras dentro de seus objetivos (Gohn, 2004, p. 53).

Na atualidade estas categorias estão presentes em diversas lutas e movimentos sociais, no qual, não há uma contestação da ordem em forma revolucionária, somente uma exigência perante mudanças em alguns setores do sistema do estado como melhorias na educação, aumento de salário etc. O movimento feminista citado pelo autor, pode ser visto como categoria revolucionária, pois, busca não alterar, mas sim, destruir a ideologia dominante opressora, quebrando tabus e preconceitos que dominam a sociedade, por isso, são duas categorias que não podem ser destacadas.

A Mobilização Política utilizou a Mobilização de Recursos como Frame para sua imersão, porém, protagonizando a psicologia para melhor compreensão das atividades coletivas e a consciência de classe, se assemelhando aos paradigmas dos Novos movimentos sociais e ao paradigma Marxista. Aliás, o paradigma da Mobilização Política não somente emergiu da Mobilização de Recursos, mas também de muitas categorias do paradigma Marxista.

Assim como o Paradigma Marxista utiliza o estudo das lutas históricas para a compreensão da atualidade, a Mobilização Política utiliza de frames, ou seja, lutas históricas que dão continuidade a outro movimento, isto é, as lutas históricas de Marx e os frames de Goffman, (1974) conversam entre si no que concerne a historicidade dos movimentos sociais, porém há uma diferença, a historicidade de Marx trata da história de forma macro e envolve mais características como sindicatos, grupos sociais, classes sociais, lutas históricas e modos de produção, os frames, somente aos movimentos ou ideias que dão continuidade uma à outra, ou seja, limitando a história.

Apesar de vários pontos positivos, o paradigma da Mobilização Política não será utilizado, por não abranger pontos importantíssimos da atualidade dos movimentos sociais, como, luta de classes, economia e a dialética.

Outra observação a ser feita para as análises da MP é que ela não superou o problema do reducionismo e do utilitarismo presentes nas anteriores teorias norte-americanas em relação aos conflitos sociais. Ao se trabalhar com os repertórios discursivos dos movimentos, localizam-se as matrizes daqueles discursos em termos políticos, mas não se discutem as diferenças entre eles em relação aos interesses e projetos econômicos envolvidos. Quando a questão econômica vem à tona, é de forma utilitarista. Os conflitos sociais entre os atores sociais decorrentes das diferenças de classes sociais nunca são abordados porque não se trabalha com a categoria das classes sociais e seus interesses contraditórios. (Gohn, 2004, p. 113).

Assim como a Mobilização de Recursos, a Mobilização Política tapou alguns furos do paradigma anterior, contudo, abriu novos, mas sua categoria de frames é muito peculiar e será reaproveitada, a teoria ressaltou não somente pontos do Marxismo, mas também do paradigma dos Novos Movimentos sociais, como as micro relações sociais e identidade.

O paradigma dos Novos Movimentos sociais possui sua característica própria, como a conversação com a atualidade no que trata a emergência de novas identidades e a análise política como uma dimensão do cotidiano e possuem um forte caráter reformista, pois busca causar alterações em certas ideologias e instituições, contudo, há uma limitação nos estudos de certos movimentos e lutas.

Os Novos Movimentos Sociais possuem duas características que conversam de forma perfeita com a atualidade, que é o individualismo de interesses e a política no cotidiano, no qual atualmente, as massas seguem o interesse de apenas uma figura política “ator social” e possuem orgulho de sua posição política que os oprime e os humilha, devido as mídias maquiarem situações sociais com Fake News.

Algumas pessoas se questionam como pode ser possível a comunidade não enxergar tais atrocidades, banalidades e injustiças que sofrem e a resposta é que as pessoas atentam seus olhos para as mídias e não para sua realidade. Porém, este paradigma rejeita dois pontos segundo Gohn (2004), os teóricos que estudaram, elaboraram e utilizaram este paradigma, negaram a influência de valores históricos, e a consciência de classe é deixada de lado, o que é um ponto fraco exposto, pois, isso causa uma separação dos movimentos, como se o movimento feminista e o LGBTQIAPN+ não ocupassem a mesma classe social, engendrando uma separação de classe social, dessa forma, os movimentos e a classe social perdem força e poder de persuasão.

Apesar de muitos autores afirmarem que os Novos Movimentos Sociais rejeitam o paradigma Marxista, ainda assim, o Marxismo está presente e atuante neste paradigma como afirma (Gohn, 2004, p. 127).

As categorias ideológicas dos NMS apresentam nítido contraste com os movimentos da classe trabalhadora e com a concepção marxista de ideologia, como elemento unificador e totalizador da ação. Os NMS exibem uma pluralidade de ideias e valores e tem tendências a orientações pragmáticas e para a busca de reformas institucionais que ampliem o sistema de participação de seus membros no processo de tomada de decisão.

Algo em comum entre os paradigmas apresentados são características do paradigma Marxista, pois, diferente dos demais, ele não rejeita absolutamente nada, sendo assim, o paradigma escolhido para a análise dos movimentos sociais apresentados neste livro será o paradigma Marxista, acrescentando algumas categorias que não contraponham sua ideologia e suas outras categorias, como os frames, psicologia social e identidade coletiva.

Cabe ressaltar, que algumas ideias do paradigma Neomarxista serão utilizadas. Tal paradigma foi criado para analisar Movimentos sociais urbanos, porém, este trabalho analisa movimentos sociais rurais, contudo, seu duplo plano de saber, que foi elaborado para o meio urbano, pode ser adaptado para o meio rural, pois, não estamos tratando o campo como algo separado do urbano, afinal trabalhamos com a totalidade, e apesar de serem realidades completamente diferentes, o meio urbano não sobrevive sem o campo, dessa forma, as categorias do consumo e a economia podem ser reaproveitados (Gohn, 2004, p. 191):

A problemática dos MSU situava-se, para Castells, num plano duplo, a saber de um lado, na análise dos processos sociais de mudança e dos modos de consumo coletivo; de outro, nas articulações entre as novas contradições sociais que emergem na sociedade capitalista e as contradições econômicas políticas que se encontram na base de sua estrutura social.

O paradigma Neomarxista não se contrapõe ao paradigma Marxista, a diferença é que enquanto há uma análise aprofundada da práxis e história no paradigma Marxista, não Neomarxista há uma articulação de experiências que formam a história, e as experiências são estruturadas a partir de relações sociais Gohn (2004).

3. LEVANTAMENTO DOCUMENTAL SOBRE AS LUTAS EMPREENDIDAS PELA FETAGRI EM RELAÇÃO ÀS QUESTÕES EDUCACIONAIS.

Os movimentos sociais realizados pelo coletivo dos trabalhadores rurais na Amazônia legal, que é composta pelos estados de Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Amazonas, enfrentam situações diversas, como queimadas, grilagem de terras, pressão das oligarquias latifundiárias, portanto, todos os aspectos que contribuem para a não realização da reforma agrária.

Nessa pressão estabelecida sobre os trabalhadores, alguns sujeitos se organizam em sindicatos, partidos e movimentos sociais, reconhecendo e analisando sua situação, de excluídos dos meios de produção⁴, excluídos do direito à terra, excluídos da educação, portanto, se tornam oprimidos.

Reconhecer-se como oprimido é o primeiro passo para a sua libertação de alienado, pelo medo estabelecido da lei e dos grandes senhores de terra, pois, o homem percebe-se como injustiçado e oprimido, dessa forma, desenraiza o pensamento alienado de que é inferior ao patrão.

Nessas relações e reconhecimento de situação oprimida, os trabalhadores rurais se educam e se reconhecem como sujeitos que necessitam de direitos, que precisam se organizar na luta pela educação e igualdade e realizar uma ação coletiva para que suas reivindicações sejam ouvidas.

Analisando isoladamente o sujeito sem-terra, podemos afirmar que vive em uma realidade ambígua, pois, o sujeito em seu cotidiano, sobrevive em um contexto geográfico conhecido como campo, e neste território, sofre uma privação cultural de sua totalidade, o primeiro é quando não se reconhece como sujeito do campo, quando não internaliza em seu consciente que é oprimido, portanto, vive de acordo com sua inconsciência de classe, educacional, material, histórica.

A sua inconsciência de classe, provoca certa negligência em seus valores culturais, pois, não reconhece o conflito de classes, não consegue visar sua ótica de oprimido, mas consegue claramente visar a ótica do opressor, dessa forma, reconhece o autoritarismo da burguesia, como detentora do poder, porém, não consegue se reconhecer como peão

⁴ Como indica Edécio Vigna de Oliveira, a concepção de incluídos e excluídos dos meios de produção vem do início da colonização, primeiro entre os que eram ou não reconhecidos pela Coroa, depois os que podiam ou não votar, com a revolução industrial e a maior complexidade na divisão entre as classes, entre os participantes ou não dos meios de produção (Varella, 1998, p. 99).

alienado, portanto, o homem do campo que não possui consciência de classe, está isolado culturalmente, pois, se não há consciência, não há espírito de luta para o engajamento no movimento social, o homem inconsciente não se sente estimulado a lutar por não conseguir visar um motivo para tal organização de classes, e se não vê motivo para se organizar, automaticamente, não reconhece a política e não se identifica com seus semelhantes, portanto, é deseducado e excluído.

A exclusão sofrida pelo sujeito do campo é nítida em sua totalidade, pois, não possuem ingresso nos meios de produção capitalista, direito à terra, educação, cidadania, saúde, infraestrutura, ou seja, se encontram em situação de vulnerabilidade social, portanto, sofrem exclusão social. Mas em sua particularidade como sujeito inconsciente e deseducado do campo é latente, pois, sua exclusão está implícita em seu próprio intelecto, apesar de estar presente no meio coletivo de seus semelhantes, está excluído no que tange cultura, práticas sociais e valores, dessa forma, se torna isolado e estanque diante seus semelhantes, não compartilha do conflito e experiência gerados em seu meio, portanto, ser inconsciente e deseducado gera a exclusão no meio da inclusão.

O meio de inclusão está presente em diversos setores no coletivo social, não generalizando, mas muitas organizações sociais estão abertas para novos membros, contudo, o homem do campo inconsciente, que às vezes participa de movimentos sociais, adere o movimento de forma inconsciente, pois não visa os objetivos, metas e interesse de classes, visa somente a sua particularidade, do medo que é reproduzido em seu meio, portanto, não ingressa nos movimentos sociais buscando uma luta coletiva, mas ingressa para suprir suas necessidades de pertencimento e proteção social diante da violência do campo.

A educação do sujeito inconsciente começa em sua particularidade de sua meio que estrutura seu pensar, pois, compara sua situação de subsistência com a de seus semelhantes, dessa forma, estabelece uma análise de sua condição de vida e solidariedade coletiva, e por partes, é educado, primeiramente reconhecendo-se como oprimido, e desenvolve uma noção histórica que permite que mensure o seu passado de opressão, e a partir do diálogo compartilha experiências históricas formando uma linha cronológica situando-se em um tempo de luta que começou ou provavelmente deu continuidade a certo movimento. De acordo com (Maar, 1994, p. 47):

“Os homens fazem sua própria história”, diz Engels, “mas não segundo condições que eles mesmos escolhem”. Dependem de certas “condições objetivas” trazidas pelo desenvolvimento histórico anterior para servirem de base à sua atividade. Apenas quando atendidas estas condições, os homens poderiam constituir agentes políticos para interferir na história.

Os homens criam sua própria história, contudo, de acordo com as condições históricas anteriores a sua existência, dessa forma, o homem somente pode começar a construir sua história quando internalizar a história que antecedeu e formou o seu cotidiano, somente assim que o homem poderá construir a sua história, pois, a partir disso, ele se tornará político, e é somente através da política que poderá alterar sua realidade, caso não se torne político, será engolido pela história sem participar ativamente dela, logo, não construirá sua história, mas será uma nota de rodapé na história de outrem.

A noção geográfica se entrelaça com a noção histórica adquirida a partir do compartilhamento de experiências do sujeito do campo, portanto, desenvolve sua noção particular de território, um local de luta que pode ser temporário, conquistado, ou em processo de conquista, pois reconhece que o território, não somente é formado pelo Estado e demarcações a margem da legalidade, mas, também pode ser formado através da luta e da necessidade de se instalar para reproduzir sua materialidade, como afirma (Fabrini, 2011, p. 99):

Contudo, o território pode se constituir à margem da institucionalidade, quando a sociedade civil organizada assume poder sobre um espaço, como num acampamento de sem-terra, por exemplo, em que o controle pertence aos sujeitos organizados no movimento social. Embora o controle do espaço de um acampamento não seja total, é ilustrativa a declaração de um sem-terra acampado: “aqui no acampamento nem a polícia entra sem a ordem do grupo de segurança. Só quando tem despejo na força mesmo” (informação verbal, 2009). Assim, a formação do território está sujeita às forças sociais que são protagonistas no processo de sua formação.

Dado o entrelaçamento da noção histórica e geográfica, o homem do campo reconhece-se como sujeito histórico, dotado de capacidades e com uma função social, pois, ao mesmo tempo em que produz, educação, política, experiência e mercadoria, também produz história e alterações geográficas, portanto, a individualidade do sujeito histórico é reconhecida, pois, tais sujeitos alteram o meio, não somente político, mas também geográfico como paisagens modificadas por queimadas ou plantios, territórios construídos ou conquistados a partir de luta.

Nesta perspectiva ainda, o território possui uma perspectiva multidimensional e integradora dos diversos segmentos sociais. O território se constituiria numa síntese espacial que agrega diferentes sujeitos em uma coesão construída a partir do pertencimento a um determinado espaço. O sujeito se vê incluído e participa a partir do espaço, e não da classe ou categoria social a que pertence (Fabrini, 2011, p. 100).

A política se torna uma das categorias fundamentais do processo de educação do homem do campo. A partir de experiências compartilhadas, noções geográficas e históricas desenvolvidas, o homem sente necessidade de fazer política, sente necessidade de participar ativamente de discussões, expor seus interesses e experiências, dessa forma, sua tomada de posição de luta é estabelecida e segundo (Maar, 1994, p.66) “O momento decisivo na aquisição de significado político por um movimento social residiria na capacidade de dirigir coletivamente os interesses sociais”.

Dessa forma, a partir de toda uma construção política coletiva, se organiza o interesse social, este é uma categoria que irá representar o movimento social e seus interesses na sociedade, logo, também é uma democracia, pelo fato do homem participar ativamente nas decisões que tangem seu presente e futuro social, econômico e educacional, decisões estas que geralmente estão a cargo dos três poderes, Judiciário, Federal e Legislativo, poderes estes dos quais os cidadãos civis não participam, a não ser que sejam empresários ou capitalistas. O homem político se vê como sujeito com uma história, situado em um determinado território e produtor de materialidade, educação, valores e cultura.

Entender esta dinâmica que respeita às desigualdades sociais construídas e as diferenças sexuais, étnicas, religiosas, as manifestações regionais e a cultura popular dentro de um processo de politização e humanização da pessoa, conduz o sujeito a compreender a importância do conhecimento como uma construção histórico-social, fundada numa relação predominante de troca de saberes. Nesta direção, a educação oportuniza a mediação necessária, enquanto processo partilhado entre os sujeitos e o conhecimento, como forma de satisfazer as necessidades de melhor lidar com os aspectos do seu cotidiano, relacionados à sua luta política dentro dos movimentos sociais (Lage, 2013, p. 32).

A educação do homem do campo está desabrochando quando consegue se educar em sua particularidade do seu ser, e reconhecer-se em seu meio, compreender que possui um valor e que gera valores com sua força de trabalho, com a produção de sua mercadoria, com sua força, sabedoria e consciência de classe e principalmente a luta dos contrários, o homem para de visar sua necessidade individual, e começa a visar a totalidade do problema que assola não somente ele, mas todo o conjunto que o circunda.

Esta luta política tem levado os movimentos sociais também a se apropriarem do saber científico e a reinventarem metodologias sociais em campos historicamente afastados de qualquer possibilidade de acesso, como o da educação. Nesta direção os movimentos sociais têm priorizado para além de suas estratégias de ação mais visíveis – ocupações, marchas, greves – uma política da educação na qual visa transformar e melhor qualificar suas organizações, considerando o fato de que, dentro de um movimento social a educação tem efeito multiplicador (Lage, 2013, p. 29).

Portanto, o movimento social não surge a partir de uma liderança carismática que move coletivos, mas, surge a partir de cada ser social em sua individualidade, em seu reconhecimento da problemática semelhante ao seu próximo englobando a totalidade, o movimento social⁵ é engendrado da união de pessoas que se reconhecem como oprimidos em certa situação, como movimento feminista, estudantil e do campo e é nesse movimento que a educação está presente como afirma (Caldart, 2009, p. 42):

A Educação do campo, fundamentalmente pela práxis pedagógica dos movimentos sociais, continua e pode ajudar a revigorar a tradição de uma educação emancipatória, retomando questões antigas e formulando novas interrogações à política educacional e à teoria pedagógica. E faz isso, diga-se novamente, menos pelos ideais pedagógicos difundidos pelos seus diferentes sujeitos e mais pelas tensões/contradições que explicita/enfrenta no seu movimento de crítica material ao atual estado das coisas.

De certo, a educação é produzida nos movimentos sociais, porém, é uma educação que varia de popular e científica, portanto, os movimentos sociais, não visam somente o reconhecimento, mas também buscam suprir suas necessidades materiais fundamentais como a Educação do campo, ou seja, uma educação que possibilite o homem subsistir em seu meio, pois, a educação rural é apenas uma adaptação da educação urbana para o campo, dessa forma, se torna uma educação que não leva em consideração os valores, cultura e modos de produção das famílias camponesas.

A educação do campo deve gerar uma aprendizagem significativa, ou seja, deve levar em conta o conhecimento e experiência que o aluno do campo possui, assim, ensinado a partir do que o homem já sabe, não o tratando como alguém desprovido de qualquer saber tradicional ou familiar, mas um sujeito com conhecimento histórico e prático da vida no campo.

Portanto cabe salientar que a FETAGRI-AM já produz política, consciência de classe, história e territórios, portanto, produz educação, contudo, de uma forma ampla, pois, trabalha em uma totalidade que vai além de seu território cultural político, e atua em conjunto com outras coletividades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁶, e o

⁵ Em outras palavras, existe um movimento social quando há uma ação grupal, quase sempre composta por pessoas com problemas homogêneos, não satisfeita com uma determinada situação, tendo objetivos e formas de alcança-los semelhantes e, principalmente, guiadas pela mesma ideologia. (VARELLA, 1998, p. 107)

⁶ Paralelamente, destaca-se a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dirigida pela Igreja Católica, que tem como objetivo principal o fomento ao processo de igualdade social no campo, também colabora de forma estreita com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, com a ajuda da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que na maioria das localidades lhe dá apoio logístico. É uma entidade jurídica, sem fins lucrativos, com registro de pessoa jurídica de direito privado, tendo sua sede na

INCRA Instituto de Colonização na Reforma Agrária e a CONTAG⁷, todos sujeitos coletivos lutando por conquista material e simbólica como afirma Goettert (2014, p. 21/22) Material, porque realizam uma ação concreta e enfrentam corpo a corpo seus opressores e Simbólica, pois enxergam a terra como direito de todos.

A FETAGRI possui uma escola de formação, que tem por objetivo a realização de cursos, sendo assim, analisando o documento do curso disponibilizado, ele foi realizado do período de 20 à 24 de agosto de 2012, após a análise do documento constatamos que ele apresenta primeiramente um Plano de ensino que se organiza em um curso extraído de informações da CONTAG, segundo (Piletti, 2004, p. 62):

Podemos dizer que planejamento de ensino é a especificação do planejamento de currículo. Consiste em traduzir em termos mais concretos e operacionais o que o professor fará na sala de aula, para conduzir os alunos a alcançar os objetivos educacionais propostos. Um planejamento de ensino deverá prever:

- Objetivos específicos (ou institucionais) estabelecidos a partir dos objetivos educacionais.
- Conhecimentos a serem adquiridos pelos alunos no sentido determinado pelos objetivos.
- Procedimento de recursos de ensino que estimulem as atividades de aprendizagem.
- Procedimentos de avaliação que possibilitem verificar, de alguma forma, até que ponto os objetivos foram alcançados.

O plano de ensino apresentado no documento consta com todos esses aspectos, contudo, somente não inclui os recursos que serão utilizados ao longo do curso, sendo assim, o curso fica organizado conforma indica o quadro II.

cidade de Goiânia e diversas regionais em todo país. Foi criada em junho de 1975, por iniciativa de Dom Moacyr Grecchi, que convidou todos os bispos do Brasil para fundar uma entidade, sob égide da CNBB, visando ajudar os mais necessitados nos graves conflitos pela posse da terra, existentes entre os grandes latifundiários e os posseiros. (Varella, 1998, p. 155).

⁷ A Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que é hoje o órgão máximo do sindicalismo Rural Brasileiro, foi fundada no final de 1963, tendo sido reconhecida em janeiro de 1964. Mas em abril desse mesmo ano, dias depois do golpe militar, sofreu uma intervenção que terminaria formalmente em 1965. (Silva, 1980, p. 84/85).

Porém a CONTAG recebeu uma nova diretoria no ano seguinte, que conseguiu atuar sem chamar a atenção do regime militar, e segundo Silva (1980) tal estratégia conseguiu defender os interesses dos trabalhadores rurais, porém ainda sim sofrendo muitas críticas negativas que afirmam que a CONTAG somente serve como transporte de questões sem se mobilizar de forma abrangente nas lutas, contudo Silva (1980, p. 85/86) afirma que:

Sendo ou não essas críticas procedentes – e algumas realmente o são —, não se pode deixar de destacar os méritos da CONTAG. O maior deles, sem dúvida, é de ter mantido acesa a chama da luta dos trabalhadores rurais brasileiros contra o monopólio de terra. E a CONTAG faz isso através da bandeira de reforma agrária, mantida sempre desfraldada – por princípio, “remédio para todos os males” dos trabalhadores rurais brasileiros. Na verdade, a luta pela reforma agrária desenvolvida pela CONTAG não era apenas política. Ela significava, na prática, uma luta pelo cumprimento da legislação vigente (daí a explicação, em parte, da crítica à “conduta legislativa” dos atuais sindicatos rurais, onde a figura de maior expressão é, muitas vezes, o assessor jurídico).

Quadro II - Escola De formação Da FETAGRI-AM

Escola De formação Da FETAGRI-AM Lugar de transformação Política – 2012	
Tempo de duração: 4 dias	
Docentes	Objetivos
Edvaldo Lopes de Jesus; Francisco Pereira Canto; José Alfredo Maia Pontes; Izete Rodrigues Rabelo.	a) Construir e desenvolver um sistema de formação de política-sindical, que valorize a abordagem ideológica e classista; b) Construir e desenvolver metodologias que respeitem a pluralidade de ideias, as diferentes e especificidades dos sujeitos do campo e, possibilidade, o acesso às diversas visões existentes sobre um tema; c) Estimular o desenvolvimento do processo formativo continuados articulados às diversas áreas de conhecimento da ação sindical, construindo as condições pedagógico-metodológicas para dialogar, interagir a aprofundar reflexões sobre o PDRSS; d) Qualquer debate sobre concepção e prática sindical, identidade, campo, sujeitos políticos e desenvolvimento, política pública e inclusão social, sociedade e visão de mundo, demográfico e participação cidadã e organização sindical; e) A Enfoc vem se consolidando como um espaço que tem favorecido a pluralidade de ideias, construção coletiva do conhecimento, a autocrítica, a troca de experiências e a partilha de saberes e fazeres, estimulado reflexões sobre MSTTR para que esses percebam sua prática com visão crítica, os rumos da luta, a organização sindical e o seu projeto político – PDRSS.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

A partir dos objetivos, podemos afirmar que segue uma linha de Novos Movimentos Sociais que busca fortalecer e reconhecer a ideia de identidade a partir de uma construção ideológica de saberes, possuindo concepções Marxistas, pois, é possível visar o materialismo histórico dialético, ao se tratar da abordagem ideológica e classista, dialogar sobre o PDRSS e debater sobre práticas sindicais, ou seja, aborda um histórico, a materialidade e a luta de classes.

Após os objetivos, o documento apresenta diversas concepções e conceitos, como por exemplo; o que é um sindicato e suas especificidades como a carteira do sindicato e a aposentadoria, apresenta também diversas concepções de desenvolvimento, tudo para especificar e compreender qual a noção de desenvolvimento que querem protagonizar. Para melhor compreensão da metodologia, avaliação e desenvolvimento das atividades do curso, se torna mais conveniente organizá-los em um quadro III.

Quadro III – Grade do Curso

Escola de Formação da FETAGRI-AM, 2012	
Estratégia pedagógica	Unidades temáticas
Memória e identidade – Consistem na valorização da história dos trabalhadores e trabalhadoras contrapondo a versão hegemônica que circula na sociedade. A	I: formação social – Estudo Sociedade e Ideologia e Projetos de Desenvolvimento em disputa: • As relações sociais e de produção que foram se constituindo ao longo do tempo, destacando aspectos

dimensão da memória permite revisitar experiências, vivências, épocas passadas, auxiliando no entendimento sobre a história a partir da visão da classe trabalhadora	<p>históricos, culturais e econômicos e influências na formação da sociedade contemporânea.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação e composição da sociedade e do Estado no Brasil, com recortes e ênfases que permitam conhecer a origem das desigualdades de gênero, de classe e de raça, bem como os mecanismos de reprodução das mesmas em nossa sociedade. • Estado e Sociedade no Brasil, movimentos sociais na construção de políticas públicas, programas e projetos indutores de mudança.
<p>Pedagogia para uma nova sociabilidade – instrumental pedagógico e emancipador, faz a crítica a concepção hegemônica da educação, que leva a reprodução do preceito da naturalização das desigualdades, especialmente as étnico-raciais, de generosa geração. Estimula a apropriação das raízes identitárias da classe trabalhadora. Retoma discussão sobre a utopia e reflete sobre a construção de uma nova hegemonia da coletividade e da luta por um mundo mais humanizado, mais justo e democrático.</p>	<p>II: “Vida sindical” – história, concepção e Prática:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Origem das organizações de trabalhadores rurais no Brasil- as lutas pré-sindicais libertárias, o golpe militar, os conflitos e as lutas redemocratização. • Reflexão sobre as concepções sindicais que marcaram a trajetória a MSTTR e as influências à prática sindical hoje, desde as grandes lutas até a redemocratização do estado brasileiro. • As centrais sindicais e os desafios. • Desafios e perspectivas da luta sindical no Brasil e na América Latina. • A organização das mulheres, a história de lutas pela democratização dos espaços de poder e suas especificidades.
	<p>III: Desenvolvimento Rural sustentável e Solidário – em Estreito diálogo com unidades anteriores, propõe-se a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprofundar as reflexões sobre os projetos de desenvolvimento em disputa, suas diferenciações, ênfases e finalidade política estrutural. • Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (PADRSS), as dinâmicas de desenvolvimento e organizativas, a nova ruralidade, a diversidade de sujeitos do campo, multiculturalidade; • A perspectiva da luta contra hegemônica no campo e a distinção entre um projeto de desenvolvimento excludente e um projeto estruturador de um campo com gente.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

A estratégia pedagógica utilizada na primeira unidade temática é intitulada memória e identidade, visa realizar uma breve explanação teórica com o intuito de desfazer ideias e ideologias pré-estabelecidas em relação a história dos trabalhadores da classe social a que pertencem, ressaltando experiências passadas.

A primeira Unidade temática é intitulada “Formação Social – Estado, Sociedade e Ideologia e Projetos de Desenvolvimento e disputa”, e está dividida em três partes a primeira visa uma categoria Marxista que são os meios de produção e a história desses meios, objetivando compreender a cultura e as relações sociais estabelecidas durante os marcos históricos ocorridos desde a implementação do capitalismo até os dias atuais, para assim, compreender como ocorreu e como ocorre atualmente a divisão de classes contemporâneas fundamentadas nas relações de produção capitalistas, movida por vieses

econômicos para a acumulação de capital à custa do trabalho de muitos para o benefício de poucos.

O segundo ponto da primeira unidade temática, aborda a formação da sociedade do Brasil, porém, desta vez aprofundam a análise no âmago das classes sociais tratando das desigualdades de gênero e raça, dando ênfase nos mecanismos de reprodução dessa desigualdade presentes ao longo da história e da sociedade. O machismo e o racismo estrutural estão empregados na nossa sociedade Brasileira atual, e está se espalhando rápido, principalmente a partir de políticas de extrema direita, portanto, é seguro afirmar que este ponto visa dar ênfase não somente a mídia ou redes sociais, mas a toda uma política de ódio que fundou o Brasil.

O terceiro ponto articula-se com o segundo, trata-se da importância dos movimentos sociais na construção de políticas públicas, assim, reafirmando que, os poucos direitos democráticos que temos atualmente, se deu a partir de lutas estabelecidas por movimentos sociais, nada, foi dado, tudo foi conquistado a partir da organização coletiva que enfrentou ditaduras, governos totalitários e atualmente continua lutando pelos direitos adquiridos anteriormente por movimentos sociais, como saúde e educação.

A segunda estratégia Pedagógica é intitulada *Pedagogia Para uma nova sociabilidade*, sua principal função é atizar a criticidade frente ao sistema educativo e a sua formulação alienadora, principalmente no que tange a aceitação e conformação da desigualdade social e o engrandecimento da meritocracia e competitividade, ou seja, a desresponsabilização da burguesia e a responsabilização do proletário por situações sociais, este discurso idealista é fortalecido nas escolas, o mesmo se aplica às desigualdades de gênero e raciais.

Além dessa tomada de posição frente ao aparelho de alienação do Estado que é a escola, o outro ponto trata-se de uma sistematização da história dos trabalhadores através das décadas de lutas contra a exploração da burguesia, os objetivos desta luta histórica foram considerados utópicos pelo plano por visar uma sociedade democrática e igualitária.

As Unidades temáticas são divididas em diversos pontos, um deles visa tratar das organizações de trabalhadores rurais no Brasil e as lutas sindicais, dando ênfase no golpe militar e os principais conflitos para a redemocratização. Este ponto é bastante abrangente, pelo fato de os sindicatos terem surgido em meados do século XVIII como afirma (Antunes 1980), segundo o autor, os sindicatos primeiramente surgiram como uma forma de resistência contra a exploração violenta da classe opressora e para a garantia de

melhores salários, além, dos sindicatos serem uma coletividade trabalhista, no caso, a união da classe trabalhadora, para não serem pegos isoladamente pela classe opressora, ou seja, juntos a classe proletária é mais forte, e o símbolo desta força é o sindicato.

Contudo, no que concerne ao histórico das lutas e surgimentos sindicais, houve muitas de período a período, tratando-se do Brasil, as grandes lutas foram ainda realizadas na ditadura Vargas em 1930 e principalmente durante o Estado Novo em 1935. Após os ocorridos durante tais períodos, segundo (Antunes 1980, p. 73) devido às lutas estabelecidas pelos sindicatos nos centros urbanos, houve uma grande influência para o meio rural, assim surgindo as primeiras mobilizações no campo.

O campo também foi atingido pelo avanço das lutas populares. Os trabalhadores iniciaram o processo de mobilização desde 1955, com o surgimento da primeira Liga Camponesa, no Engenho Galiléia. Um ano antes havia sido criada a União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e pouco a pouco floresceram os sindicatos rurais. Era a entrada decisiva do campesinato no cenário político nacional, exigindo uma radical transformação da estrutura agrária, através da substituição dos latifúndios pela propriedade camponesa e pela propriedade estatal. Exigiam o acesso à terra para aqueles que desejavam trabalhar, além da extensão da legislação trabalhista para o campo, com o objetivo de garantir alguns direitos mínimos aos trabalhadores rurais.

Cabe ressaltar que o principal instrumento de luta dos sindicatos eram as greves e paralisações, contudo, na maioria das vezes eram violentamente reprimidas pelas forças policiais principalmente na ditadura Vargas e na ditadura Militar, instrumentos de repressão também eram criados pela burguesia como a Pluralidade Sindical que visava dividir os sindicatos, criação de unidades Sindicais pelo Estado juntamente com implementação de normas burocráticas, limitação de participantes, retirada de direito a greve e prisões de trabalhadores. No período ditatorial militar a priorização foram as lutas pela redemocratização, ou seja, as principais paralisações e greves que ocorreram no período, que foram muitas, houve derrotas como na greve de Osasco em 1968 que de acordo com Antunes (1980, p. 79/80):

Antecipando a greve geral prevista para outubro de 68, época do dissídio coletivo dos metalúrgicos, a direção de Osasco aventurou-se numa greve, acreditando na possibilidade de sua extensão para outras regiões. Iniciada no dia 16 de julho, com a ocupação da Cobrasma, a greve atingiu as empresas Barreto Keller, Braseixos, Granada, Loraflex e Brown Boveri. No dia seguinte, o Ministério do Trabalho declarou a ilegalidade da greve e determinou a intervenção no Sindicato. Houve ainda a presença das forças militares que passaram a controlar todas as saídas da cidade, além de efetivarem o cerco e a invasão das fábricas. A partir de então, desestruturou-se toda e qualquer possibilidade de manutenção da greve. No seu quarto dia os operários retornaram ao trabalho. Era o fim da greve de Osasco.

A greve visava lutar contra as políticas impostas pela Ditadura Militar que segundo o autor tratava-se de políticas como o arrocho salarial, a lei 4.330 que proibia o direito à greve, a criação do (FGTS) o que causou uma demissão em massa dos trabalhadores nas empresas, redução dos salários, retiradas de indenizações, superexploração da força de trabalho e a implantação da Lei de Remessa de Lucros o que gerou em 1968 o conhecido “Milagre Brasileiro” mas como ressalta Antunes, o milagre Brasileiro para a Burguesia e o inferno para a classe operária. Contudo houve vitórias também.

Em fins de 77 o quadro começou a se alterar favoravelmente para a classe operária. Não mais aguentando o ônus oriundo do arrocho salarial e aproveitando-se de uma denúncia do Banco Mundial, veio à tona o que na prática se sabia. O Governo tinha usurpado e manipulado através de nefastas fórmulas matemáticas significativa parcela do salário real dos operários (especialmente em 1973, quando se diminuiu em 30% o índice de aumento salarial). Foi então que os trabalhadores iniciaram um intenso processo de mobilização nas fábricas e nos sindicatos pela reposição salarial preparou todo o terreno para que, no início de 1978, os operários voltassem com toda sua força e iniciassem as paralisações de maio, que atingiram centenas de milhares de trabalhadores metalúrgicos, inicialmente no ABC e depois estendendo-se para todo o Estado de São Paulo (Antunes, 1980, p. 82/83).

De certo não havia somente uma repressão por parte do governos militar, mas diversas injustiças sociais, incluindo roubo, desviando o salário de trabalhadores, a greve iniciada em 1978 teve um enorme sucesso, pelo fator surpresa, ou seja, os patrões não esperavam que o povo quebraria a lei que proibia greves e paralisações, as greves continuaram em 1979 nas fábricas metalúrgicas da ABC paulista (Antunes, 1980), contudo houve uma repressão por parte da burguesia que decretou intervenção aos sindicatos com o intuito de intimidar a classe trabalhadora, contudo, somente encorajou a uma maior participação sindical, ainda neste período houve diversas assembleias, e a partir da negociação, retorno das lideranças sindicais, contudo, tal vitória, levou anos e somente a partir de diversos conflitos que as pequenas vitórias foram alcançadas.

O último ponto da Unidade temática, refere-se à luta das mulheres para a conquista de espaços. Sabemos que o sindicalismo foi tardio no que tange a aceitação de mulheres, devido as crenças implantadas no seio do capitalismo que inferiorizam o trabalho da mulher, como “o trabalho da mulher é inferior”, “a mulher não serve para política”, dentre outras ideias que além de reduzir o valor da mão de obra feminina, lotou diversas fábricas que optaram por contratar somente mulheres e crianças para economizar mais, o que gerou um preconceito masculino diante a mulher e também uma transferência de culpa pelo desemprego masculino.

A Unidade temática III, aprofunda o PADRSS que é o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Este projeto possui uma longa história que influenciou até a criação dos sindicatos rurais, seus principais objetivos são: lutar contra políticas neoliberais, e estabelecer uma luta coletiva pela criação de políticas públicas que amparem o meio rural.

O Projeto abrange uma totalidade que vai desde valores, economia, cultura, juventude, política, gênero e raça, para a atuação e efetivação dos objetivos o Projeto conta com diversas formações divididas em metas, objetivos e atividades, as estruturas metodológicas e pedagógicas ocorrem por meio de seminários, rodas de conversa, oficinas e cursos disponibilizados para públicos-alvo específicos, como mulheres, líderes sindicais, monitores, juventude e trabalhadores e trabalhadoras rurais. Contudo, um maior aprofundamento será dado no próximo documento a ser analisado, expresso no quadro IV.

Quadro IV- Documento PADRSS, 2009.

Documento	Data
Projeto Nacional de Articulação, Construção e Fortalecimento de Redes de Desenvolvimento e Territorialidade e Fortalecimento do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS). Brasília/DF.	Dezembro de 2009.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

O surgimento do PADRSS deu-se após os eventos da Segunda Guerra Mundial, este momento do desenvolvimento Brasileiro foi marcado pela entrada de agrotóxicos e certas máquinas de guerra nas lavouras para estimular a produção do agronegócio. O período também era marcado pelo êxodo rural, devido ao intenso processo de industrialização que estava ocorrendo no governo Vargas (Brasília 2009), seguindo todo um contexto de ditadura e pós ditadura, na década de 1990 fora instalado no Brasil o modelo de desenvolvimento neoliberal, principalmente por causa das dívidas geradas na ditadura militar como afirmam (Frigotto & Ciavatta 2003) e de forte influência da burguesia no governo Fernando Henrique Cardoso.

A característica que define o governo FHC tem sido o neoliberalismo “light” do tipo que predominou nos anos 90 (...). A dinâmica fundamental do neoliberalismo se ergue sobre dois princípios: a desregulamentação dos mercados e a privatização dos serviços. (...) Fernando Henrique Cardoso leiloou a maior parte do setor estatal e abriu a economia completamente, apostando na entrada de um fluxo maciço de capital externo para modernizar o país. Após oito anos, os resultados estão aí, evidentes: estagnação crescente,

salários reais em queda, desemprego em nível nunca antes visto e uma dívida estrondosa. O regime foi condenado aos seus próprios termos. (Frigotto & Ciavatta, 2003, p. 103).

Os princípios neoliberalistas são um claro ataque aos direitos dos trabalhadores, além de expor que as políticas ditatoriais ainda influenciam e muito as decisões no governo FHC, essa política neoliberal engendrou uma enorme concentração de terras, destruiu centenas de empregos e acelerou o processo de êxodo rural, para resistir a isso surgiu o PADRSS.

Para contrapor a esse modelo o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR afirma para a sociedade a importância social e econômica do meio rural para o desenvolvimento sustentável e solidário, o que só é possível com gente no campo em condições de produzir, comercializar e viver com dignidade. Portanto, desenvolvimento rural sustentável e solidário se efetiva se construído com a participação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, para o que é essencial a democratização do acesso à terra, políticas públicas com igualdade de oportunidades e exercício pleno da cidadania – acesso à saúde, educação, lazer, cultura, habitação, segurança, etc. Sem essas condições permanece a imigração de homens e mulheres para as cidades, sobretudo da juventude, indicando a falta de alternativas para seguir vivendo no campo (Brasília, 2009, p. 4).

O principal ponto do PADRSS é a criação de condições para se viver no campo, devido políticas neoliberais formarem contradições não somente no que tange condições humanas para o trabalho, mas também, moradia e dignidade, economia, é exposto o fracasso dessa política na sociedade Brasileira, pelo fato de sermos uma economia agroexportadora, logo, forçar o êxodo rural pela concentração de terras e agronegócio é uma contradição campo/urbano pelo fato de os pequenos produtores serem produtores da principal fonte de alimentos das cidades Brasileiras.

Enquanto o neoliberalismo visa um desenvolvimento desenfreado que mata a flora e fauna, envenena águas e terra as deixando improdutivas e inutilizáveis, esgotando os recursos naturais, acelerando o processo de aquecimento global que precipita o processo de destruição do planeta. O PADRSS visa um desenvolvimento sustentável, que seria um desenvolvimento consciente, que respeita a terra e seu tempo de produzir, dessa forma, dando tempo para a natureza se recuperar e não esgotar os recursos naturais, preservando a saúde das pessoas, pois, é sabido que tais agrotóxicos utilizados pelo agronegócio são extremamente prejudiciais para a vida humana.

Diferentemente do neoliberalismo cuja única consideração que faz é a obtenção de lucro advindo do processo de extração da mais-valia. A participação dos trabalhadores

e trabalhadoras rurais nesse processo torna-se essencial, pelo fato do sindicalismo⁸ exigir a participação de todos para que haja um confronto com a burguesia, somente assim, poderá exigir-se uma redemocratização do acesso à terra que é um direito primordial, logo, o acesso à terra possibilita muito mais do que um lugar para se morar, mas um lugar para se trabalhar e cumprir a lei de função social da terra, ou seja, produzir nesta terra e não obtê-la por simples especulação de terras, assim, os trabalhadores também lutam pela criação e efetivação de políticas públicas.

Nesse âmbito das políticas públicas também foi pensado na juventude, que é uma das mais afetadas do meio rural, principalmente quando se trata de educação, devido às escolas muitas vezes não possuírem infraestrutura, materiais e financiamento para que funcione adequadamente, além das organizações e gestões escolares muitas vezes serem de forma seriada, multisseriada, ou localizadas em núcleos distantes das comunidades, necessitando um grande processo de locomoção até essas escolas, além da falta de opções de lazer para os jovens do campo, todas estas problemáticas influenciam o êxodo rural juvenil, o que causa uma descontinuidade da produção do campo.

A efetivação do plano ocorre de forma ampla, é dividido em objetivos, metas, atividades e resultados esperados, todos são articulados em experiências teóricas e práticas, abrangendo pontos de políticas públicas, portanto, para um melhor entendimento e sistematização organizou-se o quadro V.

Quadro V – Objetivos do Plano do PADRSS

Objetivo Geral	Objetivos Específicos
Desenvolver um processo de Mobilização para inserção dos trabalhadores(as) rurais assalariados	a) Desenvolver uma ação informativa e formativa que conduza os/as trabalhadores

⁸ A CONTAG agrupa e articula as 27 federações estaduais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, 250 pólos/regionais e cerca de 4.200 Sindicatos filiados, que representam um universo de 25 milhões trabalhadores e trabalhadoras rurais, sendo cerca de 10 milhões de sindicalizados (as) (Brasília, 2009).

<p>rurais, agricultores (as) familiares, assentados (as) da reforma agrária, jovens, mulheres e pessoas da terceira idade nos espaços de elaboração e gestão de políticas públicas territoriais.</p>	<p>rurais na criação de novos paradigmas para uma atuação qualificada no processo de construção do desenvolvimento territorial;</p> <ul style="list-style-type: none"> b) Propiciar a construção coletiva do saber, visando o fomento da sinergia necessária para o surgimento de um modelo de desenvolvimento que aponte para a melhoria da qualidade de vida e trabalho no campo Brasileiro; c) Proporcionar aos dirigentes e lideranças sindicais e assessores sindicais a disposição para o aprendizado e aperfeiçoamento do processo de gestão das políticas públicas. d) Realizar processo de articulação e mobilização de dirigentes e lideranças sindicais, assessores sindicais para atuarem nos diferentes espaços institucionais que definem e desenvolvem políticas e programas nos territórios rurais; e) Mobilizar dirigentes e lideranças sindicais, assessores sindicais para a elaboração e acompanhamento da gestão de planos de desenvolvimento territorial rural; f) Qualificar dirigentes e lideranças sindicais, assessores sindicais para incorporarem as dimensões de gênero, geração (Jovens e Terceira Idade), raça e etnia nas políticas públicas territoriais rurais; g) Realizar intercâmbios de experiências em políticas públicas territoriais rurais.
--	---

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

O objetivo geral busca uma luta pela democracia e principalmente os espaços democráticos, ou seja, o espaço político formal. De certo todos fazemos política, já discutimos a importância de se tomar partido e a necessidade de se conhecer a sua posição política, classe social e principalmente de conhecer sua história, as características geográficas que o englobam, contudo, geralmente o fazer político somente é dirigido para os representantes dos burgueses, donos dos meios de produção empresários e famílias influentes, pois, as decisões tomadas engendram políticas que não beneficiam a população.

A organização em movimentos sociais é um dos pilares para efetivação das reivindicações operárias, e este é um movimento histórico que foi realizado por meio das lutas efetivadas e organizadas pelos sindicatos, como greves, paralisações e passeatas, por isso, é reivindicada uma participação e inserção da totalidade de cidadãos do campo para a criação de políticas públicas que possam oferecer condições para que esta classe subsista.

Os objetivos específicos priorizam as ações educacionais, podemos averiguar isto na preocupação de informar e formar os cidadãos do campo, principalmente para a

qualificação para a atuação sindical, o reconhecimento da situação de classe e política para sistematizar os passos necessários para a construção de uma melhoria de vida e uma maior igualdade social. Outro ponto priorizado são relacionados a qualificação e uma maior participação das lideranças sindicais, visando uma união entre as redes sindicais, contrariando a pluralidade sindical que torna os movimentos e as ações sindicais mais fracos devido ao baixo poder de impacto social.

Se torna importante a participação do máximo de trabalhadores possíveis, pelo fato do público beneficiário ser estendido a totalidade de pessoa do campo, segundo (Brasília, 2009, p. 12), os principais beneficiários são: lideranças, assessores e técnicos do MSTTR e sindicais; jovens, mulheres, assentados(as) rurais e líderes sindicais. O próximo quadro trata-se das ações, metas e atividades do PADRSS.

Quadro VI – Atividades do PADRSS

Metas	Atividades e ações
Meta 1. Articulação Nacional de Planejamento, monitoramento e acompanhamento do Projeto	Atividade 1.1. Reuniões da Coordenação Executiva do Projeto Atividade 1.2. Oficinas preparatória das ações do Projeto Atividade 1.3. Reuniões do Coletivo de Desenvolvimento Territorial Atividade 1.4. Seminário Nacional de Debate sobre Desenvolvimento Territorial Atividade 1.5. Produção de Material Didático-Pedagógico
Meta 2. Processos Formativos de Agentes de Desenvolvimento Territorial	Atividade 2.1. Jornada Formativa de Articulação de Agentes de Desenvolvimento Territorial Atividade 2.2. Jornada Temática sobre Educação do Campo e a Políticas Públicas Atividade 2.3. Jornada Temática: Desenvolvimento Territorial Com Sucessão rural Atividade 2.4. Jornada Temática: Políticas Públicas para as mulheres trabalhadoras rurais. Atividade 2.5. Jornada Temática de Organização da Produção
Meta 3: Estratégias para apresentação de experiências regionais	Atividade 3.1 Salões Regionais de Desenvolvimento territorial
Meta 4: Avaliação do Projeto	Atividades 4.1 Seminário nacional de Avaliação do Projeto
Meta 5: Articulação e Execução de ações de fortalecimento de redes territoriais	Atividade 5.1: Articulação de ações e elaboração de relatórios Atividade 5.2: Articulação de Equipe operacional Atividade 5.3: Comunicação operacional
Meta 6. Grito da Terra Brasil Meta 6.1 Apoiar o Grito da Terra Brasil	
Meta 7. Promover a formação/ capacitação de agricultores e agricultoras familiares, no processo de lideranças para gestão das organizações cooperativas na perspectiva do fortalecimento e consolidação do PADRSS Meta 7.1 Encontros de Planejamento, Monitoramento, Avaliação das ações de Cooperativismo e sindicalismo no processo de	Atividade 7.2 Seminários Estaduais/regionais de gestão para desenvolvimento do cooperativismo na Agricultura Familiar – (7 Seminários de 16 horas cada) Atividade 7.4 Formação de Agricultores e Agricultoras familiares em fiscalização e controle de empreendimentos cooperativos (5 cursos de 16 horas cada)

organização e desenvolvimento econômico – sustentável da agricultura familiar.	<p>Atividade 7.5 Intercâmbio de experiências entre organizações cooperativas da agricultura familiar e economia solidária</p> <p>Atividade 7.6 – Formação de Agricultores e Agricultoras Familiares em administração/gestão de empreendimentos cooperativos – (7 cursos de 16 horas cada)</p> <p>Atividade 7.7 Oficina sobre boas práticas das organizações associativas/cooperativas e experiências de integração com movimento sindical na Agricultura Familiar (1 Oficina de 24 horas)</p> <p>Atividade 7.8 Visitas Técnicas de Planejamento e acompanhamento operacional (16 visitas de 16 horas)</p> <p>Atividade 8 Elaboração do Plano de Convivência com o Semi-árido.</p>
--	---

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

A Meta 1 engloba uma formação teórica dos trabalhadores e trabalhadoras rurais juntamente com um planejamento do PADRSS, tais planos e formações serão executados com a participação dos trabalhadores e em especial por uma equipe executiva da CONTAG. Segundo os dados que compõem o documento analisado, o tempo de duração das atividades varia muito, sendo a menor a atividade 1.4 que durou 24 horas, e a maior a atividade 1.2 que durou 40 horas.

O número de participantes também é variado, sendo o menor número de participantes na atividade 1.1 contando com 80 participantes, e a maior a atividade 1.2 contando com 109 participantes, as atividades ocorreram entre abril de 2011 e fevereiro de 2012. Todas as atividades são fundamentadas em estratégias metodológicas pedagógicas, foram utilizadas oficinas com participantes que representam instituições e federações, reuniões de equipes de representantes e seminários nacionais, todos visando formar e instruir os trabalhadores e líderes sindicais.

De acordo com os dados no documento (Brasília, 2009) a Meta 2 visa uma formação, inclusão e capacitação da totalidade dos sujeitos do campo, como na atividade 2.1 que tem como objetivo capacitar jovens lideranças rurais para um desenvolvimento sustentável, troca de experiências com ONGs e Movimentos Sociais e uma cooperação entre as entidades para a construção de políticas públicas.

A atividade 2.2 tem por objetivo um fortalecimento da Educação do Campo, para isso, serão debatidas as políticas públicas que a permeiam. A atividade 2.3 visa aprofundar a discussão da sucessão rural e identificar os principais problemas que levam a juventude rural a sair do campo, além da mobilização dos jovens com ênfase no

desenvolvimento territorial, houve uma capacitação dos jovens no que tange gestão e políticas públicas.

A atividade 2.4 tem por objetivo a construção de políticas públicas para as mulheres. A atividade 2.5 visa uma capacitação das organizações produtivas do STTRs e uma consolidação de Sistemas de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar. As estratégias pedagógicas contam com debates, exposição de painéis e formação de grupos de trabalhos. As atividades possuem uma duração de tempo e participantes mais homogêneas em comparação com a meta 1, a média de duração das atividades é 32 horas, e a média de participantes é de 560 pessoas, as atividades ocorreram entre junho e outubro de 2011.

Segundo os dados do Documento (Brasília, 2009), a Meta 3 objetiva uma consolidação do espaço regional como estratégia de avaliação, juntamente com o fortalecimento da atuação do MSTTR para consolidar o PADRSS, além da construção de espaços pedagógicos que possuem o intuito de trocar experiências. As atividades foram realizadas em salões e a estratégia pedagógica foi o debate, a duração da atividade foi de 24 horas e contou com 1.400 pessoas.

A Meta 4 assim como a terceira visa uma avaliação, contando com uma socialização dos resultados do acompanhamento do projeto nos territórios, além da continuidade da capacitação de desenvolvimento territorial com cunho em educação do campo. A estratégia metodológica da atividade foi um seminário, que durou 24 horas e possuiu um público de 101 dirigentes.

A meta 5 de acordo com os dados (Brasília, 2009) visa uma atuação mais ativa em relação aos monitores que receberam formação a partir de oficinas e receberam também responsabilidades no que tange observação sindical principalmente no que se trata das famílias, além da articulação das equipes operacionais, houve também uma disponibilização de celulares e internet para a melhor articulação entre as pessoas.

Portanto vimos que o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) conta com uma ampla gama de atuação, que lutar contra as políticas neoliberais dos governos e estabelecer uma articulação entre sindicatos, priorizando a formação pessoal e coletiva dos trabalhadores, não discernindo entre as pessoas, e buscando uma união da classe social, para que torne o campo um lugar onde se possa viver.

Documento: **Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER: BRASIL**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER. Brasília: MDA/SAF, 2010. 45 p.

O documento traz consigo uma base teórica inacabada, pelo fato de ser um documento em eterna construção e reconstrução, a pedagogia de ATER é fundamentada em diversos teóricos como John Locke, Makarenko, Pistrak, Piaget, Vygotsky e Paulo Freire. O documento argumenta sobre diversas linhas pedagógicas dentre a tradicional, Técnico-burocrática, Liberal e Dialética, além de articular a formação da pedagogia libertadora e emancipadora juntamente com suas características como; autonomia, experiência; liberdade; empatia; trabalho e uma relação participativa e construtiva da aprendizagem de maneira colaborativa, ou seja, uma relação não hierárquica entre professor e aluno (Brasil, 2010).

De acordo com Brasil (2010) a história da ATER é composta de encontros entre os extensionistas e os agricultores, um processo histórico pautado nos paradigmas sujeito-objeto⁹ e sujeito-sujeito¹⁰, este processo de evolução da extensão rural é marcada por três períodos, o primeiro é o Humanismo Assistencialista que ocorreu entre 1948 a 1962 que visou o desenvolvimento agrícola como princípio metodológico a extensão rural transferir tecnologias para os agricultores para promover o desenvolvimento rural, este desenvolvimento e produção se dava de acordo com a ótica do Estado.

O segundo período foi o Difusionismo Produtivo que ocorreu entre os anos de 1963 e 1984, ficou marcado pelos planos governamentais como a “revolução verde” que tinha por objetivo o desenvolvimento agrícola, a expansão das fronteiras agrícolas e o dinamismo da agropecuária, o Estado controlava as ações a partir da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater).

O terceiro período ficou conhecido como Humanismo crítico, ocorreu entre os anos de 1985 e 1989, ficou marcado por um retrocesso, exigindo uma superprodução para a obtenção de supersafra agrícola. De acordo com Brasil (2010) em 1990 houve a extinção da Embrater e do Sistema Brasileiro de Assistência Técnico e Extensão Rural (Sibrater),

⁹ O paradigma sujeito-objeto se fundamenta na relação vertical, de dominação, daquele que sabe mais e ensina, e aquele que sabe menos, aprende e faz. A direção da mudança da realidade é dada por aquele que ensina, em última instância, pela instituição (Estado) que define e regula o processo e a realidade a ser construída. (Brasil, 2010, p. 24)

¹⁰ O paradigma sujeito-sujeito, fundamentado na autonomia, estabelece relações democráticas, de cooperação, de parceria, do permear de saberes próprios, construindo conjuntamente a mudança da realidade. (Brasil, 2010, p. 24)

excluindo também uma política nacional de investimentos o que gerou uma crise para os serviços da ATER, como resposta ao novo modelo de produção em 2003 é criado o PNATER, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Além das bases teóricas fundamentada em clássicos da educação que vão contra a Educação tradicional e as concepções de educação neoliberalistas, o documento foi construído de forma coletiva, visando respeitar os princípios de participação que valorizam as experiências e saberes individuais do coletivo do campo, sejam trabalhadores(as) rurais, sindicalistas e juventude, e assim como o PADRSS ou os outros documentos educacionais analisados neste projeto, objetivam uma produção sustentável para o campo como afirma (Brasil 2010 p. 09 apud Lei nº. 12.188 de 11 de janeiro de 2010)

A Pnater propõe um modelo de desenvolvimento sustentável para o meio rural, ancorado num conjunto de princípios que qualificam a ação extensionista e o serviço de assistência técnica e extensão rural prestado aos agricultores familiares e suas formas de organização. Dente eles, destaca-se o princípio norteado desta proposta: “Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção de cidadania e a democratização da política pública”.

O desenvolvimento sustentável não é uma necessidade exclusiva do campo brasileiro, mas do mundo pelo fato da globalização e o modelo de produção neoliberalista terem acelerado e muito a devastação ambiental tornando a cada dia que passa o planeta mais inabitável e matando centenas de espécies responsáveis pelo controle da biodiversidade.

Vemos também a falta de preocupação não somente com as futuras gerações, mas com a geração atual que já sofre com consequências climáticas como: calor em excesso; neve em regiões tropicais; furacões; terremotos entre outros. Outro ponto em consolidação com o PADRSS é o amparo às famílias rurais através de políticas públicas, principalmente se tratando da extensão rural também garantida pela CF no seu artigo 187 (Brasil, 2016, p. 113/114):

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

- I – os instrumentos creditícios e fiscais;
- II – os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;
- III – o incentivo à pesquisa à tecnologia;
- IV – a assistência técnica e extensão rural;
- V – o seguro agrícola;

- VI – o cooperativismo;
- VII – a eletrificação rural e irrigação;
- VIII – a habitação para o trabalhador rural.

A Constituição Federal prega uma série de direitos que amparam o trabalhador rural, contudo, sabemos que muitas das políticas Constitucionais não são cumpridas, principalmente os capítulos referentes à reforma agrária e educação, haja vista, são direitos que trariam maior equidade social o que a burguesia abomina.

Quando se trata de educação, Brasil (2010) ressalta a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade, que são caracterizados por não dividirem o mundo para um estudo por disciplina, como no caso da organização de ensino tradicional presente na cidade, onde, há uma categorização de desarticulação do saber, logo, o tema “educação ambiental” seria dividido em geografia, química, biologia, ética, direitos, este estilo de ensino é prejudicial, pelo fato de além de desnortear o conteúdo, se perde o sentido do aprendizado.

Portanto a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade objetivam trabalhar os conteúdos em sua totalidade, e com a pedagogia de ATER, este estudo é efetivado de forma coletiva e não somente por um professor que transfere conteúdo para um aluno, portanto, as bases teóricas desta pedagogia visam que o trabalhador se liberte do seu papel de oprimido e passe a se reconhecer na história e como ser político, para assim se emancipar, porém este é o principal desafio como afirma (Brasil, 2010 p. 26).

As diretrizes metodológicas para a construção da Pedagogia de Ater, base para a implantação da Pnater, tem como escopo orientar a superação das práticas que se distanciam e fortalecer as que se aproximam dos fundamentos da pedagogia emancipadora. Nesse sentido se mostra a estreita relação entre os fundamentos da pedagogia emancipadora e os princípios e diretrizes da Pnater. Deste modo uma Pedagogia de Ater Baseada nesses pressupostos emancipatórios se coloca como instrumento estratégico para a efetivação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, pois visa a transformar práticas e princípios convencionais, adormecidos em modelos que não condizem com a conjuntura atual e com as necessidades da agricultura familiar, em novos pressupostos e posturas institucionais e profissionais que possam dar vazão aos novos objetivos estabelecidos pela Pnater.

Os princípios metodológicos que fundamentam a pedagogia de ATER segundo Brasil (2010, p. 34), são os de acolhimento, que se organiza em um espaço onde as pessoas sejam bem recebidas e se sintam à vontade; a definição dos princípios de convivência, como pontualidade, respeito, linguagem acessível, avaliação dialógica entre outros; a utilização de linguagens lúdicas e da tradição popular, este ponto é referente às brincadeiras, danças, músicas para incentivar uma afetividade resultando em uma

inclusão coletiva; a leitura de mundo, refere-se a identificação do contexto dos participantes; a problematização se articula com o ponto anterior, pois, problematiza o contexto dos participantes.

O aprofundamento teórico é realizado de acordo com os materiais selecionados e visa uma intervenção por meio dos mesmos; a construção do conhecimento, se efetiva a partir da compreensão das temáticas discutidas; a avaliação ocorre de maneira dialógica e processual, ou seja, avalia o início, meio e fim e não somente o fim, como as avaliações tradicionais; a dimensão individual e a dimensão coletiva do processo de aprendizagem, visa a reflexão e o compartilhamento de experiências e aprendizagens; o trabalho pedagógico na perspectiva dos Círculos de Cultura, visa uma relação de quem ensina aprende, dessa forma, o educando participa do processo de construção do conhecimento; o registro e sistematização, valoriza as sistematizações e registros efetivados durante o processo com o intuito de construir novos conhecimentos.

**Documento: Cartilha de Orientação Para os Grupos do Jovem Saber: 2018:
Secretária de Jovens da CONTAG**

O programa Jovem¹¹ Saber é constituído por um estilo de educação construído dentro de um movimento social, mas também busca incentivar e iniciar jovens para participarem da militância, educando e os ensinando as ideologias compartilhadas nos movimentos, segundo a cartilha.

O programa Jovem Saber é uma ferramenta muito importante na trajetória da organização da juventude rural, pois, incentivou a formação de grupos e comissões municipais e estaduais, além de ter sido parte da história de muito(as) dirigentes sindicais que fortalecem sua atuação por meio do programa, assim como a minha militância (Contag, 2018, p. 9).

O programa Jovem Saber busca atingir todos os jovens para que no futuro possam representar os interesses dos movimentos sociais, o programa abrange a socialização e formação do jovem, portanto gerando novas ideias e novos grupos que atingem um certo patamar de importância e destaque nos movimentos sociais, e se utilizando de exemplos como dirigentes sociais que já passaram por tal programa.

¹¹ O programa Jovem Saber foi lançado em 2004, como fruto de uma necessidade de a juventude acessar o Pronaf Jovem, linha de crédito específica para a juventude, que tinha como exigência a realização de capacitação de 400 horas. Mas os(as) jovens foram muito além, e viram aí a oportunidade para se capacitar para atuar no Movimento Sindical, formular políticas públicas específicas e atuar em comunidades. Eles(as) queriam entender melhor nossas bandeiras de luta, tais como a Reforma Agrária, assim como sobre as conquistas e a história do MSTTR. (CONTAG, 2018, p.12)

O programa busca também conscientizar o jovem da atual situação em que ele está inserido, com o avanço tecnológico, a exploração de trabalhadores, a retirada de direitos, e o esmagamento da agricultura familiar, o jovem se torna de extrema importância para dar continuidade a luta no campo.

Por isso, o programa Jovem Saber é um instrumento fundamental. Por meio dos debates dos temas e da realização das tarefas de estudos, os(as) jovens têm a oportunidade de conhecer as realidades de suas comunidades, pensar propostas, conhecer as estruturas responsáveis pela construção das políticas públicas necessárias para garantir nossos direitos à educação, saúde, geração de renda, cultura, lazer, acesso à tecnologia, entre tantos outros (Contag, 2018, p.10).

O programa Jovem Saber possui como metodologia de aprendizagem o diálogo e a práxis, onde, é estabelecida uma troca de experiências entre diferentes realidades, atentando para as problemáticas existentes em cada território e exercendo a democracia em elaboração de soluções para tais problemas, seguido de um estudo e um ingresso dos jovens no fazer político das elaborações de políticas sociais para a melhor compreensão da práxis que gera a democracia.

Segundo a Contag, (2018, p. 11), o programa de formação é gratuito, ofertado para jovens de 16 a 32 anos, e algo interessante é que os jovens não precisam participar de um sindicato para ingressar na formação, qualquer trabalhador que esteja interessado e contemplado na faixa etária, poderá participar. A organização para a realização dos estudos ocorre nos municípios onde os jovens se encontram com o apoio de Sindicatos, Federações e da CONTAG, o que é um ponto positivo, pois, ressalta a importância do jovem ser educado no lugar onde nasce e vive.

O material é impresso por meio de cartilhas ou virtual, o conteúdo aborda a defesa do PADRSS o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário¹². A capacitação dos jovens primeiramente foi pensada via distância, porém, não pela internet ou rádio, mas a partir dos correios com a entrega das seguintes cartilhas.

- **Módulo 1: Desenvolvimento Rural Sustentável e Cidadania**
- **Módulo 2: Juventude, Reforma Agrária e Agricultura Familiar**
- **Módulo 3: Juventude e Organização da Produção**
- **Módulo 4: Juventude, Organização e Gestão Sindical**
- **Módulo 5: Juventude, Educação do Campo e Metodologia participativa para o trabalho em grupo**

¹² O PADRSS é a proposta de desenvolvimento para o País que o Movimento Sindical defende como alternativa ao modelo predominante, que valoriza a monocultura para exportação, a concepção de terras e renda, a exploração de trabalhadores e trabalhadoras em benefícios do capital, o uso de agrotóxicos e o descaso com a preservação e conservação da água, do solo e da flora e fauna do nosso País, entre outras características. (Contag, 2018, p.21/22)

O primeiro módulo, aborda o tema desenvolvimento rural sustentável, ou seja, buscar uma forma de educar o futuro trabalhador do campo a conhecer e se apoderar de novos saberes no que tange produção de mercadorias de forma sustentável e renovável. O ponto cidadania, refere-se ao cumprimento de tais leis de conservação ambiental, respeito às terras públicas da união e de conservação.

O segundo módulo aborda a juventude em si, a responsabilidade do jovem do campo e seus deveres como futuro militante de sindicatos e movimentos sociais, dando continuidade à produção familiar ou do acampamento em que está inserido. A reforma agrária é a bandeira principal dos movimentos que ocorrem no campo, pois, somente a distribuição equitativa de terras, e fornecimento de recursos para que o trabalhador rural possa produzir e subsistir, construirão um possível desenvolvimento do campo Brasileiro e até da economia do país, portanto, necessita introduzir o jovem desde a história sobre as primeiras lutas pela reforma agrária até as mais atuais.

A agricultura familiar envolve vários aspectos, desde econômicos, sociais e educativos, mas é tratada de forma interdisciplinar, em que os primeiros conhecimentos adquiridos por um jovem do campo não são ideologias partidárias, mas o aprendizado de certas técnicas de produção, noções de tempo e tipos de solo, o jovem do campo desde cedo aprende o que é o trabalho e a importância dele para a comunidade.

Como essas cartilhas buscam um estudo coletivo e uma interação entre alunos, outro ponto educativo da agricultura familiar é sua socialização, pois cada família possui suas especificidades e técnicas no que concerne a produção agrícola, desde a seleção de matérias primas até a circulação do produto, e o terceiro módulo trata disto, a organização da produção em si, portanto, se torna um tema amplo a ser discutido em socializações de jovens.

O quarto módulo se trata de ofertar ao jovem uma certa noção de atividades sindicais, o inserindo no meio onde possa fazer política na prática, mas para isso, necessita conhecer as formas organizativas que rondam um sindicato, somente a gestão é ressaltada, porém, os outros setores que formam um sindicato também devem ser abordados. O quinto módulo aborda a educação do campo, ou seja, uma educação voltada para atender as especificidades do campo e que ajude o jovem a subsistir em sua realidade, também assumindo o papel de orientador, e aprendendo a trabalhar em grupo.

O sexto módulo abrange a educação sexual, e ressalta os direitos que o casal possui em caso de possível gravidez ou contaminação por DSTs, um assunto que apesar de extrema importância tem sido atacado no governo do presidente Jair Bolsonaro, que se utiliza do senso comum e da religião para retirada não somente da educação sexual nas escolas, como tenta excluir a existência de outros gêneros humanos, e empurrar para a família a responsabilidade que cabe às escolas e ao Estado de falarem e se posicionarem, como afirmam (Franco & Albuquerque, 2020, p. 211):

Além da retirada de debate de gênero, fortalecem-se no governo Bolsonaro outras iniciativas de privatização moral da educação, com destaque à proposta de educação domiciliar (ou homeschooling) proposta, por exemplo, pela atual Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, a pastora “terrivelmente cristã” Damares Alves (Eduardo MARANHÃO F”, Clarissa de FRANCO, 2019). Em sua defesa sobre o tema, a ministra afirmou que “nós entendemos que é direito dos pais decidir sobre a educação dos seus filhos, é uma questão de direitos humanos. Então, a iniciativa sai deste ministério sob esta vertente. (...) É nós somos signatários do Pacto de San José da Costa Rica que garante isso às famílias” (Damares ALVES, 2019^a).

A cartilha apresenta reflexões históricas e políticas, e em como ocorreu em tais governos a orientação da oferta dos cursos, vemos a diferença entre políticas de esquerda e direita tratando-se de conteúdos educacionais, e não são alterações mínimas são modificações violentas, um governo implementa e fortalece e outro dizima e retira direitos:

Um momento importante na trajetória do Programa Jovem Saber foi a parceria feita pela CONTAG com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (criado em 1999 e fortalecido pelos Governos Lula e Dilma, mas extinto pelo Golpe de 2016) para que a capacitação por meio do Jovem saber pudesse ser utilizada como parte do processo de acesso ao Pronaf Jovem (linha de crédito específica da juventude, que exigia de seus requerentes a comprovação de 100 horas de capacitação em curso técnico da agricultura familiar). Dessa maneira, milhares de jovens concluíram os seus módulos do programa e pegaram seus certificados, passaram a estar aptos a conseguir crédito para executar ações nas propriedades de suas famílias (Contag, 2018, p.14).

Nitidamente tais direitos e programas que são conquistados pelos trabalhadores rurais não são fixos, podem tanto ser aperfeiçoados se os trabalhadores ocuparem espaços políticos, como no caso do governo Lula, ou podem ser extintos como no caso do governo Temer, onde se começou a destruição de muitos direitos que levaram anos de luta para os movimentos sociais conseguirem.

O programa Jovem Saber surgiu como uma nova possibilidade de vida para os jovens do campo, pois, possibilitou a milhares deles não somente conseguissem

reconhecimento com seus certificados, mas também que pudessem continuar a produção familiar graças ao crédito do Pronaf. E outro marco foi em 2008, onde novos módulos foram acrescentados como *Juventude assalariada, Direitos trabalhistas Sociais e Humanos e Juventude, Associativismo e Cooperativismo* (Contag, 2008) e o programa passou a ser oferecido exclusivamente por meio virtual. Para participar deve ser seguido as seguintes especificidades.

Cada grupo deve ter de 06 a 12 jovens, sendo composto por, no mínimo, 30% de jovens mulheres, mas recomenda-se que tenha número igual de homens e mulheres (paridade de gênero). Os grupos devem ser acompanhados pela Secretaria e Comissão de Jovens de cada Federação e também pelo Sindicato e Comissão do Município (Contag, 2008, p. 16).

O programa também possui um caráter de inclusão, no qual se preocupa em atender certas reivindicações do movimento rural em que estão inseridos, como por exemplo nos movimentos feministas, portanto a todo momento é exigido uma igualdade entre homens e mulheres no tange formação e participação sindical, a inscrição dos grupos deve ser feita pelo site: www.contag.org.br/jovemsaber

Dentro do programa, o jovem deverá cumprir tais prazos para entrega de relatórios e tarefas de estudos, que devem ser feitas preferencialmente de forma coletiva (Contag, 2008), ele deve apoiar o movimento sindical de seu município e até adentrar nele se possível para a melhor compreensão de tais atividades.

As bases do programa Jovem Saber se estruturam na educação popular de Paulo Freire, almejando uma sociedade mais igualitária e transformar os sujeitos em protagonistas do seu próprio destino, a educação neste caso tem papel libertador e de luta, a educação popular no programa jovem saber tem como eixos o Diálogo, a Amorosidade, a Conscientização, a Pesquisa da Realidade Concreta e a Sistematização. E para finalizar a análise veremos o Projeto Político Pedagógico (PPP) do programa Jovem Saber.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) sistematiza o conjunto de práticas, princípios, valores que consideramos como orientadores para a ação individual e coletiva, e também se propõe a contribuir para que os sujeitos políticos exercitem uma leitura crítica da sua realidade e que possam atuar para promover mudanças. O PPP tem como base a relação entre organização e formação, a formação para a ação sindical e o aprimoramento, fortalecimento e socialização do PADRSS (Contag, 2018, p. 22).

O PPP assim como o programa Jovem Saber, é arquitetado e moldado nos princípios da educação popular de Paulo Freire, buscando a formação não somente de uma identidade individual, mas também de uma identidade coletiva, inserindo o jovem

no mundo político e o capacitando a partir de conteúdos construídos e trabalhados coletivamente, para assim, entrarem no mundo sindical.

4. LEVANTAMENTO DOCUMENTAL SOBRE AS LUTAS EMPREENHIDAS PELA FETAGRI EM RELAÇÃO À REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária se torna abrangente quando levada para o âmbito do conflito, de certo, a falta de equidade na distribuição de terra provoca mudanças nos modos de

organização de território, estado e economia, se tornar comum, a acumulação de propriedade privada de uma minoria, deixando a grande maioria da população sem-terra.

As mudanças que a reforma agrária propõe são rejeitadas na atual conjuntura política do país, visto que defendem o conservadorismo e ignoram qualquer ideia de igualdade perante os homens, dessa forma, causando uma situação de opressor e oprimido como afirma Veiga (1984, p. 18) “Até hoje, todas as tentativas feitas no Brasil para se optar por uma saída democrática para a questão agrária acabaram sendo frustradas por uma reação autoritária e violenta das classes dominantes”.

A burguesia busca reproduzir uma exclusão ideológica¹³ para que prevaleça somente uma ideia, contudo tal utilização de violência gera contradições na própria lógica capitalista, pois, a violência¹⁴ utilizada por parte dos conservadores se torna legítima e aceitável por parte dos aparelhos jurídicos, contudo, se os oprimidos se sentem ameaçados e decidem se defender, são vistos como criminosos como afirma Freire (2019, p. 59):

Para os opressores, porém, na hipocrisia de sua “generosidade”, são sempre os oprimidos, que eles jamais obviamente chamam de oprimidos, mas, conforme se situem, interna ou externamente, de “essa gente” ou de “essa massa cega e invejosa”, ou de “selvagens”, ou de “nativos”, ou de “subversivos”, são sempre os oprimidos os que desamam. São sempre eles os “violentos”, os bárbaros”, os “malvados”, os “ferozes”, quando reagem a violência dos opressores.

É no território que o homem se constitui como um ser de identidade individual e coletiva, onde se reconhece em sua situação de oprimido em certo local e tempo e história. A construção do território pode parecer algo pronto e acabado, no qual os homens transitam e se inserem de acordo com suas necessidades. Contudo, o território pode ser construído através da instalação realizada por posseiros que pretendem subsistir em um local sobre a jurisprudência coletiva, em que os valores e leis dominantes opressoras não predominam, assim, formando um novo território.

¹³ O discurso ideológico se caracteriza, justamente, pelo ocultamento da divisão, da diferença e da contradição. Portanto, através da ideologia é montado todo um imaginário e toda uma lógica de identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, escamotear a dominação, escamotear a presença do ponto de vista particular, enquanto particular, dando-lhe a aparência de ser o ponto de vista universal (Decca, 1992, p 46-47 apud Goetter, 2014, p. 19).

¹⁴ De origem latina, o vocábulo violência (*violentia*) originalmente designava “força que se usa contra o direito e a lei”. Aos poucos, o termo passou a significar qualquer ruptura de ordem ou qualquer emprego de força para impor uma ordem. Estudos clássicos nas ciências sociais trazem à tona a discussão sobre as dimensões de legitimidade e poder enleadas no uso da violência (Weber, 1974; Arendt, 1994), que passa a significar o emprego da força sem qualquer legitimidade. Assim, essa força torna-se violenta quando perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações ou ultrapassam um limite (Andrade, 2007, p. 129/130).

De certo, a reforma agrária é um processo lento, e a lentidão deste processo causa a ocupação de terras por posseiros¹⁵, ou ocupantes¹⁶, ou seja, um território ilegítimo, pois, está sujeito a retirada pelas forças policiais, contudo, neste âmbito de ocupações ilegais, assim surge outra contradição, a burguesia ilegalmente toma terras de trabalhadores, indígenas e até terras públicas, porém, raramente alguma penalidade é aplicada a opressão sofrida pelos ocupantes, porém, cabe ressaltar que a ocupação é um pré-requisito para a obtenção de terra ou de direito à vida como ressalta Fabrini (2011, p. 103):

Entretanto é necessário observar que, embora o acampamento apresente conteúdo territorial, ele é uma etapa do processo de territorialização camponesa, pois é transitório, é a busca. A ocupação é um pré-requisito para a territorialização mais intensa dos sem-terra materializada nos assentamentos, ou seja, o assentamento possui uma força territorial mais intensa porque o camponês possui maior domínio sobre o espaço. Assentar na terra é dominar, controlar e ter poder sobre o espaço o que conforma o território.

A reforma agrária, se expande em território, mas também em questões ambientais, e de vida, pois sem território o homem não pode subsistir e se isso não ocorre, não pode se educar, portanto, a reforma agrária não somente se reduz a uma distribuição de terra, mas se expande em toda uma totalidade que afeta a vida do homem de todo o país como afirma Veiga (1984, p. 8):

Se por um lado é verdade que os objetivos de “justiça social” e de “eficiência econômica” constam como metas de todo e qualquer programa de desenvolvimento, por outro, a decisão de privar alguns da propriedade de grandes áreas agrícolas, para entregá-las a outros que as façam produzir mais e melhor, não é fácil de ser assumida por um governo. Ela contraria interesses econômicos consideráveis e incentiva a ação de forças sociais subalternas cujo alcance é difícil de ser previsto. Além de modificar a distribuição de propriedade de terra, relações de força entre as classes sociais.

Infelizmente, o que move as ações do governo não são pessoas ou interesses coletivos, mas, são metas e porcentagens econômicas, portanto, para que haja um desenvolvimento econômico é necessário fazer a terra produzir e cumprir sua função social, contudo, para que isso ocorra, precisa-se de uma luta conjunta do Estado e movimentos sociais, contra a burguesia.

Dessa forma se torna assaz delimitar pontos de análise, não somente em questões de território, mas de tempo também, dessa forma, o território escolhido que está inserido

¹⁵ Deste modo, posseiro é o trabalhador rural sem vínculo empregatício que, não sendo proprietário do imóvel, o possui como seu, tornando-o produtivo. Pelo direito civil é visto como aquele que está na posse do imóvel, sem título, porém sem clandestinidade ou má-fé (art. 490, Código Civil apud Varela, 1998, p. 162)

¹⁶ “Ocupante é o mesmo que o posseiro, mas em terras públicas” (Varela, 1998, p. 177).

na Amazônia Legal é o Sul de Lábrea, local que possui um amplo histórico de queimadas, assassinatos, grilagem, e luta por terras.

No dia 19 de dezembro de 2006, foram efetivados levantamentos de atividades ilegais que ocorriam no local, dessa forma, buscando uma compreensão sobre o problema, pois, apesar das 500 famílias assentadas no momento citado, ainda ocorria a ameaça de fazendeiros, jagunços e crimes como queima de acampamentos e florestas, dessa forma, a reforma agrária se torna algo inacabado, pois, o homem não pode subsistir na sua terra, pois necessita fugir para sobreviver.

Um ofício enviado para a FETAGRI/AM cuja a fonte é a Assembleia legislativa do Estado do Amazonas, consta com situações de violência, irregularidade na posse de terras, promessas de assentamentos, resistência política, grileiros¹⁷, e consequentemente, tal situação se tornou manchete de jornal com o título “Incrá vai enviar equipe para negociação em Lábrea”. Fonte: Jornal: Diário do Amazonas; Caderno Política; Data 23/02/2007.

Está manchete se trata de uma notícia que envolve, atores sociais, partidos políticos, território, história regional, todos os pontos descritivos, dessa forma, para a melhor compreensão dessa manchete que ressalta uma situação que envolve aspectos passados, cabe analisar separadamente cada categoria.

Quadro VII – Caracterização da situação

Atores sociais	Território	Organizações coletivas
Procurador do Incra: Bianor Saraiva; Fazendeiro: Atanásio Schneider; Deputado: Eron Bezerra; Líder de Acampamento: Gedeão Rodrigues da Silva; Juíza de Direito da Comarca de Lábrea: Kathleen dos Santos; Superintendente do Incra: Maria do Socorro Marqueis Feitosa.	Fazenda Remansinho; Gleba Iriqui; Sul de Lábrea.	Comissão Pastoral da Terra - CPT; Central única dos Trabalhadores - CUT; Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Amazonas - Fetagri/Am; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra; Secretaria de Estado da Produção - Sepror.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A partir das categorias escolhemos a totalidade como ponto de partida, o território de Lábrea, Localização; Sul do Amazonas; Extensão territorial; 68.229 km²; População

¹⁷ “Grileiro é aquele que invade a terra e falsifica seus títulos, dizendo-se ser proprietário há mais tempo.” (VARELLA, 1998, p. 183)

26.020.¹⁸ Contudo, mesmo sendo um local específico, ainda assim, o território se relaciona com outras regiões do sul do Amazonas, como; Apuai; Novo Aripuanã; Manicoré, Humaitá; Pauini; Boca do Acre e Canutama.

Segundo os dados obtidos a região Sul do Amazonas é rica para a exploração extrativista de madeira, minérios e propenso ao desenvolvimento pecuário¹⁹ Portanto, o Sul do Amazonas se torna alvo de ações coletivas, conflito, luta de classes, e atuação do Estado.

A partir da descrição do local se torna nítido que o Sul de Lábrea chamaria a atenção não somente do Estado do Amazonas, mas também da população Brasileira composta por partidos políticos, sindicatos, agentes sociais e oligarquias latifundiárias, todos em uma disputa por meios de produção de mercadoria, visando satisfazer sua necessidade materialista de recursos, todos esses grupos coletivos e atores individuais buscando realizar a agrobiodiversidade que Cardoso (2010, p.26 apud CDB, 2000) define como:

Um termo amplo que inclui todos os componentes da biodiversidade que têm relevância para a agricultura e alimentação, e todos os componentes da biodiversidade que constituem os agrossistemas: as variedades e a variabilidade de animais, plantas e microorganismos, nos níveis genéticos, de espécies e ecossistemas, os quais são necessários para sustentar funções chaves dos agroecossistemas, suas estruturas e processos.

Portanto, a agrobiodiversidade, consiste em a alteração da natureza para a retirada ou produção de matéria prima, dessa forma, podemos afirmar duas coisas, a primeira é que a agrobiodiversidade consiste em alteração geográfica da paisagem para a obtenção de bens de consumo, a segunda é que os atores sociais envolvidos buscam para si produtos com a mesma finalidade, afirmar que um pequeno produtor camponês não pode competir com as grandes oligarquias latifundiárias é um equívoco latente, pois, é sabido que o pequeno camponês é um dos principais produtores de bens de consumo do centro urbano, dessa forma, o pequeno produtor camponês se torna indivíduo de extrema importância para a economia e subsistência de seu estado, como afirma Fabrini (2011, p. 107):

A eficiência produtiva camponesa, necessária para o desenvolvimento do Brasil, é verificada a partir do cotejamento de dados da área cultivada, financiamentos de investimento e custeio as lavouras e produção dos pequenos agricultores, dispondo de apenas 24,3% da área total de terras do país (IBGE,

¹⁸ Fonte: Assembleia legislativa do estado do Amazonas, Comissão, 2007, p. 12)

¹⁹ Fonte: Assembleia legislativa do estado do Amazonas, Comissão, 2007, p. 10)

2006) e poucos recursos financeiro (16 bilhões, de acordo com o plano safra 2010-2011). São responsáveis por 100% da produção de verduras, 87% da de mandioca; 70% do feijão; 59% dos suínos, 58% de leite; 50% das aves, 46% do milho; 38% do café etc.

Assim, abrindo a segunda parte deste equívoco, que é a globalização, pois, o comércio gera concorrência, e se o homem do campo produz e vende, automaticamente se torna concorrente das grandes oligarquias, portanto, se torna um empecilho para o grande comércio, cabe ressaltar também, que por anos o campo Brasileiro foi visto como atrasado e primitivo, justamente por questões produtivas, pois o pequeno agricultor, não produz em massa ou possui uma monoprodução, mas produz para sua subsistência, sendo assim, não contribui de forma abrangente para o desenvolvimento econômico do país, que é outro equívoco, como podemos ver nos dados do IBGE, os pequenos agricultores são responsáveis por 100% da produção de verduras.

O Sul de Lábrea certamente foi escolhido pelo seu aspecto topográfico²⁰ rico em variedades de solo, minérios, dessa forma, entidades e grupos sociais entram em conflito em busca de defender suas ideologias políticas, e conquistar território propenso para sua subsistência, assim, iniciado o processo de alteração territorial da paisagem, com técnicas de plantio, queimadas, ou derrubada de florestas, porém, tal ação de alteração de paisagem se realizada de forma negligenciada e com base no senso comum, pode causar danos ambientais irreversíveis ao solo e ao meio ambiente, e este, foi um dos fatores de preocupação no Sul de Lábrea, a falta de sensibilidade e educação perante questões ambientais que abrangem a totalidade do tema, como espécies em extinção, degradação do solo, e ignorância perante a preservação do meio.

Portanto cabe agora a analisar o segundo território citado no jornal, que é a Gleba Inquiri, porém a área é denominada Iquiri, os dados ressaltam que:

A Gleba Inquiri tem acesso pelo ramal denominado Mendes Júnior, situado aproximadamente a altura do km 145 da BR-364, sentido Rio Branco/ Porto Velho, é uma área localizada na Floresta Amazônica, um dos biomas mais importantes e cobiçados pela sua biodiversidade. Em virtude disso, o interesse de madeireiras, grileiros, fazendeiros e do movimento dos sem-terra na região é muito grande gerando uma série de conflitos com seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores, posseiros nativos na região, causando mortes de lideranças de trabalhadores sem-terra (como a do Sr. Gedeão), bem como outros atos de violência como expulsão, espancamento, etc. (Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2007, p. 22).

²⁰ Os aspectos topográficos são usados localmente para distinguir categorias de paisagens que vão desde um ambiente alagado até um ambiente de platô em terra firme. A variação dos níveis de água e a modificação da vegetação e dos solos no gradiente topográfico são observadas de forma criteriosa pelo agricultor (Cardoso, 2010, p. 69).

Nessa descrição do local, podemos perceber diversas coisas, a primeira é a conexão da Gleba com o estado do Acre e Rondônia como ressaltado na manchete, porém uma coisa não ressaltada é que a fronteira dificulta ação dos órgãos governamentais, tornando difícil a aplicação de penalidades no que tange violência²¹, assim, causando um aumento do uso da violência como meios para atingir determinados fins.

O segundo ponto sobre a Gleba de Iriqui é que o local é rico em biodiversidade, sendo assim, é sujeita a uma agrobiodiversidade, dessa forma, causando o efeito do conflito de interesses, e como já ressaltado, devido a Gleba fazer fronteira com dois outros estados e dificultar a aplicação de qualquer tipo de lei ou políticas públicas, se torna um conflito em uma terra sem lei e regras.

O Jornal não consta, porém, para a melhor compreensão das figuras e locais históricos cabe ressaltar a fazenda do Sr. Ostícia:

A Fazenda do Sr. Ostícia com uma área de 7.000ha (sete mil hectares) nas mediações do ramal Mendes Júnior no qual o funcionário do mesmo assassinou cruelmente o Sr. Gedeão Rodrigues da Silva no qual era liderança do Acampamento Nova esperança no qual registrados pelo INCRA do Amazonas. (Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2007, p. 20)

Como já ressaltado nas características da Gleba de Iriqui, e mais especificamente na fazenda do Sr. Ostícia, é uma terra sem lei, pois, se o assassinato de um líder de acampamento ficou impune mesmo com o líder do acampamento Gideão estando na margem da legalidade assentado pelo INCRA, isto, não impediu ou se quer intimidou o Senhor Ostícia ordenar o assassinato, sendo assim, os outros assentados podem-se considerar vulneráveis a violência e morte mesmo estando de baixo da asa da lei, segundo os dados.

Que o único sem-terra era o senhor GIDEÃO, momento em que ZÉ DO BONECO retirou-se do local voltando em seguida com uma espingarda calibre 20 na mão ao chegar perto do senhor GIDEÃO apontou para o mesmo sem perguntar nada e deflagrou o tiro a queima roupa contra a vítima, demonstrando assim que já estava tudo tramado para a execução (INCRA, Operação Sul do Amazonas, 2005).

Zé do Boneco é funcionário do Sr. Ostícia, após analisarmos e aprofundarmos o estudo neste caso, constatamos que Zé na verdade não é um funcionário comum é um pistoleiro, e trabalha para o senhor Ostícia como empregado, com isso, o assassinato foi um serviço extra, mas, existem questões não reveladas nesse caso. Segundo os dados do

²¹ Fonte: (Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2007, p. 22)

INCRA, a Operação Sul do Amazonas, revela que o autor do crime, foi flagrado, após tentar esconder a arma enterrando-a na própria propriedade, e nesta investigação, outras 18 armas e munições foram encontradas, assim, podemos levantar a hipótese que o senhor Ostícia pretendia assassinar bem mais que o líder do acampamento.

O último território a ser explorado é a fazenda Remansinho, contudo, o nome da fazenda consta diferente do que foi noticiado²², o nome da fazenda é Romaninho:

A Fazenda Romaninho matrícula de 729 de Propriedade do Proposto Fazendeiro Waldair João Schneider com uma área de 20.000ha (vinte mil hectares) sendo dono da área, Sr. Atanázio parte desta área foi indicada pelo INCRA para a criação de PDA e o restante foi aonde aconteceu as queimadas das motos e espancamentos de trabalhadores rurais sendo obrigados a deixarem seus barracos e sair sem levar seus pertences, até mesmo documentos pessoais foram queimados por pistoleiros da referida fazenda. (Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2007, p. 20).

Com o território conhecido, agora, basta à análise do contexto do local. Segundo os dados, os conflitos na região já vêm ocorrendo há mais de dez anos, e, tanto o jornal quanto os dados obtidos são da data de 2007, portanto, as lutas neste território começaram em 1997. O jornal é bem específico em sua manchete quando destaca: *INSTITUTO quer solucionar conflito nas terras da região sudoeste do Amazonas, que dura há pelo menos dois anos*. No ano de 2005 a fazenda remansinho expunha em sua porteira de acesso uma permissão concedida pelo IPAAM²³, para um remanejo florestal²⁴.

Para a melhor compreensão desse conflito histórico de dois anos, é necessário conhecer os sujeitos históricos, por trás de tal evento de reforma agrária onde a FETAGRI/AM possui participação. Após tal ostentação de legalidade no que tange danos ambientais, em novembro do mesmo ano, houve uma gestão entre o INCRA, IBAMA/AM e IPAAM, pedindo o cancelamento de remanejo florestal.

E o primeiro sujeito histórico é a Juíza de Direito da Comarca de Lábrea/AM Dr^a Katten dos Santos Gomes, sua participação neste caso foi de suma importância para que os rumos da luta fossem mais violentos e injustos ainda com os camponeses assentados, pois tal Juíza expediu uma liminar de reintegração de posse em favor do Segundo sujeito histórico o Senhor Atanázio, segundo os dados:

²² Cabe ressaltar que algumas palavras nos documentos verificados estão com erros ortográficos, porém, para não haver nenhum equívoco e alterar o significado dos dados, não ocorreu nenhuma alteração em nenhuma parte dos documentos citados ou utilizados.

²³ Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas.

²⁴ Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Dia 22 de outubro de 2005, às 10h30min, atendendo à intimação do Delegado de Polícia Civil de Extrema-RO, Dr. Rubens, recebemos das mãos do Sr. Pedro cunha, oficial de justiça da comarca de Lábrea e do Dr. Daniel, advogado do suposto fazendeiro Sr. Atanásio, uma liminar de reintegração de posse expedida pela MM Juíza de Direito da Comarca de Lábrea/AM Drª Katten dos Santos Gomes, dando um prazo de 15 dias para a desocupação da referida área (Assembleia Legislativa do Amazonas, 2007, p. 16).

Dessa forma, a Juíza Katten, foi a que tornou legítima a violência que o camponês sofreu, a partir da reintegração de posse e ordem de desocupação do território, contudo, mesmo com o prazo estabelecido, houve um desrespeito a liminar, por parte do Oficial de Justiça Sr. Pedro cunha, junto com o advogado do senhor Atanaíso para que os acampados se retirassem em no máximo 24 horas²⁵, caso contrário, seriam retirados a força, ou para a melhor compreensão, retirados pela violência, mesmo com os camponeses tendo a consciência que tinham um prazo para sair de 15 (quinze) dias, a após se passado o prazo, ocorreu a principal ato de violência contra a luta dos camponeses ocupados na fazenda Remansinho.

Após 18 dias do recebimento da liminar, algumas famílias já haviam deixado o local e ficaram acampadas junto à margem esquerda do rio Remansinho, enquanto outras, por absoluta falta de recursos financeiros, ainda se encontravam na área. Estas famílias, no dia 10 de novembro foram surpreendidas pelo oficial de justiça acima mencionado que estava acompanhado por policiais e pistoleiros (estes últimos liderados pelo Sr. Márcio de Souza Gomes, funcionário do suposto dono da área Sr. Waldair João Schneider) e mais outros cinco homens fortemente armados e encapuzados que atearam fogo aos barracos, queimando tudo. Dispararam mais de 60 tiros e, dolorosamente, espancaram cerca de 20 pessoas entre os que se encontravam, inclusive, crianças a partir de dois meses de vida, mulheres e idosos. (Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2007 p. 17).

Como no relato acima descrito, muitas famílias que ficaram no local não responderam às exigências da liminar por não possuir condições de sair, sendo assim, sofreram o que muitos chamam de “justiça”, contudo, aqui chamaremos de injustiça, de não serem reconhecidos em suas necessidades e condições, pois, entre fornecer comida ou uma bala, a jurídico sempre optará por muitas balas contra trabalhadores. O próximo documento analisado será:

**Documento: Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária-INCRA
superintendência do INCRA no Amazonas – SR/15-AM divisão técnica**

Operação Sul do Amazonas

²⁵ Fonte: Assembleia legislativa do Estado do Amazonas.

Relatório de levantamento das ocupações irregulares no sul do Município de Lábrea

O documento trata-se de uma missão do INCRA em conjunto com outros movimentos sociais, sindicatos e população rural, trazendo dados, fotos, estatísticas e relatos sobre a totalidade do campo do Sul de Lábrea, onde, há anos, ocorrem conflitos e disputas por terras por parte de fazendeiros, ocupantes, posseiros, jagunços e grileiros de terras, sendo assim, o INCRA é pressionado de todos os lados, este relatório possibilita vermos o outro lado da moeda, o lado da ação, pois, de todos cantos dos estados Brasileiros, surgem reclamações de irregularidade em terras, expulsões, assassinatos, queimadas, desmatamento, e demora tratando-se da reforma agrária. O objetivo geral da missão foi:

Promover o Levantamento da atual situação fundiária, através do georeferenciamento dos imóveis rurais que estejam em áreas de domínio da União, localizadas (áreas) no sul do Município de Lábrea: proceder com vistorias *in loco*; efetuar levantamento cartorial e atualização cadastral; apurar denúncias de invasões em terras públicas de domínio da União Federal e identificar os ocupantes ilegais. (INCRA, 2005, p. 5)

A missão não somente abrange o reconhecimento geográfico da região como também se trata de uma cassação e aplicação da lei e da justiça focando também a legalidade na posse de terras, e auxiliar o trabalhador rural na sua atualização cadastral de posse de terra, e também, os fazendeiros, apurando e verificando a documentação para se comprovar a legalidade e autenticidade na posse de terra, acrescentando também as terras da União, ou seja, terras públicas, que geralmente é onde ocorrem a maioria dos conflitos de posseiros, grileiros e fazendeiros pelo o uso da terra.

A situação das terras públicas federais no sul do Amazonas é um fato preocupante, principalmente em virtude das ocupações irregulares cuja a finalidade é a especulação imobiliária e a retirada ilegal de madeiras. Essas formas de avanço sobre a floresta impelem as populações nativas a deixarem os locais de seus assentamentos tradicionais pelo uso da força ou ameaças promovidas por jagunços contratados por grileiros que pululam àquela região (figura bastante atuante na região). (INCRA, 2005, p. 5)

Não somente no Amazonas, mas as terras públicas em domínio da União sempre foram algo preocupante para as autoridades responsáveis, pois, a disputa por terras no Brasil já possui um longo histórico de luta que abrange diversos tipos de resistência, no que tange cultura como terras indígenas e agricultura familiar, e também luta de classes com os movimentos sociais que geralmente são formados pelo proletariado contra os grileiros de terras, fazendeiros, oligarquias latifundiárias e muitas vezes até a justiça que é comprada pela classe burguesia rural.

Essa luta de classes históricas ocorridas no campo brasileiro se dá principalmente por um sonho utópico de equidade e igualdade de distribuição de terra, pois, terra é vida, mas infelizmente por 500 anos, a propriedade de terras brasileiras esteve na mão de poucos enquanto milhares de trabalhadores rurais necessitam de um pedaço de terra para plantar e viver, porém, todas as tentativas de uma possível reforma agrária são frustradas pela classe dominante, e como ressaltado, possuem grandes propriedades de terra por mera especulação, onde não produzem, não plantam e não moram, não cumprem a função social da terra, porém, ainda assim, não abrem mão de um único hectare.

Além de todas as irregularidades na posse de terras, ainda há os crimes ambientais como o desmatamento ilegal de áreas preservadas e defendidas para a defesa de espécies ameaçadas de extinção ou proteção de terras indígenas, porém, não é um dano ambiental especulativo que muitos acreditam ser por pura maldade, a extração de madeira em outras palavras o desmatamento é ligado a questões econômicas para a obtenção de capital e transformação de matéria bruta.

É importante ressaltar que os movimentos ambientalistas somente tratam da preservação e não se envolvem no mercado ilegal ou capital de extração de madeira, onde o Estado, raramente possui controle sobre a floresta, as vezes, até faz vista grossa e quando menos percebe, milhares de hectares de floresta Amazônica deixam de existir juntamente com tudo o que estava nela, de plantas e animais à pessoas, e ressaltando que desmatamento e queimada é um ato de violência não somente contra o planeta, mas uma consequência para o mundo todo, dessa forma, se torna nítido a importância dessa luta do INCRA em conjunto com os movimentos sociais.

A floresta vem sendo substituída por grandes áreas de terras desmatadas para o cultivo de pastos e para a construção de pistas clandestina de pouso de aeronaves, tendo tais atividades o suporte de segurança oferecido por pistoleiros bem armados, que já fazem parte do cenário sombrio do sul do Município de Lábrea (INCRA, 2005, p.6).

O desmatamento já é algo nítido para os habitantes e movimentos sociais de Lábrea, porém, a informação sobre o cultivo de pastos somente afirma algo ressaltado anteriormente, que é a destruição da natureza com fins de acumulação de capital, dessa forma, não é somente um problema do movimento ambientalista, mas também dos movimentos trabalhadores, pois, abrange as questões econômicas rurais do estado, e não sendo minimalista, as questões agrárias abrangem o país inteiros, os trabalhadores rurais tem uma maior importância neste caso, pois, enquanto produzem na base da legalidade

vegetais, legumes e carnes para abastecer os centros urbanos, há uma compra e venda de carne de gado ilegal ao seu lado, como os pastos ressaltados.

Dessarte, não é somente uma questão que fica no campo, mas também vai para a cidade onde a maioria das indústrias de processamento de carne funcionam, ou seja, há um envolvimento urbano nas questões camponesas, podendo envolver também até industriais internacionais, podemos deduzir isto com a informação das pistas de pouso improvisadas e ilegais feitas a partir de áreas desmatadas, e também abranger outras possibilidades como tráfico de drogas, contrabando e tráfico de trabalho escravo que é muito presente no campo Brasileiro.

Outro ponto a ser tratado que fortalece a dedução de um possível tráfico, é a presença de pistoleiros, também conhecidos como jagunços, que geralmente são empregados de fazendeiros e até industriais camponesas que buscam silenciar movimentos sociais rurais, a atuação desses pistoleiros é histórica, desde o início da revolução industrial, pois, quando a justiça não pode ser comprada, a burguesia se utiliza de uma arma secundária que são os assassinos de aluguel, que são tão presentes do município de Lábrea que são temidos por todos, onde, sua existência já é de conhecimento estadual, e muitas vezes o armamento que esses pistoleiros possuem, é muito superior ao armamento fornecido às autoridades.

Segundo o documento, as denúncias foram realizadas por movimentos sociais, porém, não ressaltaram quais foram os movimentos, mas a justificativa pelo sigilo é clara, a violência no campo, porém, houve um alerta do INPE sobre o desmatamento que foi confirmado utilizando de imagens de satélites e para a escolha da área foi de suma importância a participação do IBAMA.

Foi assim, que após a escolha da área e com base nas informações obtidas em relatório de operação realizada pelo IBAMA, 4 (quatro) grandes ramais que partem da rodovia federal BR-364, principal via de acesso dos Estados de Rondônia e do Acre em direção ao Estado do Amazonas, puderam ser identificados. São eles: Ramal Mendes Junior, Rodovia do Boi (Antigo ramal dos Baianos), Ramal do Jequitibá e Ramal Linha 1 (INCRA, 2005, p. 6).

A missão de combate ao desmatamento, violência, grilagem de terras e solução de conflitos agrários que por sinal são históricos, foi dividido em ramais, um deles é o ramal

Mendes Junior²⁶ Ramal Linha 1²⁷ Segundo o relatório, este ramal possui as principais atividades de exploração de madeira e extrativismo vegetal.

Durante o desenvolvimento da missão foi realizado um sobrevoo de reconhecimento na área trabalhada, cujo objetivo foi identificar todos os ramais e verificar a situação real das ocupações irregulares. Esse procedimento foi relevante, uma vez que, as imagens de satélite mais recentes, que foram utilizadas para a análise de identificação das áreas irregularmente, são do ano de 2004 e não conseguiam dar um retrato fiel das recentes ocupações. As informações obtidas durante o sobrevoo foram repassadas às equipes, que as utilizaram para defini e otimizar suas atividades em campo. Esse procedimento, como foi dito anteriormente, foi importante para a operação, a medida em que economizou tempo e recursos financeiros, gerando informações mais precisas das áreas ocupadas ou em processo de ocupação (INCRA, 2005, p. 14).

Antes de agir o INCRA não somente se conformou com imagens de satélite como referência para o reconhecimento da região e como utilização para precaução de um possível perigo, mas tomou todo tipo de cuidado para qualquer eventualidade, averiguando a área a ser investigada, também foi revelado que o INCRA não possui acesso em tempo real as imagens de satélite, dessa forma dificultando o trabalho.

O sobrevoo também foi útil para aspectos econômicos e preservação de recursos financeiros, possibilitando uma visão panorâmica das áreas com irregularidade de terras e desmatamento. Segundo o relatório no voo também foram utilizados um receptor de GPS, notebook e um software GTM e mapas cartográficos e utilizando informações do ITEAM²⁸, IBAMA²⁹ E IPAAM³⁰. Por terra, a operação contou com quatro veículos próprios para a mobilidade no campo, para a comunicação foram utilizadas maletas RDSS

²⁶ O Ramal Mendes Junior localiza-se na região do vilarejo denominado Nova Califórnia/RO, tendo acesso pela margem direita do eixo da Rodovia Federal BR-364, com 50 Km de extensão até o rio Iquiri. Este ramal possui várias ramificações denominadas: Travessão 1 (um), Travessão 2 (dois), Travessão 3 (três), Linha 1 (um), Linha 2 (dois), Linha 3 (três) e Ramal do Remansinho, onde estão concentrados os trabalhadores rurais sem-terra. (INCRA, 2005, p. 7)

²⁷ O Ramal denominado Linha 1 (um), localiza-se na região do vilarejo denominado Vista Alegre Abunã/RO, tendo acesso pela margem direita do eixo da Rodovia Federal BR-364, no sentido Porto Velho/Rio Branco, com 103 km de extensão até o rio Coti. Este ramal, de difícil acesso, está sendo alvo de melhoramento em toda sua extensão, por iniciativa dos próprios ocupantes. (INCRA, 2005, p. 10)

²⁸ (Instituto de Terras do Estado do Amazonas): foram solicitadas informações a respeito da situação fundiária dos títulos definitivos expedidos pelo Governo do Estado do Amazonas na região do sul de Lábrea e a localização destes títulos, no mapa produzido por este instituto;(INCRA, 2005, p.15)

²⁹ (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis): basicamente as informações obtidas junto ao IBAMA foi através dos relatórios das atividades desenvolvidas no sul do estado do Amazonas e nas denúncias encaminhadas por este órgão à esta SR(15)/AM(INCRA, 2005, p.15)

³⁰ (Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas): foram solicitadas as informações referentes ao Zoneamento Ecológico Econômico, Licenciamento Ambiental, Unidades de Conservação Estaduais e demais informações de competência do órgão; (INCRA, 2005, p.15)

com a base de comunicação em Nova Califórnia, os quadros VI e VII mostram nitidamente o papel de cada membro envolvido na operação.

Quadro VIII – Equipe de operação

Órgão	Atribuições	Servidores
INCRA <ul style="list-style-type: none"> ▪ Divisão Técnicas ▪ Divisão Operacional ▪ Divisão Administrativa ▪ UA de Lábrea ▪ UA de Boca do Acre ▪ INCRA do Estado de Rondônia ▪ INCRA do Estado do Acre 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituição promotora da operação ▪ Coordenação operacional ▪ Atividades de Levantamento 	15
SIPAM <ul style="list-style-type: none"> ▪ IGER ▪ Placon 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio no planejamento ▪ Apoio logístico e operacional ▪ Elaboração de mapas ▪ Fornecimento de Imagens ▪ Monitoramento da operação 	-
Polícia Federal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Efetuar a segurança da equipe ▪ Serviços de investigação ▪ Reforçar o combate a prática da grilagem no Estado do Amazonas 	02
Inteligência da Polícia Militar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio operacional ▪ Serviços de investigação ▪ Informações de interesse da segurança do estado do Amazonas 	02
DRT	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fiscalizar e inspecionar a existência de trabalho escravo, infantil de servidão na área da missão. 	02

Fonte: (INCRA, 2005, p. 18/19).

os recursos humanos utilizados na missão foram:

Quadro VII – Recursos humanos

servidor	qualificações funcionais
abreumiro da silva braga filho	cartografia
celso poças	motorista
cleide zanotto	cadastro
dagoberto cruz machado	motorista
david de sá carneiro	motorista
david donal	agente da polícia federal
david lima teixeira	inteligência da polícia militar
edson barros muniz	motorista
francisco odorico da silva	inteligência da polícia militar
gilton bezerra de goes	engenheiro agrônomo
isaías lucas evangelista	engenheiro agrônomo
joão pedro gonçalves da costa	superintendente do incra
maria heloísa da silva reis	cartografia
núbia rios ferreira	assistente técnico
patricia almeida da silva	assessora de comunicação social
sueli das graças silva e silva	engenheira agrônoma
túlio campos nogueira	agente da polícia federal

fonte: (incra, 2005).

A missão não somente se resumiu a voos e reconhecimento de perímetro, mas também ao reconhecimento de situações dos movimentos sociais e dos trabalhadores rurais e até de moradores da comunidade e segundo o recolhido.

Vários seringueiros deram seu depoimento para equipe, informando que a maioria deles vem sendo expulsa, por fazendeiros, das suas antigas posses. Várias árvores de castanheira vêm sendo derrubadas, embora, estas, estejam protegidas por lei, assim como as de seringueira, andiroba e de outras madeiras de lei que serviam de fonte e meios de sobrevivência desses seringueiros. (p. 26).

Assim como no Brasil inteiro, no Sul de Lábrea os pequenos produtores também sofrem de opressão exercida pelos grandes produtores rurais, onde, muitos são expulsos de suas pequenas posses que há muito tempo possuem, sendo este, seu único meio de sobrevivência, pode-se caracterizar também pelo avanço incontrolável do capitalismo que esmaga tudo o que há pelo caminho, e podemos deduzir que pelos pequenos proprietários que já habitavam há anos está região a chegada destes fazendeiros é nova, pois, somente agora ocorreu o processo de opressão, pelo menos, naquela região.

O capitalismo não somente atropela os pequenos produtores com balas e roubos, mas atropela a natureza, exemplificando, várias árvores protegidas por lei vem sendo derrubadas com triplo fins de acumulação de capital, o primeiro é o desmatamento para extração ilegal de madeira, ou construção de pastos, ou para a criação de pistas de pouso clandestinas, a segundo é a expansão de posses de maneira ilegítima, ou seja, quanto maior a posse, maior a produção e acumulação de bens, o terceiro é exterminar a concorrência, com assassinatos, expulsão de suas terras, retirando o direito de trabalho destruído os bens do trabalhador, e lhe dando uma sentença de morte, lhe tirando o local que utiliza para subsistir, isso se dá o nome de violência política.

A violência política assume formas as mais diversas: pode ser um assassinato político, a invasão de um país por um outro, o desaparecimento de dissidentes, legislação eleitoral fraudada a opinião pública, leis que não permitem às classes sociais, especialmente o operariado, organizar seus sindicatos. (Odalia, 1983, p. 48).

Esta situação ocorreu no acampamento Nova Esperança que no momento possui uma população de 609 habitantes³¹, sendo 108 deles bebês e crianças de 0 a 6 anos. E a situação encontrada no Ramal Mendes Junior, foi a seguinte:

³¹ Fonte: INCRA, 2005.

Nas várias vicinais existentes no ramal Mendes Junior encontramos a presença de trabalhadores rurais sem-terra, alguns já assentados voluntariamente há algum tempo, ocupando os lotes medidos demarcados pelo INCRA do Estado do Acre, sendo os mesmos denominados de trabalhadores da “invasão antiga” (antigo conflito existente com a fazenda Água Verde). Nesta ocupação, as famílias moram permanentemente cultivando os seus lotes e suas benfeitorias, ocorrendo que alguns possuem casas construídas de madeira e cobertura de cavaco (pedaço de madeira), possuem, também, transporte próprio. Contudo, não têm assistência dos serviços públicos de saúde, educação e outros tipos de serviço público necessários naquela região, ressaltando-se que são poucos os que possuem transporte e muitos fazem os percursos a pé. (INCRA, 2005, p.26/27).

Os trabalhadores rurais sem-terra (MST) possuem uma história de longa data como vemos no documento, onde, ocupavam a área no Ramal Mendes Junior, assim, há uma junção de forças entre os trabalhadores e o INCRA de outros estados, lutando pela reforma agrária a partir do conflito direto.

Apesar dos trabalhadores rurais estarem assentados, não é por si só uma reforma agrária, pois, não há subsídios materiais e financeiros para que o movimento possa subsistir, com muitos trabalhadores rurais vivendo em barracos e casas improvisadas, além da falta de políticas públicas básicas como educação e saúde, a antiga invasão possui população de 520 habitantes.

Segundo o documento também há um conflito entre o MST e grileiros na Gleba de Ituxi, de 73 títulos definitivos expedidos pelo governo do Amazonas, a soma destes títulos é de 562.125,2000 hectare contudo após a plotagem verificou-se que:

1. As áreas dos títulos definitivos que compõe a Gleba Ituxi não são áreas contínuas, divergindo assim, das plantas apresentadas pelos empresários, sócios da associação dos proprietários da gleba Ituxi;
2. Partes da Gleba foram vendidas, sem no entanto, o Cartório especificar de que títulos eles foram retirados;
3. Pelas informações repassadas pelo ITEAM, a distribuição espacial destes títulos não corresponde à distribuição espacial dos mesmos, no campo;
4. A Fazenda Água Verde está *sub júdice*, uma vez que é uma área desmembrada do Título Boliviano denominado Seringal São Domingos e está aguardando decisão judicial de cancelamento do seu registro imobiliário;
5. O Imóvel denominado Agropecuária São José, de propriedade do Sr. José Atanásio Shineider, conforme informações do ITEAM, sobrepõem-se ao imóvel Água Preta;
6. Na planta fornecida pelo proprietário do Imóvel Catedral do Ituxi, contra que é parte remanescente do Imóvel Cantori 1 e Maquipiá 1, a mesma está totalmente divergente das informações fornecidas pelo ITEAM;
7. A Gleba Macurene, de Dorcelino Mezzono e outros, assim como as terras Marcus Simões estão em situação semelhante ao item anterior.
8. Nas áreas supra citadas, o clima de tensão é maior, pois, é aí onde vem ocorrendo a ocupação sistemática dos trabalhadores rurais sem-terra. Este fato, deve-se as divergências que ocorrem no campo, entre a localização dos imóveis que formam a Gleba Ituxi, com o mapa de situação fundiária do Município de Lábrea fornecido pelo ITEAM.

9. Quanto ao imóvel Seringal Rio Novo, trata-se de uma área cujos registros foram anulados por decisão do então Tribunal Federal de Recursos. No entanto, o Incra de Rondônia concedeu naquela área Títulos de Reconhecimento de Domínio, questionados pelo Procuradoria Federal desta SR (15), conforme consta da informação Jurídica nº 165/2004. (INCRA, 2005, p. 28/29).

Segundo o documento, durante a missão do INCRA juntamente com a ouvidoria agrária, realizaram uma distribuição de cestas básicas, no total foram 160 cestas distribuídas no Ramal Mendes Junior, enquanto isso, houve um recebimento de documentação de posse de terras por parte dos empresários, algumas fazendas estavam com a posse irregular, as áreas irregulares foram arrecadadas pelo INCRA e destinados para o programa nacional de reforma agrária.

Segundo o documento no Ramal Mendes Junior há uma grande atividade de grilagem de terras, e um sujeito conhecido como Francisco, foi encontrado e não possuiu nenhum medo ou receio ao se intitular como maior grileiro de terras daquela região para a equipe³², pode ser verídico tal afirmação, pois, o grileiro afirmou que não há chances de sofrer consequências ou de ser pego, e segundo muitas denúncias e até flagras do INCRA de muitas serralherias ilegais que todo dia extraem toras e toras de madeira sem serem punidos, o grileiro pode ter dito a verdade quando afirmou que não há chances de ser punido por atos ilegais.

A partir dessas informações, torna-se explícito que Francisco provavelmente seja um fantoche, um bode expiatório dos verdadeiros grileiros, pois, se torna difícil acreditar que um sujeito isolado possa estar realizando tais atos sozinho, mas, o que garante a tranquilidade para as atividades ilegais é um sistema hierárquico de ilegalidade, e em primeiro lugar vem a grilagem, para depois a extração de madeira ilegal, pois, somente com a posse de terra falsificada que as atividades ilegais não chamariam a atenção para os atos ilícitos.

Foram apreendidas várias escrituras de posse de terras com Francisco, inclusive o RG e CPF do cidadão, os procuradores federais ficaram responsáveis por analisar as supostas escrituras e fraudes. É triste ver as imagens no relatório das áreas derrubadas e florestas queimadas, mas, não é possível utilizar eufemismo tentando dar esperanças para a floresta e para os trabalhadores rurais, afinal, tanto a floresta quanto os trabalhadores, pegam fogo.

³² INCRA, 2005, p. 43

No Ramal Linha 1, as situações de desmatamento são bem piores, onde, há uma abertura de uma estrada até o Município de Canutama³³ e retirada ilegal de madeira incluindo pessoas que se diziam representar trabalhadores rurais, porém estavam exercendo a retirada de madeira ilegal.

O que mais impressiona é a velocidade da derrubada da floresta por meio de máquinas pesadas e, ainda, pelo apoio tecnológico utilizado por grandes empresários, tornando uma competição desumana entre os tais supostos donos da terra e os antigos posseiros, que sempre sobreviveram da coleta de produtos da floresta. (INCRA, 2005, p. 46).

Máquinas pesadas não cabem no bolso de qualquer empresário, somente o aluguel de algumas já é um grande impacto no orçamento em qualquer negócio que envolva construção civil, portanto, não se trata de uma ação isolada, possivelmente um grupo de empresários estejam trabalhando neste desmatamento e derrubadas de florestas, e para investir tanto assim, a devastação deve ser maior do que o documento consta.

Porém se há violência e competição, podemos afirmar que há uma luta de classes inclusive, classes de mesma posição social disputando entre si e até movimentos sociais, afinal, há movimentos sociais que buscam o mal da sociedade, como na atualidade Brasileira, onde, há movimentos a favor da ditadura, tortura, violência, opressão e até derrubamento e queima da floresta Amazônica, tais movimentos possuem um caráter ideológico do conflito, ou seja, buscam alterar a ordem social do País, carregam uma ideologia alienadora afirmando que aquecimento global, redução da floresta Amazônica e até fome no território Brasileiro são mentiras, e para que isso ocorra é necessário um apoio político dos principais representantes Brasileiros.

Dessa forma fica explícito que há uma Mobilização de Recursos com pontos Marxistas, pois, há uma luta entre os movimentos sociais pelos mesmos recursos, porém, é uma luta de classes simultaneamente, onde, um movimento busca acumular capital e outro busca subsistir e preservar o pouco que lhe resta, tanto em posse de terra como em posse de sua dignidade, força de trabalho e sua agricultura familiar cultural. Para Sanar tal problema, as seguintes soluções foram elaboradas.

1. Arrecadação das Glebas de Curuquetê e Iriqui, em curto espaço de tempo, para destinação ao Programa Nacional de Reforma Agrária;
2. Na esfera judicial, adoção de medidas que visem o cancelamento de registros imobiliários indevidamente transcritos ou matriculados no Serviço Registral da Comarca de Lábrea, cujos imóveis estejam situados na faixa de fronteira de 150 Km;

³³ INCRA (2005, p. 45)

3. Solicitação junto à Procuradoria Jurídica especializada junto ao INCRA para que promova a reintegração de posse dos imóveis rurais ocupados irregularmente, de imediato daqueles sem amparo em registro imobiliário, embora nulo de pleno direito;
4. Encaminhamento de cópia do presente Relatório a Polícia Federal e a Inteligência da Polícia Militar para investigação dos indivíduos conhecidos como Francisco Farias e Leonesto que, conforme denúncias apresentadas à equipe, são supostamente vendedores de lotes em áreas de domínio da União;
5. Solicitação ao prefeito do Município de Lábrea que deflagre políticas públicas que beneficiem os moradores daquela área, assim como: construção de escala, posto de saúde e posto policial;
6. Solicitação junto a SEFAZ da implantação de um posto de fiscalização com objetivo de frear e evasão de tributos, causada pelo desvio da madeira retirada ilegalmente das terras do município de Lábrea;
7. Solicitação ao Secretário de Estado da Segurança Pública de imediata investigação sobre a incidência de pistoleiros que estão se hominizando no Estado do Amazonas e manutenção de patrulha policial permanente naquela região;
8. Deflagração de uma Ação Cívico Social integrando as forças armadas e as secretarias de saúde estadual e municipal, com atendimentos médicos e odontológicos as populações carentes que estão ocupando as áreas do sul do Estado do Amazonas;
9. Contatar com o IBAMA para criação de uma área de preservação ambiental no ramal do boi, haja vista encontra-se na área algumas cavernas, vários tipos de animais silvestres e cachoeiras (INCRA, 2005, p. 47).

As sugestões abrangem todos os pontos obtidos na missão, como; arrecadação de terras para os trabalhadores rurais e reforma agrária, atualização de registro de terras de forma legal acompanhado da justiça, incluindo de levar a justiça a certos atores sociais. Sanar deficiências básicas na comunidade e nos acampamentos como instalação de escolas, postos de saúde e segurança, garantindo também a prisão dos jagunços para que os trabalhadores possam dormir em paz e não esquecendo também da preservação da floresta Amazônica.

Infelizmente, a compreensão do relatório fica complicada, pois, a partir da página 66 não há numeração de páginas, e pelo tamanho do documento, diria que 66 páginas possa ser um terço dele, portanto, para não haver um completo desperdício de dados, cabe fazer uma narrativa do documento, desta forma, toda informação apresentada a seguir foi extraída do mesmo, as únicas alterações feitas foram um pequeno resumo.

Após a página 66 várias tabelas são expostas e as primeiras tratam de vários cidadãos candidatos a inscrição no cadastro do INCRA, porém não foi possível identificar qual o nome do projeto e data, pois, os espaços destinados ao preenchimento de tais informações estava vazio, porém, deduzimos que possa ser para um futuro assentamento onde foram 168 candidatos cadastrados.

Na fazenda Arco-íris no distrito de Nova Califórnia/RO, houve 19 candidatos inscritos no dia 26/06/2005, porém nesta tabela há o carimbo e assinatura do Assistente

técnico, mas devido ser uma cópia reimpressa, a imagem está borrada o que torna impossível o reconhecimento do sujeito social e informações a mais sobre ele.

No acampamento Nova Esperança no Município de Lábrea/AM foram 27 candidatos inscritos no cadastro no dia 23/06/2005, onde também possui o carimbo do Assistente técnico, e dessa vez, é possível identificar que o Assistente também é administrador ambiental. O documento também possui uma quantidade enorme de especificidades de vários sujeitos como, RG, CPF, profissão, quantidade de bens, quantidade de hectares, modo de utilizar a terra, quantidade de animais, e descrição detalhada de casas, e devido à ausência de numeração de páginas se torna complicado estabelecer uma certa ordem para tornar possível mensurar quantitativamente tais especificidades, após esta informação, segue uma lista de assinaturas de vários sujeitos contento RG e CPF totalizando 143 pessoas.

O próximo conteúdo a ser apresentado ocorreu no Ramal Mendes Junior no Km 33. Houve um deslocamento do INCRA juntamente com o capitão de Polícia Militar até o local e depois até o Distrito Nova Califórnia onde foi construída uma base do INCRA. Nesta parte do relatório é apurado o assassinato do líder de acampamento na fazenda Nova Esperança, a vítima foi o senhor Gideão, onde após a chegada do INCRA e do Capitão de Polícia, houve uma reunião com outros líderes de Movimentos sociais para relatar o crime. Os participantes foram; Valdivino Pereira (Baiano) presidente do sindicato; Antonio Eurico (Biro-Biro); Roberto Passos (Fazendeiro invasor); Solevir Santos (Rosa); Vanderleia de Almeida (CPT).

O relatório ressaltou que houve um silêncio diante desse fato, mas o capitão da polícia militar senhor Claudenir encorajou dizendo que o silêncio somente piora a situação de violência. O mais triste foi a filha do senhor Gideão afirmando que para haver uma instalação de assentamento foi necessário a retirada de uma vida. O relatório demonstra fotos do senhor Gideão já morto e com o pneu de sua bicicleta furado.

O assassinato é tratado de uma forma não linear no relatório tornando a compreensão difícil, mas tentaremos descrever o início, meio e fim dessa história da forma mais linear possível, contudo antes de relatar a história é necessário ressaltar que o que ocorreu com o senhor Gideão foi um assassinato político.

Primeiramente o fato ocorreu no Ramal Mendes Júnior, onde um senhor conhecido como Pernambuco “amigo” da vítima levou um convite de aniversário da filha de um senhor conhecido como Carlinhos, o senhor Gideão se dirigiu a festa utilizando uma bicicleta e deixou o veículo amarrado num tronco, e no amanhecer do dia 26/02/2006

o senhor Gideão retornou a sua bicicleta e a encontrou com o pneu furado, onde o senhor José Francisco conhecido como Zé Boneco que trabalhava para o fazendeiro Marcelo Ortiz no Município de Envira/AM assassinou a sangue frio o senhor Gideão utilizando uma espingarda calibre 20, o relatório afirmou que Zé Boneco não conhecia a vítima.

Após o deslocamento dos policiais até a fazenda do senhor Marcelo Ortiz, constatarem duas coisas, a primeira que o assassino havia fugido e a segunda é que havia mais três suspeitos envolvidos no crime que eram; Regilson Queiroz conhecido como Louro e gerente da fazenda; Sebastião Alves conhecido como Tota, também gerente da fazenda; José da Cruz de Almeida conhecido como Podê, primo de Zé Boneco.

Todos os três funcionários contribuíram para a fuga do assassino e tentaram esconder a arma do crime enterrando na fazenda do senhor Ortiz, contudo, a polícia muito efetiva não somente encontrou a arma do crime, mas também desenterraram diversas outras armas, um pequeno arsenal composto de 8 espingardas e 18 cartuchos com porções de pólvora e chumbo, juntamente com alguns equipamentos não mencionados, mas mostrados em fotos como rádios comunicadores.

O senhor Marcelo Ortiz acompanhado de seus advogados solicitou a liberação de seus funcionários, mas não conseguiu, inconformado perseguiu os veículos da equipe do INCRA até o aeroporto de Rio Branco e acompanhou todos os passos da equipe até entrarem no avião, e assim, se desfez da história.

Agora cabe analisar tal crime cometido contra um líder de Acampamento e pai de família, primeiramente este crime demonstra como é difícil a luta de trabalhadores rurais, principalmente líderes de movimentos que são sempre as principais vítimas, dessa forma, é preciso coragem para lutar pelo o que é certo, e viver com a esperança que o sacrifício um dia possa valer a pena e ao longo do relatório essa luta de movimentos sociais e classes, a classe trabalhadora é a única que segue leis, normas e burocracias e principalmente, respeitando sua integridade humana, enquanto a classe opressora, não tem medo de demonstrar o quão sádica e desumana pode ser reduzindo o mundo a cinzas.

O crime sem dúvidas já havia sido planejado do início ao fim, inclusive possuía um sujeito infiltrado e data, contudo o senhor Gideão era inteligente e desconfiou do convite de aniversário, recusando diversas vezes o convite, mas aceitou, pois o mandante previu a possível recusa e mandou o “amigo” do senhor Gideão fazer o convite, sendo assim, após muita insistência, o líder aceitou.

Outra evidência que prova que o planejado é a fuga de Zé do Boneco, onde nem a polícia conseguiu pegar o assassino, e outra prova é que o senhor Ortiz já estava

preparado para o confronto com a polícia com uma equipe de advogados, mas não estava preparado para uma coisa, que suas exigências não fossem atendidas, dessa forma, perseguiu a equipe do INCRA tentando intimidar inclusive a polícia com sua mera presença, somente esse fato da audácia de seguir a polícia demonstra o quão sádico possa ser esse senhor, afinal, seguiu até os passos quando seus funcionários entraram no avião abrindo duas possibilidades, a primeira é ameaçar os próprios funcionários e a segunda é ter a mínima garantia que os mesmos não falassem nada que pudesse prejudicá-lo.

Outra possibilidade é que o senhor Ortiz podia estar planejando algo maior, onde, possuía um pequeno arsenal em sua propriedade incluindo equipamentos de comunicação, possuía uma equipe de advogados que abre alas para uma possível expulsão de trabalhadores rurais de suas terras de forma que pudesse utilizar a violência de maneira legal, onde, já ocorreram tais massacres de trabalhadores rurais aprovados na justiça anteriormente no município de Lábrea, e a terceira é a presença do sujeito José da Cruz de Almeida primo de Zé do Boneco, pois, geralmente, jagunços e pistoleiros possuem uma tradição familiar, onde, ser pistoleiro é de família e a profissão deve ser seguida, portanto, o senhor Ortiz não somente possuía funcionários comuns, mas também, um pequeno grupo de assassinos a suas ordens, sendo assim, tinha tudo para um possível massacre de trabalhadores rurais, porém, a polícia impediu isso apreendendo seu arsenal e seus assassinos.

O documento não diz com todas as palavras que os culpados foram punidos, podemos supor que não principalmente pela fuga de Zé Boneco, portanto, a menor parte deles temos certeza que não foi punida, e no documento não há cópia nenhuma de um auto que confirme que os outros três foram punidos, ou quatro com o possível mandante senhor Ortiz, contudo há uma cópia anexada de um auto de apreensão no documento que ressalta o seguinte “as cápsulas acima estavam em poder do apresentante, que informou as ter recolhido após o ataque ao acampamento de sem-terra, praticado por “pistoleiros” encapuzados”, além disso fugir da história do líder de acampamento assassinado, o nome do senhor Gideão não é citado nenhuma vez no documento anexado, portanto concluímos que este auto de violência não possui ligação com o assassinato do senhor Gideão e sim, trate de outro atentado contra trabalhadores rurais.

Foi ressaltado a situação que o auto dizia em um termo de declaração da polícia civil de Lábrea na página seguinte, ficamos sabendo que o senhor Regilson Queiroz conhecido como Louro e gerente da fazenda do senhor Ortiz, afirmou que é presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais do Sul de Lábrea, porém, foram encontradas várias

motosserras, espingardas, rádios de comunicação e segundo o termo de declaração que inclusive está assinado, ressalta o seguinte: “Tendo em vista não haver policiamento nesta localidade, várias pessoas com poder aquisitivo, inclusive fazendeiros promovem a derrubada da floresta, retirando árvores de madeira de lei, sem a autorização legal, bem como retiram a mesma na direção da localidade NOVA CALIFÓRNIA, Estado de Rondônia, que faz fronteira com Lábrea/AM e não possui qualquer tipo fiscalização” (DOCUMENTO, 200...) infelizmente os responsáveis pela derrubada da mata e pelos materiais apreendidos fugiram do local.

O senhor Regilson prova que o “amigo” do senhor Gideão era um infiltrado no acampamento não somente para encomendar assassinatos, mas descobrir planos dos movimentos sociais e dos trabalhadores rurais, e o senhor Regilson que teve participação no assassinato do líder de acampamento é nada mais nada menos do que líder de sindicato, dessa forma, é possível que haja vários espões infiltrados nos acampamentos.

O próximo termo assinado é um de declarações do senhor Valdivino Pereira, onde ressalta que em 2005 ocorreu um conflito entre pistoleiros e posseiros, que resultou em muitos tiros e cinquenta barracas queimadas, e vários trabalhadores rurais foram ameaçados de morte, inclusive o senhor Gideão.

Um dos últimos termos assinado por Valdivino se refere a um pedido de proteção aos trabalhadores rurais, onde uma liminar judicial de reintegração de posse, foi expedido pela Juíza Dr Katheen dos Santos no dia 18/10/2005 dando 4 dias para os trabalhadores deixarem a área e houve a colocação de 12 pistoleiros no local, desrespeitando o acordo firmado com o INCRA, é ressaltada no documento “*O povo que estão em cima da área, afirma que só desocupa a área na presença do INCRA, e não da polícia, nem que tenha derramamento de sangue*” e infelizmente houve derramamento de sangue.

A FETAGRI tomou consciência de toda situação do Sul de Lábrea e fizeram as seguintes considerações:

1. A dimensão do Estado do Amazonas, cujas distancias em milhares de quilômetros da sede regional ao local do problema impossibilita atender em tempo hábil, e o pouco que fizer conforme as viagens de uma semana e após um ano de ausência da região nada resolverá;
2. A falta de Estrutura do INCRA/AM por não dispor de Unidades Avançadas e nem quadro de servidores suficiente;
3. Somas vultosas seriam necessárias para adequar o INCRA do Amazonas em condições de se fazer presente em toda aquela região;
4. O município de Lábrea está inserido na ALAP (Área sobre Limitação Administrativa Provisória) no entorno da BR-319.

O relatório foi assinado e carimbado pela FETAGRI/AM, Conselho Nacional dos Seringueiros, FETACRE e o Presidente do STR de Lábrea senhor Valdivino.

O próximo documento analisado será:

Documento: **COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ; Arquidiocese de Porto Velho; Porto Velho, 09 de outubro de 2006.**

Este documento trata-se de alguns recortes do relatório do INCRA, porém, somente de poucas partes abordando casos específicos de reforma agrária e assentamento já analisados.

O próximo documento analisado será:

Documento: **PLANO ESTRATÉGICO PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O COMBATE AO DESMATAMENTO E GRILAGEM DE TERRAS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA BR – 319; Versão 2.0; Coordenação: SDS SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; Apoio: Ministério dos Transportes: Manaus 2005**

O documento expõe que não é uma versão completa e acabada e sim em fase de construção, é um plano em conjunto com diversas outras instituições com fins de combate ao desmatamento e um desenvolvimento sustentável que relata problemas e oferece soluções de acordo com as dificuldades a serem sanadas, abaixo segue um quadro extraído do documento, participantes e seus representantes que atuaram na ação constituída na Br - 319³⁴.

QUADRO VIII – Participantes da ação

Instituição	Área	Representante
Ministério dos Transportes	Assessoria Ministro	Jose Roque Marques
Secretaria de D S e Meio Ambiente – SDS		Virgilio Viana
Tribunal de Justiça AM	Corregedoria TJA	Yedo Simões
Ministério Público Estadual	CAO Meio Ambiente	Rita Vasconcelo
Universidade Federal do AM	Centro Ciências do Ambiente	José Ferreira
Agencia de Cooperação Técnica Alemã – GTZ	Coordenação do PPG7	Sabine Preuss

Fonte: (SDS, 2005, p. 2)

Para dar início ao plano, primeiramente o documento expõe a seguinte equação
“TERRA DISPONIVEIS +FACILIDADE ACESSO + USO RECURSOS NATURAIS + MIGRAÇÃO DE MAO-DE-OBRA INFORMAL = NOVAS ÁREAS

³⁴ A BR-319 é a principal rodovia que liga a Amazônia Ocidental ao Centro-Sul do país. Tem uma extensão total de 875 km, no Estado do Amazonas ela cobre 859,5 km partindo de Manaus até a divisa com o Estado de Rondônia. É a única via de acesso terrestre do Sul do Brasil para a capital do Estado do Amazonas – Manaus, assim como para o Estado de Roraima (SDS, 2005, p.6).

DESMATADAS.” (SDS, 2005, p. 6). As terras disponíveis geralmente são públicas da União, mas geralmente são de pequenos agricultores rurais que são expulsos de suas terras pelo uso da violência por parte da burguesia e dos seus jagunços e pistoleiros, e poucas das vezes as terras disponíveis estão em posse de grandes fazendeiros, mas não cumprem a função social da terra, não a utilizando.

A facilidade de acesso não se refere a facilidade de entrar e sair da terra, pois, está é a parte mais difícil, a facilidade de acesso se refere a muitas das vezes por ser uma área sem fiscalização ou presença da polícia civil ou militar, facilitando que as atividades ilegais sejam exercidas de forma tranquila pelos criminosos, geralmente a localização dessas terras de fácil acesso são terras que ficam próximas às fronteiras, que é o caso das terras localizadas próximas a BR-319.

O uso de recursos naturais é abrangente, a Amazônia possui terras férteis que são perfeitas para plantação, e diversos recursos naturais como madeira, também possui muitos riachos localizados em pontos estratégicos que facilitam o transporte fluvial e até o abastecimento de água em serralherias clandestinas. Muitas das vezes a mão de obra ilegal e informal é transportada de avião que pousam em pistas clandestinas no meio da floresta, onde, para tais pistas serem construídas é necessário derrubar uma área imensa da floresta. A lógica do desmatamento e uso desordenado da terra segundo o documento é:

Os principais fatores condicionantes são: (i) pouca presença do poder público (com atribuição federal em grandes áreas); (ii) pequeno repasse de recursos federais para apoio às ações do Estado; e (iii) a existência residual de políticas antigas que estimularam e estimulam direta ou indiretamente o desmatamento (assentamentos mal concebidos, falta de regularização fundiária, escassez de crédito direcionado e assistência técnica incipiente, unidades de conservação pouco planejadas e mal implementadas, falta de controle e fiscalização ambiental permanentes); e (iv) inexistência de novas políticas integradas voltadas para o desenvolvimento sustentável da região, incluindo ordenamento territorial. (SDS, 2005, p. 7).

A área de acesso da BR – 319 possui uma característica peculiar sendo a primeira as fronteiras estaduais que sem dúvida dificultam a aplicação de justiça e elaboração de políticas públicas estaduais, onde às vezes o que vale em um Estado não vale no outro. Algo interessante citado, são as antigas políticas públicas que incentivam indiretamente o desmatamento, isto mostra a desunião entre movimentos sociais e estado, pois, os movimentos sociais elaboram e arquitetam políticas públicas sustentáveis, onde o estado somente precisa colocá-las em prática, mas muitas das vezes ignoram tais reivindicações

e priorizam a influente opinião de empresários e grandes fazendeiros que nada entendem de desenvolvimento sustentável.

Outro ponto que mostra a desunião entre movimentos sociais e Estado, são os assentamentos mal concebidos e falta de regularização fundiária, geralmente os assentamentos e locais onde ocorrem, não possuem a mínima infraestrutura, onde, os abrigos são barracos e casas improvisadas de madeira, não há liberação de recursos para auxiliar o trabalhador a sobreviver e não há serviços básicos como postos de saúde, escola e segurança, e muitas das vezes deixando os trabalhadores rurais expostos a violência de pistoleiros, jagunços, grileiros e grandes fazendeiros, sem falar, o efeito dar para tirar, pois, um dos principais pontos da reforma agrária é disponibilizar terras que não cumprem sua função social para trabalhadores rurais para que possam cumprir a função social da terra e torná-la produtiva, mas como poderão tornar a terra produtiva se não são oferecidos recursos para isto? Sendo assim, o trabalhador rural não conseguirá cumprir a função social da terra e perderá a posse dela.

A falta de controle e fiscalização ambiental é sem dúvida o maior causador dos males que ocorrem neste território, pois, não há uma regularização fundiária que delimite com eficácia os limites de terras indígenas, de preservação, de assentamentos, não há um controle de preservação ambiental, facilitando queimadas, abertura de estradas, construção de represas, extração ilegal de madeira e grilagem de terras. Abaixo segue outro quadro extraído do documento, está com a quantidade comensurada de desmatamento dos municípios a que a BR – 319 possibilita acesso.

Quadro IX Incremento do desmatamento 2003-2004 por Município do Sul do Amazonas

Municípios do sul do Estado do Amazonas	Desmatamento Total até 2003 (Km2)	% do desmatamento de 2003 pela área total do município	Desmatamento 2004 (incremento) (Km2)	Desmatamento Total até 2004 (Km2)	% do Desmatamento de 2004 pela área total do Município	Incremento (%) – Taxa de desmatamento em relação ao acumulado até 2003	Área total do Município (Km2)
Boca do Acre	1403,209	6,26	115,682	1525,147	6,80	8,24	22429,380
Apui	971,920	1,80	146,646	1118,567	2,07	15,09	54035,464
Lábrea	1910,261	2,80	355,382	2265,643	3,32	18,60	68254,879
Novo Aripuanã	465,082	1,12	64,594	529,676	1,28	13,89	41361,689
Pauni	127,703	0,29	7,431	135,134	0,31	5,82	43289,633

Humaitá	524,180	1,58	180,932	705,112	2,13	34,52	33137,895
Guajará (2001/2003-2004)	564,083	6,29	77,021	647,402	7,22	13,65	8970,634
Canutama	497,953	1,67	182,015	681,641	2,29	36,55	29784,353
Ipixuna (2001/2003-2004)	106,880	0,78	33,438	141,101	1,03	31,29	13837,211
Manicoré	1057,126	2,19	109,205	1168,520	2,42	10,33	48283,685
Envira	369,278	2,77	26,220	398,273	2,99	7,10	13309,132
Eirunepé	242,194	1,53	14,196	257,919	1,63	5,86	15842,374
Total Sul Am	8239,879	2,10	1312,782	9574,134	2,44	15,90	392338,330

Fonte: (SDS, 2005, p. 8)

Em todos os municípios citados há presença de desmatamento, detalhe que, todos são somente do Sul do Amazonas. A maior área devastada em 2003 foi Lábrea, local de intenso conflito que já virou parte do cotidiano de muitos trabalhadores rurais e resultou em muitas manchetes de jornais, e a taxa total de desmatamento em 2003 atingiu 2,10%. Em 2004 houve uma grande queda do desmatamento, porém, Lábrea continuou como a maior área desmatada e com o aumento de 0,34% de desmatamento nos municípios totalizando 2,44% da área desmatada e em área totalizada foi de 392,338,330 km² e sobre a ausência do poder público.

A distância do processo decisório, em relação às distintas realidades das diversas regiões do Estado, tem resultado em erros primários e há muito tempo identificados pelos movimentos sociais, ambientalistas, produtores e pela literatura científica. Dentre os erros mais claros destacam-se: a pequena presença do Estado nas áreas da fronteira agropecuária, criando condições propícias para a grilagem de terras, a extração ilegal de madeira, a abertura ilegal de estradas e o garimpo, crimes diversos (violência rural) e invasão de Terras Indígenas e Unidades de Conservação (SDS 2005, p.8)

Como dito antes, não há uma comunicação direta entre estados e movimentos sociais, em que, muitas das vezes os movimentos sociais tomam a frente em situações, lutas e problemas sociais que cabe ao Estado resolver, e percebemos que a união universidade e movimentos sociais é de extrema importância para se obter dados comprovados cientificamente e até em parcerias no que tange serviços como educação e saúde.

Essa não atuação do Estado em problemas sociais, a cada minuto de atraso para sua participação contam, não somente para os que passam fome e precisam de terras para subsistir, mas também pela ganância imparável da burguesia que a cada minuto, assassina,

derruba e queima florestas, tirando o lar de trabalhadores, indígenas e da fauna. A seguir, o documento apresenta os principais motivos que levam ao garimpo de madeira (SDS, 2005, p. 9):

- excessiva lentidão e burocracia dos órgãos responsáveis pela regularização fundiária e o licenciamento ambiental, aumentando o custo da legalidade;
- fragilidade das ações de repressão aos ilícitos fundiários e ambientais, reduzindo os custos da ilegalidade;
- pequeno apoio ao desenvolvimento e difusão de tecnologias de produção sustentáveis;
- baixa disponibilidade de crédito e incentivos tributários para sistema de manejo florestal;
- baixa formação de recursos humanos para o desenvolvimento de sistema de manejo florestal;
- baixo investimento na proteção e gerenciamento de Unidades de Conservação de uso sustentável.

A burocracia sempre foi uma das principais dificuldades quando se trata de reforma agrária, mesmo com áreas recolhidas, a demora para lidar com os requisitos burocráticos é tanta que os trabalhadores rurais muitas vezes invadem a terra que já lhe é garantida, porém devido a burocracia ainda não podem morar lá legalmente.

Outro ponto é o baixo apoio às atividades científicas que levam a uma produção sustentável, mas não é novidade, pois, é sabido que com o processo de globalização, as empresas tendem a competir entre si para se manter no mercado, dessa forma, necessitam produzir com rapidez e qualidade, não importando os meios de produção, somente os fins. E isso se reflete no manejo florestal, no qual os recursos humanos utilizam o senso comum e não conhecimento científico, resultando em enormes danos à natureza.

Também vemos a superestimação dos centros urbanos que é colocado sempre em primeiro lugar e a secundarização do meio rural, onde, não há recursos para quase nenhum setor, a preservação é secundarizada, a reforma agrária é secundarizada, assentamentos secundarizados, serviços sociais secundarizados, produção de agricultura familiar secundarizada, justiça contra crimes cometidos no campo secundarizados, não havendo investimento suficiente para quase nada, dessa forma, olhando pela totalidade do dito, vemos que o campo brasileiro é secundarizado pelo seu próprio país, mesmo sendo o principal abastecedor dos centros urbanos e sua principal fonte econômica.

Para sanar tais impasses, o governo federal e estadual já vem combatendo o desmatamento e a grilagem de terras há quatro anos e os resultados obtidos dessa junção de governo e movimentos sociais foram:

- Ação de fiscalização integrada do OEMA, IBAMA, IPAAM, Polícia Militar Ambiental na Rodovia Transamazônica, no Sul de Lábrea e no Município de

Apuí que impediu a construção de uma estrada ligando o Estado do Amazonas ao Mato Grosso, para extração de madeira e assentamento de colonos; fechamento de 12 serrarias ilegais e apreensão de madeiras e equipamentos diversos;

- Licenciamento Ambiental dos assentamentos de reforma agrária realizado pelo IPAAM e INCRA

- Implementação do Mosaico de U.C.s E DAS ÁREAS DE USO INTENSIVO A PARTIR DAS PROPOSTAS GERADAS PELO Zoneamento Ecológico Econômico Participativo no Município de Apuí.

- Atuação conjunta no controle e licenciamento da exploração florestal e atividade madeireira. (SDS, 2005, p. 10).

Os resultados obtidos possuíram ajuda do INCRA e do IBAMA instituições que geralmente lutam sozinhas quando se trata no trabalho do campo, mas com ajuda do governo tiveram bastantes resultados, para que ocorra mais avanços é necessário sanar o básico que é a falta de recursos humanos e materiais, juntamente com a criação de políticas públicas que auxiliem o trabalho das instituições. Várias ações foram propostas, na linha de ação 1 foi proposto um centro integrado de operações ambientais, fundiárias, judiciais e de D.S bases operacionais (SDS, 2005), instaladas na região Sul do Amazonas.

Serão compostos por Policias Militares, Cíveis, Técnicos Extensionistas (rural, florestal e ambiental) e Agentes Judiciários fixos, assim como, servirão de apoio aos técnicos de diversos órgãos que atuarão na área, como: Instituto de Terras, IDAM/SEPROR, Agências de Fomento (Florestas, Agronegócios, AFEAM, etc), além dos facilitadores do Zoneamento Ecológico Econômico Participativo. Servirão de base para as articulações com os órgãos federais recíprocos e para os organismos municipais que deverão participar deste processo (SDS, 2005, p. 11).

Haverá também postos de fiscalização ambiental integrado que abrangeram a totalidade do local visando extração de madeira de lei, desmatamento, animais, e até minérios, para fiscalização haverá equipamentos adequados para cada situação desde veículos e rádios até lanchas, haverá um posto localizado em cada município citado no quadro de desmatamento (SDS 2005).

A linha de ação 2, trata-se de um programa de combate aos ilícitos ambientais que contará com a implantação do SGLAR³⁵, que utilizaram imagens de satélite para fiscalização de atividades fundiárias (SDS 2005). Um programa de regularização

³⁵ Sistema Georeferenciado de Licenciamento Ambiental de Atividades Rurais.

fundiária e combate a grilagem em parceria com INCRA, SIPAM e SDS, dentre brigadas ambientais e sistemas de monitoramento como DETER³⁶, Siad³⁷ e PROARCO³⁸.

A linha de ação 3 trata-se de um ordenamento territorial e macrozoneamento da Região, tendo como proposta a criação de três macrozonas; 1 Área de produção intensiva, Áreas de produção, semi-intensivo, Áreas de proteção integral.

No âmbito desta proposta será dada continuidade ao zoneamento ecológico econômico da região, definindo-se, de forma participativa com a população local, as áreas para a produção intensiva como agricultura e pecuária, as áreas de uso semi-intensivo como manejo florestal, extrativismo e turismo (como Unidade de Conservação de uso sustentável ou projeto de assentamento florestal ou agroextrativista) e as áreas de proteção ambiental (Unidades de Conservação de uso sustentável e de proteção integral). Neste processo serão definidos também o uso e a destinação das terras públicas, sejam federais, estaduais ou municipais (SDS, 2005, p. 15).

O plano é bem elaborado, e está em forma de construção e reconstrução, pois, será executado com o povo local, um aspecto positivo, afinal, não há quem conheça melhor a área melhor do que os trabalhadores que vivem nela, não somente produzindo bens, mas conhecimento e cultura, portanto o zoneamento local conjuntivo será feito de forma onde se ouça a voz dos trabalhadores atendendo as necessidades locais, assim, estabelecendo uma gestão democrática da situação.

Outro ponto positivo é a interação cultura, produção e economia, onde tal zoneamento busca sanar tais dificuldades e criar vantagens para trabalhadores rurais e para o Estado, realizando tais projetos de forma sustentável, evitando ao máximo prejudicar a natureza. Outro ponto é a demarcação de terras, um dos principais motivos de conflito no campo, mas para a execução da demarcação e continuidade da reforma agrária, as atividades necessárias terão a duração de 12 meses seguindo o roteiro.

- a) Aplicação do ZEE participativo na área de influência priorizada;
- b) Identificação e definição dos domínios fundiários não conhecidos;

³⁶“Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER) – operado pelo INPE, o protótipo que esta em operação já esta disponibilizado imagens para as operações do IBAMA. Deve ser viabilizado um convenio com o IPAAM para recebimento das imagens pelo órgão.” (SDS, 2005, p. 14).

³⁷ Sistema Integrado de Alerta do Desmatamento (Siad) sob coordenação do SIPAM, ainda em fase de avaliação e validação. É composto de 900 bases de observação na Amazônia, permite detectar em tempo real derrubadas de floresta em qualquer ponto da região. Estas imagens recebidas pelo Siad e o Cemam (Centro de Monitoramento da Amazônia), devem ser processadas e transmitidas em tempo para Forças Armadas, Policias Federal (PF), Receita Federal, Incra, Funai e OEMAS. (SDS, 2005, p.14).

³⁸ Monitoramento e Avaliação do Risco de Incêndios Florestais em Áreas Críticas. Seu Objetivo é identificar as áreas de maior risco de ocorrência de incêndios florestais, por meio da implementação de um sistema de monitoramento e avaliação de risco para a tomada de decisões. O sistema é apoiado nas técnicas de geoprocessamento e previsão meteorológica. Disponível para recebimento de dados pela internet, Para informações primárias deverá ser solicitado convenio. (SDS, 2005, p. 14).

- c) Criação de um mosaico de Unidades de Conservação com áreas de uso sustentável e de proteção integral;
- d) Definição das áreas de transição (semi-intensivas) e áreas de uso intensivo e políticas de desenvolvimento sustentável para essas áreas;
- e) Realização de consultas públicas;
- f) Criação dos instrumentos normativos para as Unidades de Conservação e áreas de produção intensiva (SDS, 2005, p. 15).

A linha de ação 4 trata-se do Programa de Estímulos à produção sustentável com os principais eixos temáticos promoção do manejo florestal sustentável³⁹, Promoção de sistemas de produção agropecuária sustentáveis⁴⁰, sistemas Silvopastoris e turismo, todos visando um possível desenvolvimento do estado e contribuindo para sanar tais dificuldades que assolam o campo Amazônico.

A linha de ação 5 abrange dois pontos o Programa de capacitação e Difusão e Educação Ambiental, o programa de Capacitação será inclusivo e coletivo, envolvendo o efetivo técnico e atores sociais, onde serão ofertados diversos cursos de formação como:

- Treinamento sobre licenciamento ambiental, fiscalização e sensoramento remoto para os técnicos dos órgãos municipais.
- Oficinas de planejamento de atividades visando garantir a participação da sociedade local organizada, nas ações de ordenamento territorial e gestão ambiental integrada.
- Capacitação para produtores locais em SAFs, Manejo de Pastagens, sistemas agrosilvopastoris; e outros fins;
- Treinamento para Agentes Ambientais Voluntários;
- Capacitação da OEMA e organismos ambientais municipais para implantação do Sistema Georeferenciado de Licenciamento Ambiental de Atividades Rurais – SGLAR; (SDS, 2005, p. 18).

Os cursos oferecidos possuem a práxis necessária ao homem do campo se tornando até uma educação do campo, ou seja, não uma educação voltada para o mercado de trabalho urbano como é o caso da educação rural, mas uma educação construída com os atores sociais para o seu meio, assim, aprendendo a subsistir e enriquecendo a teoria e prática, o primeiro ponto é o mais chamativo, pois, uma das principais dificuldades para o repasse de recursos agrários, assentamento, execução de políticas públicas é o excesso de burocracia, o excesso de burocracia é uma das principais antagonistas da vida do homem do campo, sendo assim, a primeira ressalta o treinamento de licenciamento

³⁹ Visando a disseminação de práticas de uso sustentável da floresta, será fomentada a atividade florestal (uso de madeira e produtos não madeireiros) nas áreas destinadas pelo ZEE como de produção semi-intensiva, bem como nas áreas de Reserva Legal, situadas nas áreas de produção intensiva. (SDS, 2005, p. 16).

⁴⁰ Os sistemas Agroflorestais são uma forma de uso e manejo de terra, onde árvores e arbustos são utilizados em associação com cultivos agrícolas e/ou animais, numa mesma área, de maneira simultânea ou numa sequência temporal. (SDS, 2005, p. 16).

ambiental, possibilitando assim, uma maior atividade de manejo florestal legal por parte dos trabalhadores rurais.

O programa de educação ambiental possui uma peculiaridade que é a busca por sensibilização da população rural frente ao meio ambiente, é ótimo no que tange enriquecer a ética do povo diante ao seu meio e incentivando um desenvolvimento sustentável, para que ocorra a educação ambiental as seguintes propostas foram elaboradas:

Divulgação maciça:

- Criação e impressão de cartazes com informações sobre o significado da floresta e o uso sustentável de produtos florestais. Os cartazes devem ser afixados em locais de concentração de público como bancos, supermercados, escolas, postos de saúde, etc.
- Criação de inserções para rádio e televisão

Elaboração de material pedagógico:

- Criação de jogos abrangendo a temática florestal
- Criação e impressão de folders e livretos com informações sobre o significado da floresta e o uso sustentável de produtos florestais.

Criação e/ou fortalecimento de bibliotecas públicas

- Disponibilização de livros, vídeos, jogos e outros materiais informativos já existentes, para os municípios da área prioritária.

Formação de Fóruns Municipais de Educação Ambiental

Articulação:

- Apresentação da campanha ao Prefeito e Câmara de Vereadores;
- Identificação dos atores locais envolvidos na questão ambiental
- Realização de reunião com atores identificados apresentando proposta da campanha e propondo a criação de um fórum local de educação ambiental;
- Formação do fórum local de educação ambiental (pode ser informal) com as instituições e pessoas interessadas em participar;
- Capacitação dos membros do fórum sobre a temática de campanha;
- Apoio ao fórum na realização do planejamento de ações integradas no município (SDS, 2005, p. 18/19).

A campanha informativa possui uma metodologia áudio visual aplicada ao cotidiano, o que possibilita o sucesso são os pontos específicos onde ressaltam a divulgação de material educativo em locais de aglomeração, pois, sabemos que o homem se educa a partir do diálogo, dessa forma, a campanha passa a ser o conteúdo de educação no cotidiano no trabalho, no lazer, nas relações sociais.

O diálogo nas relações sociais não será fundamentado em senso comum, mas possuirá um conteúdo interdisciplinar com a ajuda de estagiários finalistas dos cursos de Pedagogia, Agronomia, Sociologia, Biologia, Eng. Florestal, que auxiliaram na formação de agentes locais, e mais o apoio dos movimentos sociais se tornou uma construção de uma educação do campo, todas as ações trabalhadas na análise desse documento possuem um orçamento de R\$10.551.691,00. O próximo documento analisado será:

Documento: **Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Deliberativo 2009**. Esta assembleia ocorreu no dia 25 de março 2009 no Centro Sócio Educativo Vicente Pallotti, com os representantes dos seguintes municípios e Sindicatos; Manaus; Iranduba; Careiro da Várzea; Novo Airão; Manacapuru; Presidente Figueiredo; Careiro Castanho; Manaquiri; Parintins; Urucurituba; Itacoatiara; Itapiranga; Boa vista dos Ramos; Tabatinga; Tefé; Alvares; Nova Olinda do Norte; Diretoria Executiva e Conselho fiscal da FETAGRI-AM. Não há autor do documento e nem numeração de páginas, contudo o mesmo somente possui quatro páginas. Para não ocorrer um desperdício de dados, cabe realizar uma narrativa do documento seguida de análise de discurso dos participantes.

A primeira página do documento tratou de cinco pontos de modo objetivo, o primeiro foi a discussão da ata anterior, o segundo aprovação orçamentária para as atividades de 2009, o terceiro apreciação de contas e aprovação de 2007/2008, o quarto o planejamento anual da FETAGRI e STTR's e o quinto que iremos analisar a convocação do congresso. Houveram vários discursos, porém, a maioria objetivos e na verdade até dúvidas sobre legalização de sindicatos, portanto, iremos analisar os que se tratavam de relatos (ATA 2009, p. 1).

Temos que ocupar mais, os espaços políticos como não políticos, mais como membros atuantes dentro dos CMDRS e CMMAS para fortalecer a política agrícola de nosso município, vale lembrar da importância e necessidade de Reformularmos os Estatutos dos STTR's pois além de ser uma deliberação do 10% CNTTR e uma definição do Ministério do Trabalho através da portaria 186, dentre das deliberações do 10% CNTTR está também a redução do valor de repasse em favor da CONTAG que era 5% e passou para 01% somente, redução essa que vai permitir que realizemos mais encontros principalmente o Grito da Terra nos municípios.

Geralmente os agentes políticos são conhecidos como símbolos, porém, inertes, representações sociais de uma organização social coletiva, aparentam não exercerem papeis de importância aos olhos do mesmo grupo social tanto político como participativo, dessa forma, a ressalva de que não basta ser somente um símbolo é necessário fazer política constantemente também, é necessário dialogar, tomar partidos, ouvir e trabalhar, para assim, tomar consciência do que é necessário para se fazer políticas agrárias e fazer política, neste caso, estar na linha de frente da luta.

Vemos uma comunicação entre movimentos sociais cooperativos, onde, para se realizar manifestações e resistência, não basta apenas força de vontade e recursos humanos, mas também recursos materiais, recursos estes que somente o dinheiro

possibilita o acesso, principalmente referente aos insumos educativos, no qual são discutidos abaixo:

PRONAF JOVEM pois para que o Jovem Trabalhador Rural tenha acesso, ele precisa ser formado e receber seu certificado do JOVEM SABER que visa modificar o modo didático utilizados pelas Escolas Agrotécnicas Federais e adapta-los ao modelo de pedagogia da Alternância, além de mudar o direcionamento da educação do Campo sendo necessário o material didático, professores e funcionários sejam adequados e capacitados para o meio rural, falou da necessidade e importância de inclusão dos jovens dentro do STTR's e no MSTTR para que os mesmos conheçam as políticas voltadas para Juventude Rural, Lembrou que no 10º CNTTR foram criadas as Secretarias de Juventude (Ata, 2009, p. 2).

Secretaria da Juventude senhora Gina Pereira

Apesar de trabalhadores pertencem à mesma classe, não quer dizer que estão incluídos no todo, pois, o proletariado não somente produz bens, mas também produz conhecimento, cultura, tradição, o jovem necessita de saberes para ser incluído e até iniciado no meio de lutas de movimentos sociais, e organizações sindicais, pois o sentimento de falta de conhecimento em assuntos cotidianos no meio social, gera automaticamente um sentimento de exclusão.

Algo muito importante citado é a utilização da pedagogia da alternância, geralmente utilizadas nas escolas do campo, possui um caráter de práxis inclusiva e aprendizagem significativa, onde, os alunos utilizem seus conhecimentos culturais trazidos de casa e os compartilham uns com os outros nas aulas que alternam entre teoria na escola e prática em casa, ou no local de trabalho, porém é necessário que o jovem tenha acesso a terra para pôr em prática o que aprendeu no compartilhar de saberes teóricos.

Outro ponto ressaltado é a formação de professores, um dos muitos problemas das escolas do campo, onde, a formação do professor geralmente não segue o exigido para as escolas do campo, no caso a Licenciatura Plena em Educação do Campo, os professores geralmente são pedagogos, Matemáticos, Químicos, Técnicos em Agronomia e muitas vezes nem possuem formação.

Essa deficiência na formação acarreta em consequências para os alunos do campo, que geralmente não acham nada do que estudam relevante, pois, necessitam de conhecimentos não somente para produzir na terra, mas sobre política também, assuntos que os professores não dominam por completo, por isso, é necessária uma formação de acordo com a pedagogia da Alternância. A próxima fala, é do Senhor Edvaldo, porém, fala muito grande, portanto, será cortada para a melhor análise.

Cada um de nós tem uma característica própria, metodologia e modo de apresentação, cada um tem sua própria identidade precisamos entender o processo dentro do MSTTR para que possamos de fato representar nosso público alvo, ora o filho de agricultor formado em direito, porque só filho de pessoas ligadas ao agronegócio tem esse direito, o avanço tecnológico e tanto que as vezes as leis estão sendo citadas aqui no Amazonas podem estar sendo mudadas nesse exato momento no Senado, muitos de nossos municípios não tem jornal, rádio ou televisão e são coisa de interesse do MSTTR (ATA, 2009, p.2)

Edvaldo Lopes, Secretário de Políticas Assalariados

A desigualdade de ensino é ressaltada no próprio campo, pois, há as escolas seriadas, muitas vezes organizadas em casas na comunidade, sem estrutura, sem professores formados, sem material didático, e há as escolas agrotécnicas com todos os recursos e preparos possíveis, além de intercâmbios onde, filhos de fazendeiros e empresários estudam para que no futuro possam retornar ao campo para representar a linha de frente os negócios da família. O que ocorre geralmente com os filhos dos trabalhadores rurais é êxodo rural, onde, vão para as escolas públicas urbanas, e não retornam.

A ressaltada das mudanças de leis constantes demonstra uma certa influência externa indevida nas políticas públicas e privadas do estado, onde, geralmente tais mudanças legislativas são feitas para privilegiar uma minoria influente como empresários, fazendeiros e empresas capitalistas, e a falta de conhecimento e informação perante tais mudanças e o que ocorre no interior dessas decisões que afetam a vida do homem urbano e rural, não chegam ao conhecimento de todos, sendo, que não há um caminho para a chegada dessa informação, até atualmente muitos municípios do estado do Amazonas não possuem rede de telefones e até internet, dificultando e muito a ação dos sindicatos.

Precisamos trabalhar ações juntos ao STTR's para que o MSTTR cresça em nosso Estado, precisamos valorizar o trabalho dos conselheiros fiscais, capacitá-los e cobrar uma postura diferente, pois sem agricultura não há café, almoço e jantar enfim não temos alimentos nas mesas seja do rico ou do pobre, independente de sexo, religião ou partido político precisamos estar unidos e não deixar que isso interfira nos interesses de nossas categorias, existem algumas intervenções dentro dos STTR's que são necessárias, pois infelizmente existem alguns STTR's totalmente irregulares, inclusive com desvio de função, apropriação indébita de cartões de aposentados para receber seus benefícios, existem STTR's que nem se que possuem um banheiro apresentável e querem cobrar do Conselho Municipal de Saúde atitudes saudáveis, que não prestam contas de sua arrecadação pois não registram seus atos Contábeis ou eventos realizados pelo sindicato, e se acham ao direito de cobrar, dizem que os diretores da FETTAGRI-AM só vivem viajando, e obrigado ficamos dentro do escritório ou em Brasília existem muitos parasitas aproveitando das vantagens do Governo com relação às UCS (GTA, CNS), mas quando a FETTAGRI-AM promove eventos como o GRITO DA TERRA AMAZONAS e ganhamos a causa, muitos são beneficiados, inclusive os parasitas, não podemos deixar de dizer que nossa atual diretoria fundou o

STTR de Canutama, a FETTAGRI-AM hoje é respeitada e considerada uma das melhores Federações do Brasil inclusive citada em vários encontros Nacionais como referência que vão desde o Estatuto e prestação de contas em dias e aprovada, Diretoria e Conselho fiscal coesos e comprometidos com os Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. (ATA, 2009, p.2/3)

Edvaldo Lopes, Secretário de Políticas Assalariados

Há implicitamente um conflito interno entre agentes, pois, apesar de estarem no mesmo patamar no que tange hierarquia de funções, certos agentes sociais não estão satisfeitos com a conduta e eficiência de certos líderes políticos sindicais e municipais. Também é cobrada mais solidariedade e ressaltada uma totalidade de ações e conexões entre homem e mulher do campo com homem e mulher da cidade, incluindo outros gêneros, pois, se não haver um trabalho coletivo faltará recursos, algo muitas vezes que as pessoas não conseguem compreender, que o campo mantém a cidade, porém se continuar sendo negligenciado desta maneira, o campo e a agricultura familiar que mantém a cidade grande pode deixar de existir, e assim, os centros urbanos podem passar por diversas dificuldades não somente no que tange suprimentos alimentícios, mas também medicamentos, vestimentas em geral, dessa forma, não é necessário somente manter uma harmonia com políticas públicas básicas, é necessário igualar a vida em diferentes meios sociais campo/urbano.

Há uma possível denúncia de corrupção dentro do círculo político agrário solidário, onde há um apelo por mais empatia e solidariedade no que tange interesses, pois, de forma implícita, vemos que há um jogo de interesses por detrás de decisões no que tange verbas, incluindo desvios para os mais necessitados como os idosos. Tais atos de desvios e corrupção causam certas dificuldades como falta de infraestrutura em sedes, visto até pelo pesquisador desta que compareceu a uma sede e por coincidência o banheiro desta visitada não possuía infraestrutura. Outras características que dificultam o reconhecimento da fonte de corrupção nos sindicatos e movimentos sociais, é a falta de prestação de contas, onde, para muitos é um ato burocrático supérfluo, mas a prestação de contas expõe como o dinheiro investido foi gasto, se não há prestação de contas, então o que houve com o dinheiro?

Podemos ver uma revolta justificada em forma de ciclo, pois, o locutor desta declaração, mostra revolta a todo momento, diante da conduta e eficácia dos outros agentes políticos que o rodam, da falta de empatia e solidariedade dos interesses coletivo e priorização dos interesses individuais por parte destes agentes, da corrupção interna nos sindicatos que causam sérios problemas para os trabalhadores e para as sedes sindicais e

também há a revolta dos trabalhadores rurais que menosprezam o trabalho das lideranças reduzindo a ações supérfluas como viagens ou ficar dentro de escritórios.

Ora, é uma revolta de ciclo com o eixo de hierarquia, pois, se o trabalhador rural não possui consciência do trabalho das lideranças, obviamente não há uma comunicação direta entre ambos, sendo assim, os trabalhadores enxergam que os líderes somente usam e abusam de seu dinheiro, e é o que está acontecendo, porém não se aplica a todos os agentes políticos, onde o locutor desta mensagem mostra revolta ao ser generalizado pelos trabalhadores e comparado com seus colegas de trabalho incompetentes enquanto o locutor exerce o melhor de si em sua posição política.

A hierarquia que coloca os líderes políticos de sindicatos e movimentos sociais acima dos trabalhadores rurais está causando um certo conflito, seguido do desejo de méritos individuais, o locutor dessa mensagem pode se achar diferente de seus colegas de trabalho corrupto, mas ele é e não é diferente, pois, enquanto os seus colegas corruptos somente pensam em si próprios desviando dinheiro e não cumprindo as normas, o locutor quer reconhecimento e mérito individual, ou seja, ambos são individualistas, e essa individualidade pode causar a destruição e declínio do sindicato, onde, a individualidade é tanta, que os líderes não se preocupam em manter os trabalhadores rurais informados, sendo assim, todos são iguais, individualistas que se acham superiores não exercendo uma comunicação direta com o todo do movimento.

Vemos a influência da FETTAGRI-AM em lutas sociais, onde, muitos são beneficiados, e até os que não participam da luta, sendo assim, podemos também ver uma não colaboração entre sindicatos de trabalhadores, somente uma Federação recebe todo o reconhecimento, e as outras, são deixadas de lado, porém, não fica explícito se as outras Federações, Sindicatos e Movimentos sociais contribuíram nas lutas empreendidas pelas FETTAGRI-AM.

O prazo para cadastro de Trabalhadores rurais, quem são Assalariados e Assalariadas Rurais, quem seria o Agricultor e o Trabalhador Rural quem ampara a categoria, devemos informar o Trabalhador sobre sua importância para o MSTTR, para que o mesmo não venha a procurar o Sindicato somente para aposentadoria, auxílio maternidade, ou doença, como temos também a necessidade de ampliar os postos de Previdência nos Municípios, sabemos que 18 municípios serão contemplados com agências, precisamos estar atentos pois tudo que venha a lesar os direitos dos trabalhadores rurais deve ser denunciado, referente aos trabalhos voltados para 3ª idade devemos priorizá-los sempre pois 80% da arrecadação do MSTTR vêm dos aposentados, devemos trabalhar não só as melhorias da qualidade de vida, mas precisamente educação sexual pois o índice de proliferação de AIDS na 3ª idade vêm crescendo bastante (ATA, 2009, p.3)

Outra vez há uma denunciada a fragmentação dos sindicatos e a participação do todo, onde, o locutor cobra não somente a participação dos trabalhadores, mas também o compromisso, onde, os sindicatos exercem força para garantir os direitos dos trabalhadores, porém, a luta não acaba após a obtenção dos direitos é preciso lutar por melhoras e benefícios e não somente procurar um sindicato quando se precisa, mas viver o sindicato.

Quando se fala em educação do campo somente se pensa em produção e preservação do meio e territórios, e esquecemos que os trabalhadores necessitam suprir seus desejos cotidianos, contudo, a educação geralmente negligencia isso, até mesmo nas escolas urbanas educação sexual é um tabu, porém, o fechamento dos olhos e ouvidos sobre a educação sexual expõe suas consequências, a gravidez na adolescência não é exclusiva dos centros urbanos, mas se expande de forma tão grande no campo Brasileiro, que o povo camponês já internalizou como “normal” pedofilia, e tais relações provocam várias DST's, e como no campo, as redes de saúde são precárias, somente resta para os trabalhadores rurais, sofrer, e principalmente a terceira idade que sofrem a violência do abandono e negligência.

As conquistas da mulheres dentro do MSTTR, apesar dos esforços da CONTAG e FETAG'S estes direitos vêm sendo inseridos paulatinamente, pois ainda a um índice muito grande de violência contra as mulheres principalmente as Trabalhadoras Rurais, devemos ter consciência de nossa importância dentro do MSTTR não podemos agir e nem pensar como se fossemos apenas cota, precisamos acabar com o preconceito principalmente porque muitas vezes ele vêm das próprias mulheres, não podemos mais calar diante da violência precisamos sim denunciar para autoridades competentes, hoje podemos contar com apoio da Lei Maria da Penha e do disque denúncia 180, para que possamos conquistar mais espaço na sociedade e garantir nossos direitos participando ativamente das mobilizações como a MARCHA DAS MARGARIDAS, (ATA, 2009, p. 3/4)

Izete Rodrigues Rabelo/ Presidente

Historicamente a mulher sofreu exclusão no meio sindical e em meio a literalmente tudo, até hoje não participa da constituição, pois, segundo a constituição temos direito ao nosso próprio corpo, porém o corpo da mulher é politizado (SILVA, 2005) por homens e religiosos que proíbem aborto, que usem certas roupas e que não trabalhem em determinados lugares.

No que tange história sindical da mulher, o preconceito tem múltiplas funções, a primeira delas é que o tabu que a mulher não podia trabalhar foi quebrado, mas ao mesmo

tempo, foi criado um preconceito que seu trabalho seria inferior por isso, deveria ganhar menos que um homem, e isso encheu as fábricas de mulheres, revoltando o sexo masculino, onde, excluía dos sindicatos e até cultivavam o mito de que o trabalho feminino seria inferior, outro fato de preconceito entre mulheres é quando há uma hierarquia estética entre as mulheres, onde a que trabalha sofre preconceito por outras mulheres.

Mas, foi por causa dessas mulheres trabalhadoras que várias conquistas e direitos veem sendo obtidos, mulheres que infelizmente não são acolhidas pela própria classe social do proletariado, não acolhida pelas mulheres que não trabalham e geralmente nem pela igreja, e é sabido que as lutas no campo possuem a participação da igreja, vemos por exemplo o CPT, e não é possível dizer que a religião cristã não contribui para o machismo existente nos movimentos sociais e sindicatos prevaleça, onde, é uma religião com um Deus castigados machista que dita que as mulheres devem ser submissas e não falar (SILVA, 2005).

Mas os movimentos sociais feministas veem para quebrar todos esses tabus e ocupar seu lugar de direito, pesquisas científicas mostram que as mulheres não são inferiores aos homens (Revista Filosofia, Ciência e Vida, Edição 123), portanto, a única coisa que impede a maior ocupação feminina na sociedade é o combate histórico, Religião versus Ciência. A violência contra a mulher do campo/urbano, veem se alastrando, onde para conseguir direitos.

5. PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DO MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS.

Documento: **Grito da Terra Amazonas 2007.**

Este documento contém as principais reivindicações feitas pelos trabalhadores a partir do movimento grito da terra que é realizado com a participação das FETAGS, sindicatos rurais e instituições, não somente reivindicações, mas também para defender seus direitos, ideologias e ideias como reforma agrária, sustentabilidade, educação e trabalho. Devido ao grito da terra ser um movimento que ocorre todos anos, esta análise servirá como base para as seguintes. Portanto a primeira análise cabe às reivindicações de reforma agrária.

- 1 – Fortalecimento do ITEAM, para regularização fundiária de sua competência;
- 2 – Implantação de escritórios do ITEAM nos municípios;
- 3- Que o governo faça o levantamento da cadeia dominial;
- 4 – Que o governo do Estado de atenção e assistência aos Projetos de Assentamentos;
- 5 – Criar Projetos de Assentamento dentro da área de sua competência;
- 6 – Que o Governo do Estado faça a arrecadação das áreas para fins de Reforma Agrária;
- 7 – Que o governo faça convênio com o MDA para o Programa da 1ª Terra;
- 8 – Construir uma base cartográfica única em conjunto como INCRA, promover a regularização fundiária nas áreas de suas competências; (AMAZONAS, 2007, p.1)

A reforma agrária conta com uma parceria educativa entre o ITEAM para enfim efetuar a regularização fundiária, pois, sabemos que no campo Amazônico, são várias as irregularidades praticadas dentre locais onde não há uma regularização constante e dentre as irregularidades temos, a grilagem de terras que consiste na falsificação de títulos de propriedade, manejo florestais que causam diversos danos ambientais, derrubada de floresta para a construção de pastos e até pistas de pouso clandestinas. Sendo assim, para melhor realização de uma fiscalização e de uma regularização fundiária, é necessário o Estado estar mais presente em seu campo, dessa forma, se torna necessário instalar bases de regularização em cada município.

O movimento social grito da terra, se encaixa no padrão do movimento do consenso (GOHN 2004), pois, diferente do movimento do conflito que busca gerar uma revolução, o movimento grito da terra almeja conquistar espaço nos direitos Brasileiros, assim, não alterando a ordem social, portanto este movimento busca ajuda do governo e não derrubá-lo, dessa forma é necessário uma luta conjunta entre Estado e movimento social, para finalmente realizar a reforma agrária, mas antes é necessário realizar a

regularização, para verificar terras improdutivas ou irregulares para realizar a arrecadação e destiná-las a quem precisa.

O trabalho do INCRA é de extrema importância para que ocorra qualquer ação que envolva reforma agrária no campo, de assentamentos a denúncias de violência, o INCRA necessita de recursos para realizar suas missões de reconhecimento de território e ações que envolvam reforma agrária, recursos como notebooks, mapas, carros próprios para a floresta, pessoas qualificadas, e geralmente tais recursos são cedidos por movimentos sociais, portanto, é necessário um maior investimento não somente monetário por parte do estado para o INCRA, como também a construção de bases e maior apoio às missões de reconhecimento e regularização fundiária.

MEIO AMBIENTE

- 1 – Que seja viabilizado sem muita burocracia as liberações do desmatamento da Agricultura Familiar e Assentado da Reforma Agrária;
- 2 – Que seja discutido com os órgãos fiscalizadores a Convenção 169 com base no SNUC;
- 3 – Que seja criado um FUNDO DE SEGURO dentro de um programa para preservação da Biodiversidade aos Agricultores Familiares e assentados da Reforma Agrária;
- 4 – Que seja respeitado as decisões locais na criação de unidades de conservação de uso sustentáveis;
- 5 – Que seja contratado para o IPAAM, mais técnicos para vistoriar e fiscalizar;
- 6 – Que seja implantado os agentes ambientais remunerados;
- 7 – Que sejam criadas imediatamente as reservas extrativistas do Rio Ituxi, do Médio Purus, em Lábrea, e do Rio Jauaperi, no município de Novo Airão. (Amazonas, 2007, p.1)

O pedido de redução de burocracia se refere ao remanejo florestal, ou seja, poder transformar terras improdutivas em produtivas, contudo, a partir de um projeto de derrubar e levantar a floresta. Porém esta não é única área onde o excesso de burocracia é um impedimento para a produção familiar, pois, há um excesso de burocracia em processos de assentamentos, e muitos trabalhadores rurais mal possuem documentos básicos, como certidão de nascimento ou título de eleitor, quanto mais diversos cadastros, rurais, sindicais, trabalhistas, filiações etc. Estes trabalhadores são excluídos da reforma agrária, e também, de amostras de dados que indicam a desigualdade no campo, é como se deixassem de existir materialmente.

A reforma agrária não se resume apenas a efetuar assentamentos de trabalhadores rurais, a reforma tem o intuito de proporcionar uma distribuição de terras de maneira mais equitativa, para que o homem do campo finalmente possa trabalhar, mas como poderia fazer isso sem recursos? Para comprar fertilizantes, sementes ou realizar um manejo

florestal? Por isso, uma exigência que na verdade é uma questão básica, é um fundo de seguro para agricultores familiares.

Neste projeto podemos adentrar nesse universo e compreendê-lo um pouco melhor, e vemos que uma das reivindicações é a respeito das unidades de conservação e mais técnicos para fiscalizar tais áreas, pois, enquanto a classe operária respeita as leis e limites de territórios, terras da União e áreas de conservação, a classe burguesa se utiliza destas terras para realizar atividades ilegais, portanto, uma injustiça com a classe social. As próximas reivindicações são referentes a:

POLÍTICAS SOCIAIS

- 1 – Criação de postos de atendimento em municípios sem APS;
- 2 – Contratação de peritos para os interiores;
- 3 – Reconhecer as documentações das Associações comunitárias como comprovações de suas atividades rurais bem como da um tratamento diferenciado de outras regiões do País;
- 4 – Que sejam reconhecidos os trabalhadores/as rurais que vivem nos assentamentos, bem como suas documentações comprobatórias e os de unidades de conservação;
- 5 – Que o PREV MOVEL e PREV BARCO voltem a funcionar com calendário discutido junto com a FETAGRI-AM;
- 6 – Que o Barco Pai (Programa de Atendimento Itinerante) dê a resposta de todos os processos nos municípios que pleitearam os benefícios da Previdência Social;
- 7 – Que dê continuidade a Ação Cidadã nos municípios;
- 8 – Criação da Secretária da Mulher, para que sejam discutidas as Políticas voltadas para as Mulheres Rurais;
- 9 – Garantir a Regionalização da merenda escolar; (Amazonas, 2007, p. 2)

A primeira política social é básica, ou seja, referente a saúde, pois, muitos assentamentos não possuem delegacias, escolas, ou saneamento básico, portanto um posto de saúde garantirá não somente mais segurança para o trabalhador rural, mas também sua permanência no campo, pois, geralmente quando um trabalhador rural adoece ou precisa de atendimento urgente, a tendência é se locomover até os centros urbanos para que possa ser tratado, e isso mostra uma imensa negligência ao campo, pois, muitos trabalhadores não possuem recursos como barcos ou carros para se locomoverem até a cidade, sendo assim, somente poucos podem reagir caso ocorra algo a si ou sua família.

As reivindicações 3 e 4 dirigem-se novamente ao excesso de burocracia que muitas vezes mais dificulta a vida de trabalhadores e até do próprio Estado, não reconhecendo os documentos apresentados como aceitáveis ou legítimos, invalidando posses de terras e muitas vezes até excluindo trabalhadores de políticas sociais e públicas.

Dentre as políticas que garantem todos os direitos básicos de um cidadão como saúde, educação e previdência social, temos a criação de políticas públicas para mulheres, e defender as que já existem, pois necessitam de políticas diferenciadas, tais como igualdade salarial, postos de saúde voltados para a mulher, delegacias especializadas em crimes cometidos contra a mulher, creches, dentre outras políticas básicas que podem ajudar a mulher do campo a subsistir.

INCRA

- 1 – Implementação das Políticas de fortalecimento para os 37 Projetos de Assentamentos;
- 2 – Que seja liberado todos os recursos de crédito de instalações e habitação para todos os Projetos de Assentamentos;
- 3 – Que tenha participação da FETAGRI-AM na seleção dos clientes da Reforma Agrária para os Assentamentos;
- 4 – Que os novos Assentamentos criados sejam discutidos juntamente com FETAGRI-AM;
- 5 – Continuidade ao processo de titulação dos Projetos de Assentamentos e Áreas fundiárias;
- 6 – Continuidade nas demarcações dos lotes nos Projetos de Assentamentos;
- 7 – 3 Faço o termo de cooperação técnica para fiscalização das ATES e ATER com a FETAGRI-AM;
- 8 – Ampliar as ações do georreferenciado, cadastro e regularização fundiária de terras públicas da União para o Estado do Amazonas destinado para Assentamento dos Trabalhadores/as;
- 9 – Construir uma base cartográfica única em conjunto com o ITEAM, promover a regularização fundiária nas áreas de sua competência
- 10- A manutenção das Unidades Avançadas, retornando /reabrindo as Unidades Fechadas;
- 11 – Criação da Superintendência no Sul do Amazonas. (Amazonas, 2007, p.2/3).

O INCRA assume um papel de importância para os trabalhadores e movimentos sociais, pois, atua na linha de frente em combate às irregularidades no campo, como desmatamento, queimadas, falsificação de títulos e efetivação da reforma agrária, mas para que continue a ser o porta voz e espada dos trabalhadores rurais, necessita de recursos para efetivar os assentamentos, e de auxílio por parte de outras instituições e federações como a FETAGRI com o papel de seleção de candidatos para a reforma agrária.

IBAMA

- 1 – Realização de uma campanha de conscientização dos recurso hídricos;
- 2 – Regularize a situação fundiária das unidades de conservação no processo de indenização e re-assentamento das famílias.
- 3 – Manter os escritórios existentes nos municípios e criar novos escritórios onde não há; (Amazonas, 2009, p.3)

O IBAMA esteve presente em missões do INCRA juntamente com os movimentos sociais, porém, agora é cobrado um papel de finalidade educativa e com razão, pois, a

educação ambiental e educação do campo não somente fundamentam a produção e meio social do homem, mas também a preservação do meio.

Também é cobrado um papel na regularização de terras, porém não de maneira totalitária e sim específica, limitando apenas a conservação da floresta, ou seja, o remanejo florestal, mas para isso é necessário criar novos escritórios e manter os que já existem.

POLÍTICA AGRÍCOLA

- 1 – Colocar as experiências dos institutos de pesquisa do estado à disposição da Agricultura Familiar e Assentados da Reforma Agrária.
- 2 – Priorizar a implementação de incentivo à Agricultura Familiar.
- 3 – Desburocratizar o crédito para Agricultura Familiar e Assentados da Reforma Agrária;
- 4 – Garantir o seguro agrícola aos projetos financiados para a Agricultura Familiar e Assentados da Reforma Agrária;
- 5 – Renegociação das dívidas vencidas e as que vão vencer.
- 6 – Garantir o preço mínimo para os produtos da Agricultura Familiar e Assentados da Reforma Agrária.
- 7 – Realizar com urgência o zoneamento agro-econômico e ecológico.
- 8 – Criação de mecanismo de incentivo para implementação de agroindústria para Agricultura Familiar e Assentados da Reforma Agrária.
- 9 – Criação do Fundo de aval para os financiamentos da agricultura familiar.
- 10 – ATER – que seja garantido à assistência técnica de qualidade e gratuita para Agricultura Familiar e Assentados da Reforma Agrária.
- 11 – Que seja implantado as unidades avançadas do IDAM nos municípios onde não existe.
- 12 – Garantir a distribuição de sementes e mudas alevinos de peixes, aves e sua distribuição seja gratuito aos Agricultores Familiares e Assentados da Reforma Agrária.
13. Aumentar de 5 mil para 10 mil alevinos por Agricultor Familiar e Assentados da Reforma Agrária.
14. Criar mais laboratórios de reprodução alevinos nas calhas de rios.
15. Criar escritórios da AFEAM nas calhas de rios;
16. Criar agência da Agricultura Familiar do Banco da Amazônia e Banco do Brasil;
- 17 Criar agências do Banco da Amazônia e Banco do Brasil nos municípios;
18. Que seja aumentando o recurso da SEPROR em 100% sobre o valor atual.
19. Que o governo do estado crie uma política pública para Agricultura Familiar e Assentados da Reforma Agrária.
20. Que o governo do estado crie um assento no conselho da AFEAM para FETAGRI-AM;
- 21 .Que o governo do Estado prorogue a Instrução Normativa 51 que trata sobre Cadeia do Leite;
- 22 – Que o governo crie um abrigo para agricultor e agricultora familiares e Assentados da Reforma Agrária em Manaus-Am;
- 23 – Criar a feira do Agricultor e agricultora familiares e Assentados da Reforma Agrária em Manaus-Am; (Amazonas, 2007, p.3/4)

Os conhecimentos científicos fornecidos pelas parcerias universidade e movimentos sociais contribuem para a manutenção do modo de vida do homem do campo, seu jeito de pensar e produzir e até as relações sociais onde os conhecimentos são compartilhados a partir do diálogo e até no meio escolar onde a pedagogia da Alternância

é presente, e esta apropriação dos conhecimentos científicos, não se resume somente a produção, mas também os modos de agir dos movimentos sociais, pois se torna estratégia de luta e com os conhecimentos científicos sendo partilhados em interações e produções de movimentos sociais a educação se multiplica com a práxis aplicada ao movimento. Como afirma Lage (2013, p.48):

Portanto existe uma luta epistemológica e por isto ela é política, pois enfrenta as diferenças de poder entre saberes. O que tem levado os movimentos sociais também a se apropriarem do saber científico e a reinventarem metodologias sociais em campos historicamente afastados de qualquer possibilidade de acesso, como o da educação. Sendo assim, os movimentos sociais têm priorizado para além de suas estratégias de ação mais visíveis – ocupações, marchas, greves, entre outras – uma política da educação, na qual visa transformar melhor qualificar suas organizações, considerando o fato de que, dentro de um movimento social, a educação tem o efeito multiplicador.

No que concerne a produção, é sabido que a agricultura familiar é o principal fornecedor de legumes, verduras e diversas variedades de carnes para o meio urbano, então, resta a dúvida, se o suprimento é tanto, por que o campo se mostra tão pouco desenvolvido? Por que não há uma regularização de preços sobre a mercadoria produzida, para entendermos melhor este ponto, basta se locomover a qualquer feira urbana e vemos que diversos produtos por preços baixíssimos, são tantos produtos que muitas vezes estragam, e isso ocorre porque não há um reconhecimento da produção, do tempo, dos materiais, ferramentas e da força de trabalho aplicada para desenvolver tal produto o que definiria seu preço (Marx, 1982).

Para que essas mercadorias sejam produzidas, geralmente o pequeno produtor necessita fazer empréstimos, pois, sem recursos, não lhe resta outra escolha a não ser se jogar no mercado de competição capitalista, e como consequência, se endivida, portanto, também é pedido uma renegociação de dívidas.

Ainda se tratando de produção vemos um pedido de implementação de uma agroindústria, sendo assim, é necessário também fornecer tal formação para a atuação nesta indústria, pois sabemos que muitos trabalhadores rurais, não possuem formação técnica adequada para trabalhar no meio fabril.

JUVENTUDE

1. Criar linhas de créditos acessíveis aos jovens da Agricultura Familiar e Assentados da Reforma Agrária.
2. Na elaboração do material didático seja voltada a realidade local da Agricultura Familiar e Assentados da Reforma Agrária.
3. Que crie programas de educação, esporte, lazer e cultura nas áreas de Reforma Agrária e Assentados da Reforma Agrária.

4. Apoiar os jovens com o meio de transporte para o escoamento da produção abertura de mercado e armazenamento para a produção;
- 5 – Criação de cursos profissionalizantes para beneficiamento da Produção; (Amazonas, 2007, p.4/5)

Geralmente a juventude rural ingressa de maneira precoce em lutas sindicais e até lutas de movimentos sociais, contudo, não há um espaço para o jovem, para seu aprendizado ou iniciação, ressaltando que muitos saem do campo por não haver escola, espaços para lazer, ou diversão, o jovem se sente frustrado em tal realidade que não o acolhe, e muitos que saem do campo, raramente retornam, sendo assim, não restam muitos camponeses para lutar contra a opressão exercida sobre a classe operária.

O Jovem necessita ser reconhecido em suas necessidades e especificidades, portanto, as exigências abrangem o incentivo à produção juvenil, não somente para lhe mostrar que pode haver um futuro no campo, mas para que possam subsistir também, abrangem a sua identidade individual e coletiva, como sujeito do campo com história e presentes construídos a partir de lutas.

MULHER

- 1 – Que o governo realize uma campanha de divulgação da Lei Maria da Penha;
- 2 – Campanha Estadual de divulgação sobre a saúde da mulher;
- 3 – Viabilizar o acesso das mulheres aos exames periódicos;
- 4 – Ampliar o quadro de médicos especialistas em ginecologista, obstetra, urologista, oftalmologista, etc. para atendimento dos Trabalhadores/as rurais;
- 5 – Criar delegacias da mulher nos municípios; (Amazonas, 2007, p.5)

Não é somente no meio urbano que a mulher trabalhadora sofre preconceito, mas em todas as camadas sociais em que ela está presente. E como no campo há falta de tudo, não há garantia de segurança e justiça para a mulher que sofre diversas violências, seja simbólica como comentários e discriminações machistas ou violência física por maridos, colegas de trabalho ou patrões, lembrando que há também a categoria machista racista, quando a mulher apresenta características negra.

Portanto, é necessária uma conscientização dos direitos que a mulher possui, mas para que essa consciência seja obtida por todos se torna necessário uma divulgação de tais direitos como a lei Maria da Penha, divulgação sobre a saúde da mulher, e a criação de delegacias especializadas em casos de violência contra a mulher.

SALARIAL

- 1- Que o governo realize uma campanha de fiscalização do trabalho escravo e infantil nas áreas de interesses sociais;
- 2 – Criar secretarias de Estado do trabalho e Cidadania; (AMAZONAS, 2007, p.5)

Sabemos que desde cedo a criança no campo trabalha, o que nos centros urbanos é visto como atrocidade hipócrita, ou seja, há centenas de crianças que trabalham nas ruas, mas somente quando essa criança é exposta em redes sociais é que a revolta acontece, mas ainda assim, há uma diferença entre o trabalho exercido por uma criança no campo e uma do centro urbano. A criança do campo geralmente trabalha em sua propriedade, auxiliando os pais, adquirindo conhecimentos e não é um trabalho abusivo e tortuoso, mas é visto pela criança como uma mera brincadeira, nos centros urbanos as crianças passam dia e noite mendigando nos ônibus, vendendo balas no sol quente, para no fim, entregarem o dinheiro para outros, ou seja, uma exploração do trabalho infantil, que é uma representação da exploração do trabalho adulto.

Nas camadas mais profundas do campo Amazônico, há o trabalho escravo, sendo uma rotina de trabalho tortuoso, perigoso e abusivo por parte geralmente de fazendeiros que se utilizam dessa mão de obra, ou, geralmente o trabalho funciona como uma espécie de troca de favores, onde o trabalhador faz serviços para o fazendeiro durante certa parte do dia, para que no fim do dia possa trabalhar na terra do proprietário, porém trabalhar para si mesmo, pode parecer coisa do século passado, mas infelizmente ainda ocorre atualmente.

Por isso é necessária uma fiscalização dos trabalhadores e dos trabalhos exercidos pelos mesmos, para verificar se não há nenhuma irregularidade que demonstre práticas de trabalho escravo como por endividamento por exemplo, ou até trabalho forçado por parte de jagunços, se torna necessário a criação de secretarias nos municípios do Amazonas para aplicar a cidadania, e fiscalizar a vida, território e trabalho que ocorrem na região.

O próximo documento analisado será:

Documento: **Grito da Terra Amazonas 2008**. Utilizando o Grito da Terra 2007 como referência, agora analisaremos o que adentrou nas reivindicações dos trabalhadores rurais no grito da terra em 2008, por isso, não ressaltamos reivindicações já efetuadas no grito da terra em 2007. E para a melhor compreensão, apresentamos os quadros a seguir com as respectivas reivindicações.

Quadro X – Reforça agrária

REFORMA AGRÁRIA
Ação Permanente de Regularização Fundiária em Terras do Estado e da União;
Que o governo implante uma política estadual de reforma agrária;
Dê Prioridade em terras do estado para fins de reforma agrária;

Que as terras devolutas de patrimônio do estado de acordo com a MP 422 em áreas particulares que sejam desapropriadas e destinadas a reforma agrária;
Facilitação na Expedição de CDRU – Concessão de Direito Real de Uso;
Que a regularização fundiária das terras do estado, através do ITEAM, considere o tempo da posse ou ocupação para expedição do TD
Em caso de conflitos agrários em terras do estado; - que o governo dê garantia de vida e do direito de organização para as lideranças dos trabalhadores e agricultores familiares;
Que o governo do Estado venha em apoio aos Movimentos Sociais – FETAGRI-AM e CPT, na efetivação, com urgência na suspensão da liminar da reintegração de posse e na desapropriação das arcas de Jamanã I e II, Lago do Serpa e Jesus é Meu Rei (Itacoatiara)
Que na concessão de posse, assentamento e/ou titularidade da terra, seja garantida área de no mínimo de um módulo fiscal para trabalhadores (as) rurais;
Cumprir o acordo de cooperação, firmado no 1º Encontro da Agricultura Familiar – AM realizado pela SEPROR, entre o IDAM, IPAAM, IBAMA, ADS ITEAM e INCRA, incluindo também DAOC nos Municípios;
Convênio SRA / ITEAM para crédito fundiário;
Cria Programa Primeira terra para juventude rural;
Aprovação e implantação do PAF-Projeto de Assentamento Florestal – JEQUITIBA II, Sul de Lábrea-AM;
Revisão nos assentamentos da reforma agrária quanto a evasão;
Participação do MSTTR na seleção dos clientes da reforma agrária para polpação dos lotes ociosos e evadidos, bem como novos Projetos;
Que sejam assentados com máximo de urgência as famílias que se encontram acampadas – (Sul de Lábrea, Sta. Rita, Terras Amaplac);
Haja regularização Fundiária em áreas de várzea, com máximo urgência pelo INCRA
Ampliação do PRONERA para todos os Assentamentos, bem como em sua grade curricular sejam inseridas os cursos de Direito, Agronomia, Técnicos Agrícolas, Assistência Social, Enfermagem e Residências Agrárias, em parcerias com as Faculdades UFAM e UEA;
Busca junto ao Poder Judiciário compromissos pela agilidade nos julgamentos e a punição de todos os mandantes e executores de crimes cometidos contra trabalhadores rurais e suas lideranças;
Estabelecer um processo de negociação entre Governo e as partes interessadas, antes que seja realizada qualquer operação de despejo.
Promover articulação entre os vários setores ligados às questões de direitos humanos e combate à violência, especialmente nos casos de maior gravidade;
Que as áreas arrecadadas para fins de reforma agrária sejam urgentemente utilizadas para tal fim que se destina;

Fonte: Elaboração dos autores , 2024.

Há uma ampliação das reivindicações dos trabalhadores rurais, dessa vez, cobrando uma postura mais participativa por parte do estado. Contudo, um item novo que chama muito a atenção é a garantia de vida para os trabalhadores rurais que estiverem, ou forem vítimas de um possível conflito agrário. Este ponto mostra como não há um controle sobre a violência que ocorre no campo Brasileiro, tanto que não há a certeza de paz em assentamentos e acampamentos de movimentos sociais, portanto, somente cabe exigir uma garantia de vida contra a violência exercida pela classe opressora.

Também é pedido a agilidade nos julgamentos e punição de todos os mandantes e executores de crimes cometidos contra trabalhadores rurais e lideranças. Já vimos como é a forma que a classe trabalhadora é tratada pela burguesia, são tratados como se fossem pragas que atingem seus terrenos e os exterminadores contratados são jagunços,

pistoleiros e até policiais na minoria dos casos. Geralmente tais violências praticadas contra trabalhadores rurais, são arquitetadas em todos os detalhes, ou seja, antes mesmo da violência ser posta em prática, já há um plano de fuga para o praticante, são poucos os culpados que são punidos por seus crimes no campo, o que aumenta a insegurança dos trabalhadores rurais e sua insatisfação perante a política exercida pelo Estado.

Há também um pedido de participação e articulação dos setores de direitos humanos e combate à violência, pois, é sabido que a crueldade no campo não tem fim ou limites éticos, lembrando que a violência se alastra por todos os setores possíveis do campo, como o setor ambiental, no caso a violência contra a natureza (Odalía, 1983), como queimadas, desmatamentos, poluição de rios, extração de madeira ilegal, a violência política se caracteriza como, assassinato de lideranças sindicais, acampamentos ou movimentos sociais, ameaças, repressão de movimentos sociais a partir do uso da força, a violência física como torturas, agressões, assassinatos dentre outros, é preciso humanizar o homem, e para isso é necessário uma ação coletiva Estado/movimento social.

E o destaque se refere a educação acessível para todos, ou seja, ampliar o PRONERA para que chegue em todos os assentamentos, porém, com uma ampliação de ensino que auxilie o trabalhador como as seguintes áreas de estudo, Direito, Agronomia, Enfermagem, mas para tal oferta de cursos é necessário a ajuda de instituições de ensino e pesquisa como a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Relembrando que este ponto educativo se refere a uma estratégia dos movimentos sociais, não somente para crescer coletivamente, mas também politicamente, ou seja, qualificar os movimentos sociais para que possam ocupar mais pontos e postos políticos, e a entrada dos movimentos sociais nas universidades já é uma realidade como afirmam Malheiro & Ribeiro (2014).

Quadro XI – Meio ambiente

MEIO AMBIENTE
Criar plano de Proteção das Nascentes e matas ciliares (recursos hídricos) do Estado do Amazonas;
Campanha Massiva e permanente Educação Ambiental a nível estadual nas embarcações, escolas, comunidades e movimentos sociais, polícia ambiental;
Realizar em conjunto com o Movimento Sindical dos trabalhadores Rurais –MSTTR, um projeto de capacitação e sensibilização para assentados, assentadas, agricultores e agricultoras familiares, com enfoque nas questões de educação ambiental, agroecológica e tecnológicas alternativas;
Pagar para os agricultores familiares que preservam 80% de sua área, pelos serviços de preservação ambiental, o mínimo de meio salário mínimo por hectare (no moldes do PROAMBIENTE);
Que as Categorias de Unidades de Conservação de Proteção Integral sejam transformadas em categoria de Uso Sustentável em áreas estaduais e federais;

A Simplificação de plano de manejo em fauna, flora e aquática nas áreas de agricultura familiar e reforma agrária;
Cobrança de passivo ambiental e repasse para os assentados trabalharem o reflorestamento de áreas arrecadadas e ou a serem arrecadadas;
Que o governo crie uma linha de crédito para projetos agroecológicos voltada, principalmente, para o apoio financeiro, tecnológico, formação e promoção da certificação de produtos agroecológicos;
Incluir no orçamento do Estado, recursos específicos para a recuperação e preservação de reservas ambientais coletivas dos assentamentos e agricultores(as) familiares. Estes recursos devem ser disponibilizados sem custo para os beneficiários.

Fonte: Elaboração dos autores , 2024.

Na questão ambiental também surgem diversos novos pontos, o destaque é a campanha permanente de educação ambiental, pois, todos os dias os níveis de desmatamento aumentam, dessa forma, não se trata de lembrar somente uma vez por ano que a natureza precisa ser preservada e conservada, é necessário fazer o cidadão internalizar que a natureza e o homem estão em harmonia eterna, é preciso criar uma reciprocidade homem/natureza, onde, a natureza fornece recursos, matéria prima e em troca o homem necessita conservar e preservar a natureza para que tais fontes de recurso não acabe, é necessário fazer o homem internalizar que tais recursos são finitos e não infinitos

A educação ambiental não somente deve tratar de questões de conservação e bons modos, talvez por isso seja tão negligenciada, pois, se homem não consegue ver proveito em tal situação ele pouco se importa, então mostrar o lado da moeda da produção e recursos que uma atividade sustentável proporciona, ou seja, dialogando a partir de um ponto de vista Marxista, preservar a natureza proporciona lucro, produtividade, e subsistência, este foi um dos motivos pelo qual o paradigma dos Novos Movimentos Sociais não foi escolhido para fazer tal análise, pois não abrangem os pontos de luta de classes e produção.

Quadro XII – Política Agrícola

POLÍTICA AGRÍCOLA
Infra-estrutura e mecanismos para escoamento da produção, tanto fluvial quanto terrestre;
Construção de entrepostos, armazéns, silos e câmaras frigoríficas com destinação a Agricultura Familiar e Reforma Agrária;
Implantar um programa estadual de recuperação e manutenção de Ramais, Vicinais e Hidrovias;
Ampliação e qualificação do quadro de Técnicos para ATER e ATES;
Que a Assistência Técnica qualificada, acompanhe o agricultor(a) desde o plantio até a comercialização do produto;
O Governo do Estado faça Zoneamento Macro e encaminhe para aprovação da Assembleia Legislativa.
Renegociação de Dividas AFEAM, com juros proporcionais ao PRONAF, bem como, continuidade das negociações das dívidas amparadas pela Lei Estadual 3037;
Que o governo amplie o percentual de 0,87% (Zero, oitenta e sete por cento) para 5,0% do Orçamento do Estado para o Setor Primário até 2010 e meta para 2009 para 2,0%;
Garantir assentado da FETRAGI-AM no conselho da AFEAM e FTI;
Interferência do Governo junto ao MDA para liberação de recursos destinados aos projetos dos territórios;

Governo do Estado destine recursos, a ser somado ao volume de recursos do programa territórios da cidadania;
Que seja criado o seguro enchente (nos moldes do seguro defeso dos pescadores), para os agricultores familiares da várzea;
Que seja criado o fundo de socorro aos atingidos pelo fenômeno da seca amazônica;
Que o Governo do Estado Resolva definitivamente as indenizações do PROSAMIM, junto ao Imóvel da FETAGRI-AM, Av. Tarumã, 866, Pça 14, Manaus-AM;

Fonte: Elaboração dos autores , 2024.

Os novos pontos adicionados a política agrícola abrangem toda a totalidade da produção familiar, como a criação de mecanismos de escoamento, construção de armazéns, recuperação de ramais, assistência técnica e qualificada aos plantios, Zoneamentos dentre outros direitos para que finalmente a produção familiar passe a se tornar viável.

Quadro XIII – Assembleia Legislativa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Que os Deputados Estaduais, em suas Emendas Parlamentares do orçamento do Estado, dêem prioridade ao setor primário;
Agilizar o processo de revisão da lei 2.754 de 29/10/2002; que regulamenta as terras do estado;
A Assembleia Legislativa do Estado Amazonas faça a Lei do Zoneamento Macro, conforme proposta produzida pelo ITEAM FETAGRI-AM;
A Assembleia Legislativa do estado Amazonas faça Lei do Zoneamento Agro-Econômico – Ecológico e Sustentável;
Que a Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e do Idoso, a Comissão Constituição, Justiça e Redação da ALE intervenham nos conflitos agrários e violência no campo no Estado;
Que a Comissão do Desenvolvimento do Interior, Agropecuária, Pesca e Abastecimento, promova discussões para a construção de propostas para o desenvolvimento de uma política agrícola e agrária para o estado; bem como, defenda Emendas Parlamentares para o setor primário.
Que os parlamentares discutam com a sociedade civil organizada um projeto de desenvolvimento do Estado alternativo ao projeto Zona Franca de Manaus.

Fonte: Elaboração dos autores , 2024.

Este é um novo ponto que tem como base a discussão de políticas públicas de forma coletiva, movimentos sociais e Estado, abordando políticas humanitárias como a comissão de direitos humanos e de produção como a comissão de desenvolvimento do interior.

Quadro XIV – Políticas Sociais

POLÍTICAS SOCIAIS Educação do Campo
Que o Governo priorize a construção de Escolas Agrícolas nos Municípios Pólo;
Priorize na rede Estadual de Ensino no interior a educação com ênfase na Educação do Campo;
Fortalecimento do Comitê da Educação do Campo disponibilizando infra-estrutura, orçamento para garantir a gestão;
Garantir nas escolas rurais o ensino 1ª a 8ª série e 2º grau, tanto assentamento quanto nas comunidades tradicionais
Que o sistema de educação do Estado reconheça, valorize e adote a aplicação da pedagogia da alternância, bem como certifique as escolas do campo que adotam a referida pedagogia;
Que o Governo do Estado adote melhorias na qualidade do ensino do campo, de forma que os trabalhadores e trabalhadoras rurais possam ter acesso a Universidade Pública ou privada;

Que o Governo do Estado implemente programa de combate ao analfabetismo de jovens e adultos no meio rural, a partir das linhas gerais definidas nas Diretrizes Operacionais de Educação Básica Do Campo;
Assegurar à FETAGRI-AM o direito de indicar um membro titular e um suplente, para representar a categoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, no Conselho Estadual da Educação;
Que o Governo crie Bibliotecas volantes, assegurando o acesso à leitura e à pesquisa nas comunidades rurais.

Fonte: Elaboração dos autores , 2024.

Historicamente falando, as escolas do campo passaram e passam por muitas dificuldades e muitas até são fechadas, pois, são organizadas de forma, seriada, multisseriadas e até nucleadas que geralmente obrigam o jovem a se locomover de sua comunidade para outra comunidade que se localizam a horas de distância de sua casa, mas de todas as formas, estes tipos de organização escolar prejudicam o aprendizado do estudante do campo.

O conteúdo fornecido para as escolas do campo, geralmente são adaptações do meio urbano, diante a todos estes motivos, é pedido a construção de Escolas Agrícolas localizadas nos municípios, para que o jovem tenha direito a estudar no local onde nascem, e não somente abrangendo a forma organizacional destas escolas, mas, também os conteúdos que são fornecidos, é pedido o uso da pedagogia da alternância, e também lembrando do trabalhador que deseje continuar os estudos, garantir o acesso à universidade pública e privada. Todas as reivindicações de políticas públicas acima, nada mais são que um pedido de inclusão do cidadão camponês ao ensino básico que todo homem tem direito.

Quadro XV – Infraestrutura Social

INFRAESTRUTURA SOCIAL
Governo do Estado garantir a ampliação de Telefonia Rural no Estado do Amazonas;
Governo do Estado implemente um plano de inclusão digital nas comunidades rurais do Estado do Amazonas;
Seja concluído o “Programa Luz para Todos” em todos os municípios, cumprindo a meta de 100%, havendo famílias isoladas, que seja garantido ao a energia alternativa (exemplo: sistema placa solar;
Promover a construção de Poços Artesianos nas comunidades rurais e ribeirinhas obedecendo a demandas; e continuidade de Projeto Cisternas e Captação de água de chuva;
Saneamento Básico nas Comunidades;
Governo do Estado Implemente um plano Estadual de habitação rural;
Garantir Postos de Saúde, equipados e com recursos humanos adequados para seu funcionamento e construção de novos postos.

Fonte: Elaboração dos autores, 2024.

Mais um ponto novo acrescentado, a infraestrutura social, que abrange oferecer mais estrutura para os municípios e os assentamentos rurais, como rede de telefone, luz, saneamento básico e postos de saúde, dessa forma, tornando o campo um lugar habitável

e auto sustentável, buscando mais equidade no que tange estilo de vida e abandonar a filosofia de Estado mínimo.

Quadro XVI - Saúde

SAÚDE
Contratação de Médicos especialistas por concurso para atender as demandas da zonas rural;
Manter estoque regulador de medicamentos nos hospitais dos municípios, bem como nos postos de saúde na Zona Rural;
Implantação de Farmácias Populares;
Apoio na implantação do CEREST-Centro de Referência da Saúde do Trabalhador nos municípios do Estado do Amazonas;
Governo do Estado promova cursos de capacitação dos conselheiros(as) de saúde (Dirigentes e Assessores do movimento social), abordando a legislação e as normas operacionais básicas sobre política de saúde, com o objetivo de melhorar a participação dos conselheiros;
Aparelhamento e equipamentos nas unidades hospitalares;
Barco móvel para atendimento médico itinerante nas comunidades;
Contratação de médicos para Hospitais do Interior;
Que o Governo do Estado Priorize Campanha de conscientização sobre AIDS com enfoque na 3ª Idade.

Fonte: Elaboração dos autores , 2024.

Há uma preocupação com a formação dos especialistas de saúde que atuam no campo, simplesmente pelo fato de geralmente a mão de obra do campo não possuir especialização e formação para atuar em suas áreas, como por exemplo o professor, agricultor e até médicos, por isso a contratação de médicos deve ser feita por concurso, pois, o concurso selecionará os especialistas capacitados para tal área de ofício.

Outra preocupação são recursos, pois, para evitar possíveis complicações como falta de medicamentos em casos de doenças como gripes, dengues ou pandemias, o trabalhador não poderá esperar medicamentos seres trazidos do centro urbano até o meio rural, portanto se torna necessário manter o estoque de medicamentos regularizados e atualizados nos hospitais do campo.

Quadro XVII – Previdência Social

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Realizar um seminário para debater a Previdência Social dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais;
Permanência dos Médicos Peritos nos Municípios Pólos – Perícia Médica;
Atendimento qualificado dos Servidores do INSS e Capacitação INSS/STR;
Maior agilidade na formação de convênio entre INSS / STR;
Reconhecimento de Documentos como prova de atividade, do INCRA, IBAMA, ITEAM, SDS, bem como, das associações, sindicatos, cooperativas;
As operações dos itinerantes sejam trabalhadas umas agenda e discutida com a FETAGRI-AM;
Melhorar a infra-estrutura de atendimento do INSS, com criação de novas agências, contratação de novos servidores administrativos, peritos médicos e procuradores.
Projeto Movimentação seja rediscutido e implantado no estado;
Assegurar à FETAGRI-AM o direito de indicar um membro titular e um suplente, para representar a categoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, no Conselho da Previdência;
Disponibilizar estatísticos anuário para FETAGRI-AM;
Unificar os procedimentos nas agências do INSS no Estado do Amazonas, visando agilidade e melhoria no atendimento dos segurados/as.
Gerar processo de aposentadoria a partir do pedido agendado do segurando.

Fonte: Elaboração dos autores , 2024.

Este novo ponto é referente aos direitos e aposentadoria dos trabalhadores rurais, apesar do documento demonstrar que a aposentadoria ainda não é um assunto acabado e garantido a todos, há o pedido de realização de um seminário para haver uma negociação entre movimentos sociais e o Estado, como demonstra a reivindicação de se ter um representante da FETAGRI-AM no conselho de previdência social e que também que sejam cedidos dados estatísticos para FETAGRI-AM.

Quadro XVIII – Políticas Assalariado/a

POLÍTICAS ASSALARIADO/A
Campanha estadual no combate ao trabalho escravo e infantil nas áreas de interesse social, trabalhada em conjunto entre SETRACI / SRTE/ FETAGRI-AM;
Celebrar um convênio SRTE / SETRACI / FETAGRI-AM, para campanha de regularização dos direitos trabalhistas juntos as Empresas;
Combate a informalidade nas relações de trabalho no campo.
Aumentar postos de trabalho no campo;
Garantir a realização de, no mínimo, um encontro anual em conjunto Ministério do Trabalho e Emprego – SRTE, Sindicatos dos(as) Trabalhadores (as) Rurais e Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado do Amazonas.

Fonte: Elaboração dos autores , 2024.

Este ponto se refere ao trabalhador e ao trabalho em si, desta vez é cobrado novamente um combate ao trabalho escravo, porém, é pedido para que seja combatido de maneira coletiva entre a SETRACI, SRTE e FETAGRI-AM. Também é pedido uma regularização dos direitos trabalhistas em relação às empresas que os contratam, e finalmente, a reivindicação não de aumento de salários, mas o aumento de empregos.

Quadro XIX – Política da Mulher

POLÍTICA DA MULHER
Criação da Secretaria de Estado de Políticas Públicas e dos Direitos da Mulher
Governo do Estado criar um programa de assistência integral à saúde da mulher em todos os municípios, efetivando o acesso das mulheres e seus parceiros à saúde reprodutiva e assistência e serviços de planejamento familiar, pré-natal, prevenção do câncer de mama e de colo uterino e prevenção DSTs/AIDS;
Que o Governo garanta o atendimento e acompanhamento às mulheres vítimas de violência, por psicólogos(as) e médicos especialistas;
Que a Justiça Estadual dê agilidade para os casos pertinentes aos direitos da Mulher;
Incentivos às Associações e Cooperativas Agrícolas, com relação a Infraestrutura;
Promova campanha cidadã para documentação da Família.

Fonte: Elaboração dos autores , 2024.

A política da mulher foi expandida em seis pontos, o primeiro ponto se trata do básico que reconhece a mulher como sujeito de identidade e especificidades próprias,

portanto, se torna necessário a criação de secretarias e direitos da mulher. Outro ponto é a assistência à saúde e prevenção sexual da mulher, como serviços que abrangem a assistência ao pré-natal, prevenção do câncer de mama entre outros que assim como a mulher urbana dispõe, a mulher rural também necessita.

Quadro XX – Política da Juventude
POLÍTICA DA JUVENTUDE

O Governo do Estado desenvolva campanha de esclarecimento e conscientização para juventude rural sobre DSTs/AIDS, drogas e saúde reprodutiva;
O Governo do Estado estabeleça políticas que incentivem a realização de festivais para a valorização e preservação das manifestações multiculturais da área rural.

Fonte: Elaboração dos autores, 2024.

Tanto nas políticas de saúde da mulher e jovem são solicitadas campanhas de prevenção e conscientização sexual, no que tange doenças sexualmente transmissíveis, ou seja, o campo reivindica também educação sexual, para que possa reduzir o número de doenças venéreas e evitar uma possível contaminação da comunidade por DSTs.

Os festivais realizados no campo não são eventos que somente visam a diversão, mas também um possível marketing de produtos produzidos pelos trabalhadores, possibilita também a chance de uma troca de experiências educativas no que tange a produção destes produtos, as técnicas e conhecimentos científicos utilizados no processo como agronomia ou conhecimentos tradicionais, além de preservar a cultura e harmonia na comunidade ou assentamentos rurais.

Quadro XXI – Terceira Idade
TERCEIRA IDADE

O Governo do Estado elabore uma campanha estadual objetivando a humanização do tratamento das pessoas da terceira idade e do atendimento em todos os órgãos e repartições; discriminação do idoso no setor público e privado; facilidade ao acesso à moradia para o idoso; iniciativas para a integração do idoso e, com este objetivo, a redução de preços e eventos culturais, esportivos e lazer;
Que o Governo crie pontos de apoio para acolher os idosos e idosas, oriundos da zona rural em busca de atendimento na Capital
O Governo incentive a realização de festivais para a valorização e a preservação das manifestações multiculturais da área rural.

Fonte: Elaboração dos autores , 2024.

É cobrado por parte do Estado mais sensibilidade diante ao idoso, para que haja uma humanização em relação às especificidades trazidas pelo tempo para tal cidadão de idade, e mais atenção sobre as violências cometidas contra o mesmo, como preconceito, negligência e até agressões físicas, é necessário também, garantir habitações para idosos que necessitem de abrigo, pois, muitos são abandonados por suas famílias, ou se tornam um empecilho no que tange a movimentação de acampamentos.

6. RESULTADOS

A seleção de dados e documentos superou o esperado, sendo assim, tivemos acesso à uma quantia de documentos massiva, portanto, ainda não será possível apresentar a análise de tantos documentos dessa forma, apresentaremos uma compilação de documentos já digitalizados, pois, foi permitido somente o acesso a estes documentos, porém, não foi autorizada a permanência dos documentos sob nosso poder. Sendo assim, os documentos apresentados aqui, foram digitalizados e devolvidos à FETAGRI-AM em seguida.

Para a melhor visualizar a compilação dos documentos e dados conseguidos, o seguinte quadro foi gerado.

Quadro XXII – Compilação de Documentos

DOCUMENTO	ANO
6º Grito da terra Amazonas – 2011 por um Amazonas Sustentável, Sem fome e Sem Pobreza. CONTAG, FETAGRI-AM STTR's	26/07/2011
Diário Oficial da União	20/07/2011
COLETIVA DE IMPRENSA PARA A DIVULGAÇÃO DO GRITO DA TERRA AMAZONAS 2011	04/07/2011
MOBILIZAÇÃO PARA O 6º GRITO DA TERRA ESTADUAL 2011 FETAGRI/AM	08/07/2011
Incra/AM recebe pauta de movimentos sociais	27/07/2011
MOBILIZAÇÃO PARA O 6º GRITO DA TERRA ESTADUAL 2011 FETAGRI/AM	15/07/2011
Ofício FETAGRI/AM nº 0148/GAB/2011 Assunto: Apoio ao GT AM 2011 – Ônibus	15/06/2011
Ofício FETAGRI/AM Nº 158/GAB/2011 Assunto: Apoio financeiro.	28/06/2011
Ofício FETAGRI-AM nº 168/SFA/2011 Assunto: Despesas.	06/07/2011
13ª Plenária CUT LIBERDADE E AUTONOMIA Por uma nova estrutura sindical Texto Base da Direção da Central Única dos Trabalhadores Aprovada pela Direção Nacional da CUT Reunidas no dia 30 de junho e 1º de julho de 2011	01/07/2011
CADERNO DE RESPOSTAS 2014 20º GRITO DA TERRA CONTAG	03/04/2014
A política de Educação do Campo: entre o pensado e o praticado	(Não revelado)
Ações educação do Campo	(Não revelado)
Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para uma construção de uma pedagogia de ATER	2010
Relatório Anual de Atividades da CONTAG em 2013	2014
CNIS Cadastro do Segurado Especial Secretária de Políticas Sociais	2009

Previdência Social	
A CATEGORIA TRABALHADORA RURAL NA VISÃO DOS TRIBUNAIS APÓS A CF/88	(Não revelado)
COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ Arquidiocese Porto Velho	09/10/2006
Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas	2007
11º CONCUT LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL: DEMOCRATIZAR AS RELAÇÕES DE TRABALHO PARA GARANTIR E AMPLIAR OS DIREITOS Texto Base para 11º CONCUT	2012
Curso Regional de Formação em Ação Sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário CADERNO DE TEXTOS II MÓDULO VIDA SINDICAL: HISTÓRIA, CONPÇÃO E PRÁTICA SINDICAL	2015
ENFOC Curso Regional de Formação Político-Sindical Caderno de textos	2009
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2012 – SPM/PR	2012
CONSTRUINDO CAMINHOS NAS COMUNIDADES RURAIS PARA O FUTURO DO AMAZONAS EFOFAM	2014
ENFOC ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CONTAG Curso de Formação de Educadores e Educadoras em Concepção, Prática Sindical e em Metodologias	2007
3º MÓDULO DO CURSO ESTADUAL DE FORMAÇÃO SOCIAL NO POLO DO BAIXO AMAZONAS – 4º TURMA. EFOFAM ESCOLA DE FORMAÇÃO DA FETTAGRI-AM LUGAR DE TRANSFORMAÇÃO POLÍTICA	2012
3º MODULO DO CURSO ESTADUAL DE FORMAÇÃO SOCIAL NO AMAZONAS – 5º TURMA. EFOFAM ESCOLA DE FORMAÇÃO DA FETTAGRI-AM LUGAR DE TRANSFORMAÇÃO POLÍTICA	2014
GRITO DA TERRA AMAZONAS 2007 REFORMA AGRÁRIA.	2007
GRITO DA TERRA AMAZONAS 2008 REFORMA AGRÁRIA.	2008
GRITO DA TERRA AMAZONAS 2009 REFORMA AGRÁRIA	2009
7º GRITO DA TERRA AMAZONAS 2012 Em defesa da Reforma Agrária, Agricultura familiar, Sustentabilidade e Serviços Ambientais.	2012
Marcha das Margaridas 2011 Margaridas na luta por: Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade. CADERNO DE TEXTOS PARA ESTUDO E DEBATES	2011
8 DE MARÇO Margaridas seguem em Marcha	2005
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	2013

Secretária-Geral MESA DE MONITORAMENTO DAS DEMANDAS SOCIAIS Destques no Atendimento às Pautas do Campo	
Ofício Circular n. 0034/2012/SPAG-CONTAG	2012
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA SUPERINTENDÊNCIA DO INCRA NO AMAZONAS – SR/15 – AM DIVISÃO TÉCNICA OPERAÇÃO SUL DO AMAZONAS RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES NO SUL DO MUNICÍPIO DE LÁBREA	2005
Projeto Nacional de Articulação, Construção e Fortalecimento de Redes de Desenvolvimento e Territorialidade e Fortalecimento do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS).	2009
PONTOS DA PAUTA DA MARCHA DAS MARGARIDAS 2011, PARA SERVIR DE REFERÊNCIA PARA A COMPOSIÇÃO DE PAUTAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	2011
PLANO ESTRATÉGICO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTETÁVEL E O COMBATE AO DESMATAMENTO E GRILAGEM DE TERRAS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA BR – 319	2005
1º SEMINÁRIO – CORECON/13º REGIÃO “REPENSANDO O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DO PIM” DE 23.MAIO.2013 CONSOLIDAÇÃO DAS IDEIAS E SUGESTÕES	2013
PROPOSTA DO MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS PARA O BRASIL SEGUIR MUDANDO PLATAFORMA DE GOVERNO DILMA ROUSSEFF CONTAG 2010	2010
Mulher’D Classe Revista da Central dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil – Nº 1	2012
ENFOC ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CONTAG Lugar de transformação política Relatório – Seminário Nacional de Sistematização	2008
PROJETO BÁSICO CAPACITANDO SUSTENTABILIDADE DE JOVENS E MULHERES RURAIS PARA A COPA DE 2014	2011
Educação do Campo Diretrizes Operacionais	(Não revelado)
MARGARIDAS seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade Caderno de textos para estudo e debates	2015
Educação do Campo Semeando Sonhos... Cultivando Direitos	2010

VI CONGRESSO ESTADUAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DO AMAZONAS REGIMENTO INTERNO DO 6º CONGRESSO ESTADUAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DO AMAZONAS	2010
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA DO CONSELHO DELIBERATIVO	2009
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA DO CONSELHO DELIBERATIVO	2009
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA DO CONSELHO DELIBERATIVO	2010
ATA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FETTAGRI-AM REALIZADO NO DIA 11 e 12 DE MARÇO DE 2013	2013
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA DO CONSELHO DELIBERATIVO realizado em 26, 27 e 28 de Março de 2008	2008
Atividades da FETAGRI	2011
CÓDIGO ESTADUAL DE ÉTICA DO MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS NO ESTADO DO AMAZONAS	(Não revelado)
ESTATUTO SOCIAL DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA NO ESTADO DO AMAZONAS – FETTAGRI – AM	2008
Organizações de mulheres participantes da II Mostra das Margaridas	2013
REGIMENTO INTERNO DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO ESTADO DO AMAZONAS – FETTAGRI/AM	2008
RELATÓRIO DO CONSELHO DELIBERATIVO ORDINÁRIO 2009 – FETTAGRI – AM	2009
Construindo Saberes para Educação Contextualizada	2011
ENFOC Repercussões de um jeito de ser escola	2010
Previdencia Social INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL 7º GRITO DA TERRA AMAZONAS 2012 – EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA E DA AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL	2012
Análise da Programação Orçamentária e financeira do INCRA 2012	2012
13º Plenária da CUT CADERNO DE PROPOSTAS EMENDAS E RESOLUÇÕES – SP	2011
EMENDAS AO PROJETO DE LEI 1.876/1999	
Encontros Regionais da CONTAG texto de apoio ao debate./2014	2014
EXTRA PAUTA; NOTA TÉCNICA Nº16/CGFCF/DPNA 2012 BRASILIA	2012
GRITO DA TERRA BRASIL – AGENDA POR UM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO 2012 CONTAG, FETAG's e Sindicatos	2012

MANUAL DE GESTÃO COMPARTILHADA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS – APLs – CADERNO II	
AGENDA DAS MARGARIDAS	2011
MOSTRA NACIONAL DA PRODUÇÃO DAS MARGARIDAS	2011
Ofício Circular n. 0037/2012/SPAG-CONTAG	2012
OFÍCIO CIRC. Nº 035-GS/SEDUC/2009	2009
OFÍCIO INSS/GEXMAN Nº 191/2011 – Assunto: Pauta do 6º GRITO DA TERRA AMAZONAS 2011.	2011
Ofício Circular nº 0043/2012/SPA-CONTAG – Assunto: Programa de fomento às atividades Produtivas Rurais.	2012
Ofício Circular nº 0043/2012/SPA-CONTAG – Assunto: Projetos de inclusão Produtiva – Territórios Rurais	2012
REDE TITPITI – SISTEMA PARTICIPATIVO DA GARANTIA DA QUALIDADE ORGANICA DO ESTADO DO AMAZONAS – INFORMATIVO 2012	2012
RELATÓRIO DO ENCONTRO DO SINDICALISMO E COOPERATIVISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR – 2011	2011
REVISTA da Terceira Idade – CONTAG – 2012 MSTTR Na luta Pela Defesa e fortalecimento da Pessoa Idosa Rural	2012
OFÍCIO FETAGRI-AM/SEMTR/Nº 046/2011 – Assunto: Rifa da Marcha das Margaridas.	2011
A VIOLÊNCIA POLICIAL NO AMAZONAS 2006	2006
Ofício Circular nº 0024/2012/SPA-CONTAG – Assunto: Encaminha Resoluções CMN nº 4.056, de 29 de fevereiro de 2012, de interesse da Agricultura Familiar	2012
QUESTÕES SOBRE A IN 45/2012 ENCAMINHADAS PELA CONTAG AO INSS QUE PRECISAM DE AJUSTES	2012
Ofício Circular nº 0019/2012/SPA-CONTAG – Assunto: Retifica Ofício Circular nº 0018/SPA-CONTAG, de 27/02/2012 e informa alterações na relação de funcionários da CONTAG ligados à pasta de Política Agrícola	2012
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA CONTAG, REALIZADA EM 24/03/2010 PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º PERÍODO DE JANEIRO	2010
Ofício Circular nº 0012/2012/SEG/CONTAG – Assunto: encaminha agenda de atividades da CONTAG	2012
Ofício Circular nº 0090/2012/SPA-CONTAG – Assunto: Campanha pela Lei da Economia Solidária	2012
Ofício Circular nº 0031/2012/SFA/CONTAG – Assunto: publicação obrigatória de edital de cobrança da contribuição sindical rural do estado – exercício 2012	2012

Ofício Circular nº 0023/2012/SEMA-CONTAG – Assunto: Código Florestal	2012
Ofício Circular nº 0018/2012/SPA-CONTAG – Assunto Coletivo de Política Agrícola de 26 e 27 março de 2012	2012
Ofício Circular n.0086/2012/SPAG-CONTAG – Assunto Adiada a data da reunião do Coletivo de Agrária	201
Construindo a Igualdade Políticas Públicas para as Mulheres Rurais	
Ofício Circular nº 0028/2012/SPS/CONTAG – Assunto: Convite para o lançamento do Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO.	2012
Ofício Circular nº 0055/2012/PRE-CONTAG – Assunto: Convoca para Curso de Capacitação em Negociações e para o processo de negociação GBT 2012	2012
REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE DO AMAZONAS – CEJAM (Atualizado em 2011)	2011
Ofício Circular nº 0088/2012/SEG-CONTAG – Assunto: Solicita atenção ao cumprimento da cota de jovens durante o Conselho Deliberativo da CONTA e Levantamento prévio de candidaturas do MSTTR às eleições municipais de 2012	2012
Cartilha de orientação para os grupos do JOVEM SABER	2018
Legislação Informatizada – Lei nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011 – Publicação Original	2011
Ofício Circular nº 0027/2011/MNAR-CONTAG	2011
SEMTRAD Secretária Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social – Relatório Anual 2011	2011
Ata da V reunião Ordinária do CEJAM 2011	2011

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

O nosso primeiro objetivo que trata do levantamento documental sobre as lutas empreendidas pela FETAGRI-AM em relação às questões educacionais nos trouxe grandes frutos. Após a análise dos documentos elaborada no capítulo dois, constatamos que a formação é abrangente, e atende desde a juventude até os adultos. O fator educativo está inteiramente ligado ao trabalho, no qual, os jovens desde a mais tenra idade são apresentados a realidade do campo e o fator qualidade de vida, isto é, a saúde, lazer e segurança.

No que concerne a categoria militância, os jovens entendem desde cedo que o campo é subjugado do centro urbano, e enxergam a contradição que é a dependência do urbano ao campo. Eles compreendem a luta de classes que bate à sua porta com o avanço do agronegócio, e a totalidade das relações econômicas que medeiam o êxodo rural e fazem seu povo sofrer. Portanto as escolas de formação da FETAGRI-AM trazem a

consciência de classe e os aspectos ideológicos que formam o homem do campo para o campo.

O segundo objetivo que aborda o levantamento documental sobre as lutas empreendidas pela FETAGRI-AM em relação à reforma agrária, abriu nossos olhos para o verdadeiro conflito do campo, em que, o Estado apresenta-se muitas vezes como imparcial, no entanto, é travada uma verdadeira luta entre a burguesia e o proletariado no que concerne às questões de assentamentos, grilagem e reforma agrária, no qual, muito Sem Terra sofrem violência por parte de Jagunços, policiais e oligarquias rurais, onde tal violência política é estampada em manchetes de Jornais. No entanto, mesmo com todas essas dificuldades, a união entre INCRA, MST e FETAGRIs, continuam a resistir à opressão.

O terceiro objetivo trata-se de verificar as principais reivindicações do movimento sindical dos trabalhadores rurais, dentre diversos documentos recolhidos, escolhemos os documentos do Grito da Terra, e constatamos que a maioria das reivindicações tratam-se de políticas sociais que possam mediar a vida do homem para sua subsistência no campo, bem como, postos de saúde, escolas, policiamento, reforma agrária, entre outras políticas específicas como saúde da mulher, idoso e jovens.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Levantamento documental das lutas empreendidas pela FETAGRI-AM nos possibilitou uma ampliação do ponto de vista, de como ocorre a formação de um movimento social e concluímos que, a formação ocorre a partir do processo de luta de classes, desta forma, utilizando o paradigma Marxista para a análise dos dados, podemos averiguar que desde as primeiras organizações coletivas que compuseram a gênese dos movimentos sociais, até os movimentos atuais, que a luta contra a desigualdade e opressão não estão nem perto de acabar, pois, ainda não há uma consciência por parte dos cidadãos Brasileiros que a reforma agrária não é uma questão somente do camponês sem-terra, mas é uma questão de todo cidadão preocupado com o futuro e desenvolvimento do país, e infelizmente os dados demonstraram diversos conflitos agrários no que tange invasão de terras, desmatamento, grilagem e um aumento de queimadas e demora para efetivação da reforma agrária.

Porém, com uma parceria entre Estado, INCRA, IBAMA, FETAGRI, entre outros movimentos sociais houve um avanço ao combate a irregularidade na posse de terras, grilagem, e houve também a arrecadação de terras com os fins de distribuição e distribuição de cestas básicas também.

Quanto ao levantamento documental referente à educação, houve muitos cursos ofertados na escola de formação da FETAGRI e outros programas criados como o Jovem saber, contudo não foi possível uma análise tão abrangente, mas, pelo analisado podemos perceber como tais cursos e formações seguem um padrão curricular inclusivo e com aprendizagem significativa, com conteúdo interdisciplinares voltados para a realidade do campo, não somente querendo educar o cidadão do campo, mas o fazer reconhecer e internalizar sua identidade individual e coletiva.

Outro ponto apresentado em documentos de reforma agrária é a totalidade dele, pois, não é somente um movimento que busca o desenvolvimento do campo, mas é um movimento educativo, e no caso, a educação é uma estratégia de luta, pois, a partir dela que os movimentos sociais avançam em seus objetivos e com a formação adequada conseguem ingressar em novos pontos estratégicos políticos, buscando aumentar sua influência para atingir seus objetivos de um país mais igualitário.

As reivindicações feitas pelos trabalhadores rurais demonstram como o campo ainda está longe de se tornar autossustentável, apesar de ter os recursos para isso, mas devido a desigualdade na distribuição destes recursos, é gerado um efeito de falta de

infraestrutura para os produtores de recursos, provocando o êxodo rural, percebemos isso nas próprias reivindicações que abrangem questões básicas que o Estado deveria proporcionar como escola, saúde, segurança, empregos, eletricidade e até justiça. Porém também devemos notar que os movimentos sociais não somente reivindicam tais melhoras, mas como também um lugar para trabalhar junto ao Estado para que essas melhorias sejam efetivadas, para que as decisões e os projetos do campo sejam feitos por pessoas do campo.

E com estes três pontos podemos considerar que os movimentos sociais do campo se diferenciam dos movimentos sociais urbanos, pois, os movimentos sociais urbanos geralmente se enquadram no paradigma dos Novos Movimentos sociais, que não vão até a raiz do problema e sim movidos por atores sociais como movimentos antirracista, ambientalista, feminista, buscando sanar tais insatisfações separadamente, ou seja, não há uma conversação entre movimentos, mas no campo, todos esses movimentos assumem a forma de Paradigma Marxista, onde, todos trabalham juntos como uma mesma classe com o único propósito, um Brasil mais igualitário.

9. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carla Coelho. Entre gangues e galeras: juventude, violência e sociabilidade na periferia do Distrito Federal. **Brasília: Tese produzida para o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB)**, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. O que é o Sindicalismo? São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

BEHRING, Elaine e BOSCHETTI, Ivanete. **Políticas Sociais: Fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1998, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/ 2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

CALDART, Salete Roseli. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: NOTAS PARA UMA ANÁLISE DE PERCURSO.** Trabalho, educação e saúde, vol. 7, núm. 1, março-junio, 2009, pp. 35-64. Escola politécnica de Saúde Joaquin Venâncio, Rio de Janeiro, Brasil.

CARDOSO, Thiago Mota. **O Saber biodiverso: práticas e conhecimentos na agricultura indígena do baixo rio Negro** / Manaus Universidade Federal do Amazonas, 2010.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo** / 23 ed. Revista e ampliada. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O QUE É CIDADANIA.** 3 ed. 1994, Editora Brasiliense, São Paulo.

DE FRANCO, Clarissa; DE ALBUQUERQUE MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg. A teocratização, privatização e militarização no Governo Bolsonaro: perspectivas antidemocráticas e contrárias à educação. **Mandrágora**, v. 26, n. 1, p. 203-224, 2020.

DUARTE, Evaristo; POLA, Karina. Trabalho em Marx e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, V, 12, n 1, p. 197 – 201, 2009.

FRIGOTTO, G, O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org). **Metodologia da pesquisa educacional.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FABRINI, João E. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 07, p. 97-112, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido/** 69. Ed. – Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação & sociedade**, v. 24, p. 93-130, 2003.

GHEDIN, Evandro (org), vários autores. **O Vô da Borboleta – Interface entre Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos**. / - Manaus: Edições UEA/ Ed. Valer, 2011.

GOETTERT, Jones Dari. **Introdução à história do movimento sindical** / -- 3ª ed. 1ª reimp. – Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4 ed. Edições Loyola, São Paulo / Brasil, 2004.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1969.

LAGE, Allene. **Educação e movimentos sociais: caminhos para uma pedagogia de luta** / Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2013.

MARX, K, **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro 1 v.1 t.1. (Os economistas).

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes :a economia vulgar** / Karl Marx ; introdução de Jacob Gorender ; traduções de Edgard Malagodi ... (et al.) — São Paulo : Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é política**. – 16 ed. – São Paulo: Brasiliense. 1994. – (coleção Primeiros Passos. 54).

MALHEIRO, Bruno, RIBEIRO, Beatriz em: **Práticas contra-hegemônicas na formação de educadores: reflexões a partir do curso de Licenciatura em Educação do Campo do sul e sudeste do Pará** / Idelma Santiago da Silva, Haroldo de Souza, Nilsa Brito Ribeiro, orgs. – Brasília: MDA, 2014.

MASSON, Gisele, Materialismo histórico e dialético: uma discussão sobre as categorias centrais. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, PR, v. 2, p. 105 – 114. Jul. –dez. 2007.

MOURÃO DIEDERICH, Arminda. **Movimento de professores de 1º e 2º graus: uma análise crítica**. Manaus: EDUA, 1997.

MOURÃO, Arminda em: BORGES, Heloisa (org), JÚNIOR, Waldemar: **Movimentos Sociais do Campo: Aspectos Históricos, Ideológicos e Políticos**. – Manaus: UEA e Editoria Valer, 2013.

NETO, Luiz Bezerra. Educação do campo ou educação no campo? **Revista HISTEDBR On-line**, v. 10, n. 38, p. 150-168, 2010.

ODALIA, Nilo. **O QUE É VIOLÊNCIA**. 4ª edição, editora: Brasiliense, São Paulo – SP.

PINO, Angel. Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. **Educação & sociedade**, v. 28, n. 100, p. 763-785, 2007.

SAIVIANI, Demerval et al. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista brasileira de educação**, 2007.

Revista: **Ciência&vida ; Filosofia**. Editora Escala, Edição 123.

SILVA, José Graziano da. **O QUE É QUESTÃO AGRÁRIA**. Editora Brasiliense, 13ª Edição, 1980, São Paulo – SP.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes insaciáveis: Anorexia, Bulimia e Compulsão alimentar : Saiba como identificar e superar esses transtornos**. – Rio de Janeiro : Ediouro, 2005.

SUESS, Rodrigo Capelie; DE CARVALHO SOBRINHO, Hugo; BEZERRA, Rafael Gonçalves. Educação no/do Campo: Desafios e perspectivas de uma escola no campo localizada no Distrito Federal. **Cadernos de Pesquisa**, v. 21, n. 1, o. 81 – 100, 2014.

VARELLA, Marcelo Dias. **Introdução ao direito à reforma Agrária o direito face aos novos conflitos sociais**. Todos os direitos desta publicação reservados à – LED – Editora de direito LTDA 1998. R. Rita Ismael, 15 (Produção), 29 (Administração) e 40 (Comercial) Jardim Amália.

VEIGA, José Eli. **O QUE É REFORMA AGRÁRIA**. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense 1984. (Coleção primeiros passos, 9)

AUTORES

Arminda Rachel Botelho Mourão

Cursou o mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (1990) e doutorado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002). Atualmente é professora titular aposentada da Universidade Federal do Amazonas. Tem experiência na área de Educação/Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: educação do campo, políticas educacionais referentes à educação básica, ao ensino superior, ensino técnico e tecnológico. Exerceu a função de Pró-Reitora de Assuntos Comunitários. Foi diretora da Faculdade de Educação (2006 a 2014). Foi Presidente da Associação de Professores do Estado do Amazonas e da Associação dos Servidores da Universidade do Amazonas. Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Educação/FACED/UFAM nos períodos de 2005-2007 e 2014 a 2018. <http://orcid.org/0000/0002-1940-9477>.

William de Farias Barros

Mestre pelo programa de Pós-graduação em Educação pela (UFAM). É graduado em Pedagogia pela (UFAM), realizou Projetos de Iniciação Científica (PIBIC) com os seguintes temas: Educação do Campo no Município de Manaus e Movimentos Sociais e a Política de Educação no Campo. Estagiou durante um ano no Programa de Gestão da Alfabetização (PGA) e realizou Monitoria nas seguintes disciplinas (Projeto de Pesquisa) e (Educação de Jovens e Adultos - EJA). <https://orcid.org/0000-0003-4658-8519>.

Vanessa Fernandes Miranda

Mestranda pelo programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFAM). Possui graduação em Pedagogia. Tem experiência como professora na Educação Básica, atualmente dedica-se à pesquisa. Realizou Projetos de Iniciação à docência - PIBID (2018 a 2020) e de Iniciação Científica - PIBIC, que teve como temas: A MULHER RURAL SINDICALISTA: lutando e conquistando espaços (2019 a 2020); Trabalho Docente de Professores/as das Escolas do Campo e a BNCC (2021 a 2022). <https://orcid.org/0000-0003-4135-2638>.